



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
LICENCIATURA INDÍGENA
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**TURMA NHEENGATU IH35
2014**

**Manaus – Amazonas
2017**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Administração Superior

Prof. Dr. Sylvio Puga Ferreira

Reitor

Prof. Dr. Jacob Moysés Cohen

Vice-Reitor

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. David Lopes Neto

Profa. Dra Selma Baçal

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor de Extensão

Prof. João Ricardo Bessa Freire

Pró-Reitor de Administração

Prof. Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Maria Vanusa do Socorro de Souza Firmo

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Profa. Kleomara Gomes Cerquinho

Pró-Reitor de Inovação Tecnológica

Prof. Waltair Vieira Machado

Profa. Dra Simone Eneida Baçal de Oliveira

Diretora do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Prof^a. Phd Ivani Ferreira de Faria¹
Coordenadora do Curso de 2012 -2016
Coordenadora da Turma Yegatu



Prof. Dr.Frantome Bezerra Pacheco
Coordenador do Curso de 2016 -2018

Núcleo Docente Estruturante (Portaria N.º42/2012)

Presidente

Prof^a.Phd Ivani Ferreira de Faria

Membros

Profa. Dra Marilina Conceição Bessa Serra Pinto
Prof.Dr. Frantomé Bezerra Pacheco
Prof. Dr. Lino João de Oliveira Neves
Prof. Dr. Prof. Dr. Mateus Coimbra de Oliveira
Profa.Msc Cristina de Cássia Borella
Profa. Msc Eneida Alice Gonzzga dos Santos

Assessoria Técnica

Profa. MSc. Raimunda Monteiro Sabóia
Diretora do Departamento de Apoio ao Ensino – DAE/PROEG

Prof.Dr. Gilvan Müller de Oliveira
Linguísta - UFSC



¹ Elaboradora do texto do PPC e mentora da proposta metodológica do curso.



SUMÁRIO

Apresentação.....	06
1. MARCO REFERENCIAL	
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	11
1.1.1.Histórico	11
1.1.2 . Perfil do Curso.....	17
1.1.3 – Perfil do Docente	18
1.1.4 -Formação de Pessoal.....	18
1.1.5. Campos de Atuação Profissional.....	23
1.1.6. Regulamento e Registro da Profissão.....	23
1.1.7. Perfil do profissional a ser formado.....	24
1.1.8. Competências e Habilidades: Gerais e Específicas.....	25
1.1.9. Objetivos do Curso.....	25
. Objetivo Geral	
. Objetivo Específico	
1.2. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	26
1.2.1 .Política Linguística: a valorização e fortalecimento cultural	32
1.2.2 . Produção Literária.....	36
1.3 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	37
1.3.1 Titulação.....	37
1.3.2 Modalidades.....	37
1.3.3 Número de Vagas Oferecidas e forma de ingresso.....	37
1.3.4 Turno.....	39
1.3.5 Local de Funcionamento.....	39
1.4. MATRIZ CURRICULAR.....	40
1.4.1.A proposta metodológica:	41
1.4.2. Componentes Curriculares - Currículo pós-feito.....	42
1.4.3 . Periodização por turma.....	46
1.4.4. -Prática Profissional.....	46



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.4.5 – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	47
1.4.6 – Projetos Especiais (Conteúdo Integrador).....	
48	
1.4.7 – Conteúdo e procedimentos metodológicos dos componentes curriculares...49	
1.4.7.1 – Currículo Nheengatu.....	49
1.5. PRINCIPIOS, PROCEDIMENTOS E FORMA DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	201
1.5.1 Avaliação do Projeto Pedagógico.....	203
1.6- GESTÃO DO CURSO.....	203
1.7- RELAÇÃO APRENDIZAGEM, PESQUISA-PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.....	208
2. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA.....	209
3. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	212
ANEXOS:.....	213





Apresentação

A Universidade Federal do Amazonas

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criada em 17 de janeiro de 1909, é considerada a primeira universidade brasileira - a Escola Universitária Livre de Manaós. Uma semente que foi lançada por Eulálio Chaves, elegendo diretamente Astrolábio Passos como seu primeiro diretor geral, com os votos dos docentes da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências e Letras e Faculdade de Engenharia que, juntas, constituíram a Universidade de Manaós.

Para sua implantação, convergiram forças de toda a sociedade amazonense, desde a contribuição financeira do simples cidadão, ansioso pelo advento do ensino superior no Amazonas a subvenções do Estado e dos municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamin Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás, comprometendo, desde então, a nossa universidade com o homem do interior.

Foram grandes as dificuldades pelas quais passou a Universidade de Manaós, até a sua desintegração em cursos isolados. Maior ainda foi a determinação da sociedade amazonense de refundar sua universidade em 12 de junho de 1962, por força da lei federal 4.069-A, de autoria do seu idealizador, o senador Arthur Virgílio Filho, sendo rebatizada com o nome de Universidade do Amazonas, e constituída pela reintegração das instituições de ensino superior isoladas que atuavam em nosso Estado. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral, artigo 1º. – A Universidade do Amazonas, com sede na cidade de Manaus, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada nos termos da Lei nº. 4.069-A, de 12 de junho de 1962, do Decreto nº. 53.699, de 13 de março de 1964, mantida pela União, como entidade da administração indireta na forma da legislação em vigor. Segundo seu artigo 2º. – *A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

Com mais de um século de existência, completados em janeiro de 2009, a UFAM revelou-se numa iniciativa de sucesso e exemplo de busca de melhor



qualidade de vida para o povo amazônico, principalmente por meio da socialização do conhecimento.

Nesse sentido, vem contribuindo para a formação de recursos humanos alicerçada na autonomia e no espírito democrático, respeitando a pluralidade de ideias, a produção técnica e científica nas diferentes áreas do conhecimento, que atualmente permeia toda a comunidade universitária. Ampliando cada vez mais o conhecimento e sua atuação na região Amazônica, a UFAM vem exercendo suas atividades sempre levando em consideração três níveis: do ensino, da pesquisa e da extensão.

A capacidade de crescer que nossa universidade tem demonstrado, mesmo nas adversidades, vem da sua construção coletiva (desde sua origem), da consciência da relevância da pluralidade da sua comunidade, da certeza de que para cumprir plenamente seu papel social precisa de todos os seus talentos, de todas as suas competências e de todas as posições ideológicas, sem espaço para exclusões.

Para desempenhar seu papel a UFAM conta com 14 unidades acadêmicas na capital e 05 espalhadas pelo interior do Estado, conforme listado abaixo.

Unidades Acadêmicas

CAPITAL

- [Instituto de Ciências Biológicas](#) (ICB)
- [Instituto de Ciências Exatas](#) (ICE)
- [Instituto de Ciências Humanas e Letras](#) (ICHL)
- [Faculdade de Ciências Agrárias](#) (FCA)
- [Faculdade de Ciências Farmacêuticas](#) (FCF)
- [Faculdade de Direito](#) (FD)
- [Faculdade de Educação](#) (FACED)
- [Faculdade de Estudos Sociais](#) (FES)
- [Faculdade de Educação Física e Fisioterapia](#) (FEFF)
- [Faculdade de Odontologia](#) (FAO)
- [Faculdade de Psicologia](#) (FAPSI)
- [Faculdade de Tecnologia](#) (FT)



- [Faculdade de Medicina](#) (FM)
- [Escola de Enfermagem](#) (EEM)

INTERIOR

- [Instituto de Natureza e Cultura](#) - *Campus* do Pólo Alto Solimões - Benjamin Constant
- [Instituto de Saúde e Biotecnologia](#) - *Campus* do Pólo Médio Solimões – Coari
- [Instituto de Agricultura e Meio Ambiente](#) - *Campus* do Pólo Vale do Rio Madeira – Humaitá
- [Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia](#) - *Campus* Universitário "Dourval Varela Moura" – Parintins
- [Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia](#) - *Campus* Universitário "Moisés Benarrós Israel" – Itacoatiara.
- E o Centro Universitário Indígena do Alto rio Negro, em processo de construção no município de são Gabriel da Cachoeira.

Atualmente, a UFAM oferece, anualmente, por meio de suas unidades acadêmicas, 96 cursos de graduação; mais de 30 cursos em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*; 39 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* credenciados pela Capes, sendo 31 cursos de Mestrado e 08 de Doutorado.

Entre os estudantes dos cursos regulares de graduação ministrados em Manaus e no interior do Estado e dos cursos de graduação conveniados, a Universidade reúne mais de 20 mil estudantes. Nos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e *Lato Sensu* são mais de 2 mil estudantes.

A Instituição oferece inúmeros laboratórios e bibliotecas para a prática acadêmica e pesquisa; dispõe também de inúmeros grupos de pesquisa e de núcleos de estudos e pesquisas, registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculados aos departamentos de graduação e pós-graduação; além de realizar atividades de extensão nas diferentes áreas de conhecimento, tanto na capital quanto no interior do Estado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Universidade realiza anualmente dois tipos de seleção para o ingresso no Ensino Superior: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Processo Seletivo Contínuo (PSC), com 50% de vagas para cada um deles. Oferece, ainda, vagas pelo Processo Seletivo Extra Macro (PSE) para ocupação de vagas nas modalidades transferência facultativa, recepção de curso, portador de diploma e complemento de habilitação.

Por fim, a implantação dessa universidade amazônica que, tanto orgulho dá ao povo amazonense, por meio de suas unidades acadêmicas, das pró-reitorias, dos órgãos suplementares, cumpre sua nobre missão de cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo decisivamente para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.

Isto posto, o curso de Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável está vinculado ao Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), juntamente com os departamentos de História, Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e Serviço Social.

O curso de “Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, realizado no Campus da UFAM/São Gabriel da Cachoeira, dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro de acordo com a territorialidade linguística, foi discutido amplamente com as comunidades indígenas da região do Alto Rio Negro em parceria com a Federação das Organizações Indígenas/FOIRN, AYRCA, Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino no período de 2005 a 2009.

O referido curso é regular, com ingresso bianual, e conta atualmente com 03 turmas, a saber, Baniwa, Tukano e Nheengatu, turmas estas definidas a partir da territorialidade linguística. Devido sua proposta metodológica, o curso “Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” pode, ainda, ter a oferta de outras turmas, conforme demanda dos povos indígenas em caráter especial como as Turmas Yanomami, Satere-Mawé e Nheengatu no município de Santa Isabel do rio Negro.

Sendo assim, de acordo com a territorialidade linguística, para as turmas regulares, são oferecidas 120 vagas exclusivamente para indígenas, divididas em 40 vagas por turma:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Turma Nheengatu: para os falantes de da língua Nheengatu, realizada na comunidade indígena de Cucui (Centro dos Saberes do pólo de Cucui), na calha do rio Negro;

- Turma Tukano: para os falantes da família linguística Tukano Oriental, realizada na comunidade de Taracuá, calha do rio Uaupés;

- Turma Baniwa: para falantes das línguas Baniwa e Kuripako, na comunidade de Tunui, calha do rio Içana.

E para as turmas especiais:

- Turma Yanomami: 50 vagas, realizada na comunidade de Maturacá, rio Maturacá na Terra Indígena Yanomami no município de São Gabriel da Cachoeira;

- Turma Nheengatu: 40 vagas realizada na comunidade de Cartucho, rio Negro, terra Indígena Médio Rio Negro I, para falantes da língua Nheengatu no município de Santa Isabel do rio Negro;

- Tuma Sateré-Mawé: 50 vagas, realizada na terra indígena Andira Marau, nos municípios de Parintins e Maués.

A proposta metodológica contempla o Aprendizagem pela Pesquisa, doravante Aprendizagem pela Pesquisa-APP (DEMO, 2003; FREIRE, 1985/1996; BRANDÃO, 1982; STENHOUSE, 2007; DEWEY, 2005; FARIA E OLIVEIRA, 2012) que integra ensino, pesquisa e extensão na prática docente, orientando os componentes curriculares de acordo com as pesquisas e projetos educacionais, por meio do currículo pós-feito, aberto e flexível.

O curso tem duração de quatro anos, organizado em 08 períodos ou semestres letivos, partir de dois momentos: **etapas intensivas e etapas intermediárias**, já que a construção do conhecimento deve ocorrer em diferentes tempos e espaços. Cada semestre letivo é composto de um período compreendendo duas etapas: uma intensiva (presencial) e outra intermediária (presencial e não-presencial), perfazendo um total de 08 etapas intensivas e 08 intermediárias com carga horária de 3.550 horas-aulas.



1. MARCO REFERENCIAL

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

1.1.1 . Histórico

O que difere esta licenciatura das demais é o fato de ter sido discutida de forma participante, por meio da territorialidade linguística, com os povos indígenas da região, respeitando, assim, a diversidade cultural e linguística. A base do conhecimento produzido é por meio do Aprendizagem pela Pesquisa, onde a estrutura curricular é flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes, sem uma grade curricular pré-elaborada. Este processo contribui não somente para a formação pedagógica dos estudantes, mas também permite, a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, uma relação intercultural, promovendo discussões acerca da gestão territorial de suas comunidades em Terras Indígenas.

O curso nasceu das discussões/debates do movimento indígena (FOIRN e COPIARN) e a UFAM no município de São Gabriel da Cachoeira como descrito a seguir.

A discussão sobre uma Universidade para os Povos Indígenas do Rio Negro e de cursos superiores diferenciados não é recente na UFAM. Desde a implantação em 1992 da Licenciatura em Filosofia, o primeiro curso de graduação oferecido pela Universidade Federal do Amazonas em São Gabriel da Cachoeira, lideranças, associações e estudantes já reivindicavam cursos específicos para atender a demanda de uma região composta de 23 povos indígenas, com 5 famílias linguísticas diferentes (Tukano, Maku, Arúak, Yanomami e Tupi-Guarani), em um estado (Amazonas) onde existem aproximadamente 70 povos indígenas.

Em 1998, a UFAM implantou em São Gabriel da Cachoeira mais dois cursos de graduação, as licenciaturas em Geografia e em Ciências Sociais, formando cerca de 80 profissionais. Mais três graduações foram ofertadas em 2002: Pedagogia, Letras e Matemática, além da oferta, no município de Barcelos, dos cursos de Ciências, Matemática e Pedagogia. Também em 2002, foi oferecido em São Gabriel da Cachoeira um curso de Especialização em Ecoturismo e Gestão Territorial, que formou 42 profissionais. Ao todo, em nível de graduação e pós-graduação *lato*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sensu, foram formados cerca 430 profissionais; destes, cerca de 95% são indígenas. Muito embora a porcentagem de profissionais formados seja, em quase sua totalidade, indígenas, nenhum dos cursos acima mencionados levou em conta, em sua elaboração, a especificidade cultural e linguística dos povos indígenas da referida região.

Também há, por outro lado, cerca de 3.000 pessoas com ensino médio completo, em sua maioria indígenas e 14 graduados pela UFAM com títulos de mestrado em várias Universidades do Brasil bem como da UFAM.

No ano de 2004, como resultado do Seminário sobre o Ensino Médio promovido pela SECAD/MEC, a “Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro” - FOIRN e o “Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro” - COPIARN, durante a semana Acadêmica, solicitou-se, através da Carta de São Gabriel, que a UFAM discutisse e implantasse cursos específicos para indígenas.

Pretendia-se, com isso, a formulação de cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizassem a cultura e o conhecimento indígena, articulado com o conhecimento não indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual, com base no contexto da região. Projetos esses que pudessem promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se ao estado de abandono em que se encontravam e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência, contendo, assim, o êxodo indígena das comunidades e reforçando a identidade dos povos constituintes do município.

Durante a I Semana Acadêmica do Pólo da UFAM/São Gabriel da Cachoeira, “Wakotinay Yauara Akanga: Políticas Públicas e etnodesenvolvimento para a região do Rio Negro”, realizada em 2004, foi criada uma comissão para formatar a proposta do primeiro curso de graduação dirigido especificamente para indígenas a ser implantado pela UFAM na região. Composta por representantes de diversas organizações (FUNAI/SGC, Escola Agrotécnica Federal/SGC, FOIRN, SEMEC/SGC, COPIARN, APIARN, IPOL, MEC, ISA, Diocese de São Gabriel da Cachoeira, UFAM, FEPI, coordenadorias regionais da FOIRN - CAIARNX, COITUA, COIDI, CABC e CAIMBRN), seguindo os princípios já discutidos e reiterados pelo item 12 do Termo de Compromisso assinado em fevereiro de 2005 entre FOIRN, UFAM, ISA, MEC.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SEMED/SGC, SEDUC/SGC, EAF/SGC, FEPI, FUNAI/SGC, COPIARN, APIARN e SSL durante o Seminário “Construindo a educação indígena da região do Rio Negro” promovido pela SECAD/MEC e FOIRN realizado no período de 18 a 20 de fevereiro/2005.

Neste sentido, como resultado dessas discussões, propôs-se que o campus da UFAM deveria transformar-se, em um futuro próximo, na **UNIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO**, caracterizada pelo fato de que todos os cursos a serem implantados teriam como princípio atender às necessidades das comunidades:

- Articulando o conhecimento indígena e conhecimentos não-indígenas, em um processo intercultural, visando a uma formação fundamentada numa metodologia de ensino pela pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável sociocultural e econômico das comunidades;
- a Universidade dos Povos Indígenas deverá, em um futuro próximo, oferecer outros cursos, de acordo com as necessidades das comunidades indígenas da região;
- a Universidade dos Povos Indígenas deverá promover a descentralização do atendimento acadêmico aos discentes indígenas fora da sede do município de São Gabriel, instalando-se nas comunidades com o objetivo de evitar o êxodo e reforçar a identidade étnica;
- Que esta descentralização seja implementada seguindo o princípio de valorização das territorialidades linguísticas de acordo com as calhas de rios, com as famílias linguísticas e respeitando a Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu (Lei nº145 de 11 de dezembro de 2002, regulamentada pela Lei nº 210/2006) em São Gabriel da Cachoeira, o primeiro município do Brasil a ter línguas indígenas oficializadas ao lado do português;
- A construção da infraestrutura do Centro Universitário Indígena do Rio Negro/UFAM em São Gabriel potencialize a oferta de cursos de graduação, tanto para indígenas como para não indígenas bem como de outras modalidades de curso e de outros programas da Universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No período de 23 a 25 de maio de 2005, na Maloca da FOIRN/São Gabriel da Cachoeira, ocorreu à primeira discussão desta comissão sobre a Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro que resultou em um conjunto de ideias que culminou na proposta da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” que tem como objetivo atender à necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas indígenas diferenciadas, tanto no ensino fundamental quanto médio, bem como de pesquisadores que desenvolverão desenvolver projetos de sustentabilidade de acordo com as necessidades coletivas das comunidades indígenas.

Assim, a ideia desta licenciatura foi levada para uma ampla discussão por meio de oficinas participantes nas comunidades em 2005, para que fosse construído o projeto juntamente com os diversos povos indígenas do Alto Rio Negro, pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Tupi-Guarani, Aruak, Hupdha, Yanomami. Reuniões foram realizadas nas seguintes comunidades:

- Comunidades que fazem parte das coordenadorias da FOIRN CAIARNX - Cucui, Juruti, Cué-Cué, na calha do Rio Negro;
- Comunidades que fazem parte do COIDI - Iauareté envolvendo as comunidades do alto Rio Uaupés e Papuri;
- Comunidades que fazem parte do COITUA - Taracuá e Pari-Cachoeira, caias dos rios Uaupés e Tiquié;
- Comunidades que fazem parte do CABO - Tunui e Assunção do Içana, compreendendo as comunidades do rio Içana e Aiari;
- Comunidades que fazem parte do CAINBRN - São Jorge e Cartucho no baixo Rio Negro, e em Curicuriari Maturacá.

Os Indígenas presentes foram divididos em grupos sob a coordenação de uma das lideranças locais, indicadas por eles, para que fossem discutidos os seguintes itens: perfil do curso, objetivos, perfil do estudante que se quer formar, perfil do docente do curso, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares, tempo de duração do curso, formas de ingresso e desligamento e número de estudantes por turma.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No início de novembro de 2005, ocorreu a segunda reunião da comissão que sistematizou as discussões ocorridas nas comunidades para apresentação na assembleia geral no final de novembro de 2005.

Nos dias 29 a 30 de novembro de 2005, foi realizada a “Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro”, na maloca da FOIRN, onde foi definido por consenso, o projeto pedagógico do curso, a partir das sugestões vindas das comunidades. A Assembleia em questão foi coordenada pela Prof^a Ivani Faria, pelo Prof. Raimundo Nonato Pereira da Silva, por Elio Fonseca e Madalena Paiva, do departamento de Educação da FOIRN, contando com a presença de mais de 100 indígenas (20 representantes de cada coordenadoria) e indígenas habitantes da sede do município. Estiveram presentes também representantes da FEPI, FUNAI/SGC/ Manaus, EAF-SGC, ISA, Diocese, FOIRN, APIARN, COPIARN, SSL, IBDS, SEMEC/SGC e SEDUC.

Em 2006, durante o II Seminário “Construindo a Educação Indígena da Região do Rio Negro”, o projeto final foi apresentado, tendo a plenária reiterado o mesmo, alterando no nome do curso para “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” que originalmente era “Políticas Educacionais e Desenvolvimento Comunitário”.

No dia 29 de janeiro de 2007, finalmente o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Resolução nº 028/2007), cuja relatora, Prof^a Dra. Arminda Mourão, diretora da Faculdade de Educação, expôs com detalhes a metodologia do Aprendizagem pela Pesquisa, os princípios norteadores do projeto e a política linguística do mesmo. O projeto em questão apresentava, inicialmente, uma oferta de 120 vagas distribuídas em 03 turmas, conforme a territorialidade linguística, da região: 40 vagas para a turma Baniwa (falantes das línguas Baniwa e Kuripako); 40 vagas para a turma Tukano (falantes da família linguística Tukano Oriental) e 40 vagas para a turma Nheengatu (falantes desta língua).

O projeto então foi enviado para o edital PROLIND/2009, sendo aprovado no eixo III (portaria nº 10/2009) para rediscussão, muito embora tenha sido enviado para o eixo I. Uma nova discussão sobre o projeto foi realizada no período de 03 a 11 de novembro de 2009, nas comunidades de Tunui, Cucui, Taracúá e sede de São



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Gabriel da Cachoeira. Os pontos discutidos foram: perfil do curso, objetivos, perfil do estudante que se quer formar, proposta metodológica, formas de avaliação, gestão do curso, política linguística, organização e componentes curriculares, pontos estes que foram referendados e aprovados por unanimidade.

A gestão do curso é composta pela coordenação colegiada, formada pela coordenação geral, coordenadores de turmas, que envolve o Núcleo Docente Estruturante, e pelo Conselho Universitário Indígena (específico para a licenciatura em questão) conselho este formado por professores, estudantes (por turma), lideranças tradicionais (por turma) e representante de Associações Indígenas parceiras.

O Conselho Universitário da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” foi instalado no dia 10 de agosto de 2010 e o colegiado no dia 03 de abril de 2012, juntamente com a criação do Núcleo Docente Estruturante.

O curso foi composto inicialmente por 03 (três) turmas, Tukano, Baniwa e Nheegatu, que ocorrem nos turnos matutino e vespertino, regular de caráter modular, com ingresso bianual, contando com processo seletivo específico. Por ser um curso indígena superior amparado pela legislação da Educação Escolar Indígena, a forma de ingresso pode ocorrer de forma específica, não sendo possível, desta forma, o ingresso por meio do PSC e ENEM.

Deve-se ressaltar que pela natureza da proposta metodológica (Aprendizagem pela Pesquisa e currículo pós-feito), este curso pode ser ofertado para qualquer povo indígena respeitando as diferenças culturais e territoriais dos mesmos, não se restringindo a região do alto Rio Negro.

O curso vem somar-se ao movimento pela construção de uma Educação Indígena Superior no Brasil, mais especificamente no Estado do Amazonas, onde se concentra a maior diversidade cultural e linguística do país. Deste modo, significa um importante passo a ser dado para consolidar as relações de parceria que a UFAM vem construindo junto ao Movimento Indígena do Amazonas, no sentido de saldar uma dívida com os povos indígenas e de garantir seus direitos à educação autônoma, intercultural e a universidade pública e gratuita.



1.1.2 – Perfil do Curso

O Curso “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” apresenta o seguinte perfil:

- Curso com turmas de licenciatura por territorialidade linguística, bilíngue conforme o contexto linguístico de cada povo indígena (40 estudantes por turma);
- Curso modular intensivo, integral (8 horas/aula/dia);
- Duração de 4 anos, em 08 semestres letivos com 08 etapas intensivas e 08 intermediárias, com carga horária de 3.550 horas;
- Pretende formar professor/pesquisador para atender à comunidade, no desenvolvimento de projetos que contribuam para evitar o êxodo;
- Formação específica para indígenas (professores e demais indígenas);
- Currículo pós feito (*pos factum*), aberto e flexível voltado a discutir e pensar uma política pública educacional, linguística, cultural e de desenvolvimento comunitário sustentável para a região;
- Pretende-se que, além das práticas didáticas pedagógicas como docente, o egresso também desenvolva habilidades como: pesquisa, tradução, gerenciamento de projetos artísticos, linguísticos; comunicação-oratória-leitura e interpretação, gestão territorial, analista-crítico social;
- Curso integrado que articula o conhecimento indígena e não-indígena, intercultural por meio da metodologia da Aprendizagem pela Pesquisa;
- Certificação/titulação: **licenciado em Educação Indígena cuja área do conhecimento é definida pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, podendo atuar como professor no ensino fundamental e médio, em escolas indígenas e não-indígenas do sistema de educação público e privado; planejar, organizar, gerenciar diversos projetos, programas e ações vinculadas ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base, bem como criar e desenvolver políticas públicas culturais, linguísticas, ambientais e educacionais:



- Voltado à produção de material literário e audiovisual nas línguas de acordo com o contexto e identidade cultural e territorial da região.

1.1.3 - Perfil do docente

Os docentes atuantes na “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” são definidos a partir da proposta curricular, de acordo com as práticas investigativas e pesquisas a serem desenvolvidas. Priorizar-se-á aqueles com conhecimento e pesquisas sobre os povos indígenas do Alto Rio Negro, e das turmas especiais; aqueles que desenvolvem ou desenvolveram pesquisas, projetos e ensino junto aos povos indígenas ou que tenham afinidade com a questão indígena. Além dos professores pertencentes ao quadro da UFAM, outros poderão ser convidados como docentes para o curso como professores colaboradores. Embora a maioria dos docentes esteja vinculada à UFAM, o curso proporcionará o envolvimento no seu corpo docente também com colaboradores credenciados de outras IFES, INPA, UEA, SEMEC/SGC, SEDUC/AM, etc.

1.1.4 - Formação de Pessoal e Mercado

Atualmente, no território brasileiro, existem aproximadamente 246 povos indígenas (CIMI, 2010) falantes de cerca de 180 línguas indígenas diferentes entre si. Só no estado do Amazonas, há cerca de 70 povos contando com 60 línguas indígenas que resistiram ao processo colonizador.

Na década dos anos 2000, foram realizados vários encontros, seminários, conferências de educação, semanas pedagógicas e acadêmicas que discutiram uma política educacional para os povos indígenas do Amazonas. De um modo geral, nestes encontros, as avaliações indicavam que a educação oferecida na rede pública municipal, estadual e federal, iniciada, significativamente, com a missão Salesiana na região, sempre teve como princípio a integração do indígena à sociedade nacional, sem respeitar as diferenças culturais e linguísticas e a legislação vigente sobre educação indígena, promovendo assim “uma educação não-indígena com base na cultura ocidental para indígenas”. Iniciativas da UFAM, com data bem mais recente, não fugiram à regra, apesar de representar um esforço



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

institucional gigantesco. Ofereceram-se cursos de graduação seguindo fielmente o Projeto Pedagógico do curso da sede/Manaus.

O resultado manifesto desta filosofia, que traz com ela o elemento centralizador, é que, devido à busca pela escolarização, por novas oportunidades, está havendo um êxodo das comunidades indígenas para a sede do município, promovendo assim problemas sociais de toda ordem. Ao se mudarem para São Gabriel da Cachoeira e, uma vez que todos os cursos acima relatados têm exclusivamente o português como língua de instrução, estes indígenas começam a sofrer um processo de substituição e de desvalorização de sua língua materna (índigena) pelo português, como língua de uso, promovendo, cada vez mais, um processo de deslocamento linguístico e fortalecendo a diglossia.

Diante desta situação, definiu-se coletivamente (Seminário Interinstitucional fevereiro/2005) que nenhum projeto ou discussão sobre a educação devesse ser promovido pelas diversas instituições de ensino municipal, estadual e federal de forma isolada ou separada, mas que todos deveria seguir um caminho único, com princípios específicos para atender às necessidades e demandas da diversidade cultural indígena, de acordo com o que postulam as leis que regem a educação indígena desde o ensino fundamental até o superior.

Pretende-se, com isso, promover a formulação de cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizem a cultura e o conhecimento indígena, articulado com o conhecimento não-indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual com base na contexto da região, vinculados a projetos que possam promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se, deste modo, ao estado de abandono em que se encontram e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência, para que se possa conter, assim, o êxodo indígena das comunidades e fortalecer a identidade dos povos habitantes do estado do Amazonas.

Uma educação escolar que contribua para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é já, há algum tempo, um direito garantido por lei. A Constituição assegura, além do direito ao uso da língua materna, os processos próprios de aprendizagem, possibilitando,



assim, PROJETOS DE ESCOLAS indígenas diferenciadas, específicas, bilíngues e interculturais.

Em 1993, concretizando os direitos conquistados na Constituição, o Ministério da Educação publicou o documento intitulado “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”, elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos estados e municípios em relação à educação escolar indígena. Este documento retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação brasileira, que passa a reconhecer o direito à diferença e a proteção às organizações sociais, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições próprias das populações indígenas:

A educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngue, específica e diferenciada:

a) cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua;

b) cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros - formal, coloquial, etc.

c) a língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade. Novos conhecimentos são mais natural e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas.

A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78, também garante:

Criação de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

A mesma Lei de Diretrizes e Bases, em seu Art. 79, determina que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, destacando ainda, em seu inciso 1º, que “os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas”.

O Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, dispõe no seu Art.2º sobre os objetivos da educação escolar indígena:

I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;

III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;

IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado;

VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

O artigo 9º. §1º, do mesmo Decreto, orienta os cursos de formação de professores indígenas à:

I - constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes apropriadas para a educação indígena;

II - elaboração, ao desenvolvimento e à avaliação de currículos e programas próprios;

III - produção de material didático; e



IV - utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

O Decreto nº 26/91 - atribui ao MEC as ações referentes à educação indígena; Portaria interministerial nº 559/91: - prioriza a formação e/ou capacitação permanente de professores índios para prática pedagógica; - garante aos estudantes indígenas a necessária condição para a continuidade do seu processo de ensino-aprendizagem nas demais escolas do sistema nacional de ensino;

Decreto nº 1904/96 - assegura às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural;

Resolução nº 003/99 - Conselho Nacional de Educação Artigo 6º, parágrafo único: “será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.” Artigo 7º: os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

Plano Nacional de Educação (2001) Dos Objetivos e Metas:

item 12 - Fortalecer e ampliar as linhas de financiamento existentes no ministério da educação para a implementação de programas de educação escolar indígena, a serem executados pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, organizações de apoio aos índios, universidades e organizações ou associações indígenas. item 17 - Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.

Desse modo, qualquer incentivo a esses programas servirá para pôr em prática um direito dos indígenas, assegurado pela Constituição: a participação ativa no planejamento de sistemas alternativos de educação, bem como na produção e divulgação de conhecimentos diferenciados.

Para as sociedades indígenas a preservação da identidade étnica significa a garantia da própria existência, e a escola passa a ser, nessa perspectiva, espaço positivo de sua reconstrução. Para que isto de fato ocorra, faz-se necessária a



formação de recursos humanos indígenas, que assumam o papel de professores/pesquisadores de suas próprias culturas.

Neste sentido, o curso “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” é uma reivindicação destes povos há mais de uma década que sempre tiveram como objetivo a formação de cidadãos indígenas para promover a sustentabilidade da região e atender as escolas indígenas.

1.1.5 - Campos de Atuação Profissional

Os licenciados em Educação Indígena podem se inserir no mercado de trabalho e no mundo do trabalho de suas comunidades étnicas, seja junto a instituições públicas, privadas e terceiro setor atuando das seguintes formas:

- no setor público para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígenas;
- nas comunidades e instituições não-governamentais indígenas e não-indígenas para elaborar, administrar e avaliar projetos e políticas culturais, educacionais e ambientais indígena;
- como docente nas escolas indígenas e não-indígenas de nível fundamental e médio do sistema público e privado;
- como tradutor português/língua materna ou língua materna/português no setor público e privado governamental e não-governamental;
- como pesquisador em instituições públicas e privadas que envolvem questões sobre cultura, ambiente, educação indígena e gestão territorial.

O egresso da licenciatura também está habilitado a prestar qualquer concurso para escolas indígenas e não-indígenas da rede pública de nível fundamental e médio bem como de nível superior.

Desta forma, o Licenciado em educação indígena é o profissional com titulação para exercer legalmente as funções de docência, do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental (antigas 5ª a 8ª série) e todo o Ensino Médio em escolas indígenas e não indígenas.

1.1.6 - Regulamento e Registro da Profissão



A regulamentação do professor indígena para atender as escolas Indígenas está amparado nas legislações: Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009; Resolução nº 003/99 - CNE Plano Nacional de Educação de 2001 e Resolução nº05/2012 – CEB/CNE.

1.1.7 - Perfil do Profissional a ser formado

Perfil Comum:

- Postura ética, atuação crítica, autônoma e criativa; autonomia intelectual; respeito à pluralidade inerente aos ambientes profissionais e atuação propositiva na busca de soluções de questões demandadas pelos povos indígenas

Perfil Específico:

- Professor/pesquisador que produza conhecimento e construa epistemologias próprias;
- Professor/pesquisador que integre na sua prática docente a interculturalidade;
- Professor/pesquisador comprometido que possa desenvolver, planejar, organizar, gerenciar diversos projetos, programas e ações vinculadas ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base de acordo com os interesses coletivos definidos pela sua comunidade étnica;
- Professor/pesquisador bilíngue que possa compreender de forma articulada, crítica e intercultural os conhecimentos indígenas e não-indígenas por meio da metodologia do Aprendizagem pela Pesquisa;
- Professor/pesquisador que contribua na construção e implementação de políticas públicas educacionais, valorização/afirmação cultural e linguística, ambientais e desenvolvimento comunitário dos povos indígenas da região vinculados ao sistema educacional formal e não formal e as organizações sociais de base;



- Além das práticas didático/pedagógica como docente, também desenvolverá habilidades como pesquisa, tradução, gerenciamento de projetos artísticos e linguísticos, comunicação-oratória-leitura e interpretação, gestão territorial e analista-crítico social;
- Produtor de material literário e audiovisual nas línguas indígenas de acordo com o contexto e identidade cultural e territorial de seu respectivo povo.

1.1.8 . Competências Gerais/ Habilidades/Atitudes/Valores

Visando o desafio de formar professores indígenas qualificados, preparados para exercício da cidadania, para a vida cultural e o mundo do trabalho, é preponderante que saibam articular seus conhecimentos indígenas com os não-indígenas para transformá-los em ação, a partir da valorização da cultura, das línguas indígenas e o fortalecimento de uma educação escolar indígena específica, democrática e intercultural para alcançarem a autonomia e o bem viver postulado por seus antepassados.

1.1.9 - Objetivos do Curso

Objetivo geral

Promover a formação de professores/pesquisadores proporcionando a formulação de políticas públicas educacionais e processos pedagógicos próprios respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas.

Objetivos específicos:

- a)** Aprofundar o conhecimento pedagógico e político do professor indígena, atendendo aos princípios da formação diferenciada e intercultural até agora experimentados no Estado e no País;
- b)** Formar professores a partir de uma proposta política pedagógica que possa ser capaz de mantê-los em suas terras indígenas, no desenvolvimento dos trabalhos dentro da comunidade, mudando o foco da visão de formação superior da cidade para a comunidade;



- c) Ampliar a compreensão crítica das relações interculturais e multiculturais e a capacidade de atuação nos projetos de fortalecimento cultural dos povos indígenas;
- d) Propiciar a formação profissional capaz de pensar e criar instrumentos e processos pedagógicos com epistemologias próprios e específicos na sua prática docente para a sustentabilidade em suas comunidades;
- e) Formar professores indígenas para serem administradores e gestores de seus processos educativos e societários;
- f) Propiciar aos professores indígenas a criação de um diálogo formal com os não-indígenas;
- f) Produzir material textual nas várias linguagens, capazes de atender às demandas por material literário e audiovisual específicos para as escolas indígenas;
- g) Promover a formação de pesquisadores indígenas, nas áreas do conhecimento de interesse dos seus povos, fortalecendo os processos interativos entre as escolas indígenas e suas comunidades, na realização de projetos sociais e ações integradas.

1.2. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Aprendizagem pela Pesquisa.

A característica emancipatória da educação exige a pesquisa como método formativo, pela razão principal de que somente um ambiente de sujeitos pode gerar sujeitos (DEMO, 2004). Pesquisar trata-se de ler a realidade de modo questionador e de reconstruí-la como sujeito competente que se constrói permanentemente. A pesquisa é o questionamento reconstrutivo que envolve teoria e prática, envolvendo também a qualidade formal e qualidade política.

Lawrence Stenhouse (1926-1982) foi pioneiro em falar no ensino pela pesquisa e defensor da figura do professor-pesquisador. A necessidade de utilizar a pesquisa como recurso didático já era discutida desde a década de 1930, mas foi esse inglês quem jogou luz sobre o tema, 30 anos mais tarde. "A técnica e os conhecimentos profissionais podem ser objeto de dúvida, isto é, de saber, e, conseqüentemente, de pesquisa", justificava. Assim, acreditava ele, todo educador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

tinha de assumir seu lado experimentador no cotidiano e transformar a sala de aula em laboratório. Em condições ideais, todos seriam capazes de criar o próprio currículo, adequado à contexto e às necessidades dos estudantes.

Ele julgava necessário que o docente tivesse pleno domínio da prática pedagógica e acreditava na investigação como único caminho para isso. Portanto, a investigação em sala de aula deve ser voltada para a prática. Não é um trabalho acadêmico e puramente teórico. Afirmava que todo professor deveria assumir o papel de aprendiz sob a premissa de quem mais precisa aprender é aquele que ensina. Quando o professor está aberto para aprender continuamente, deixa de se comportar como dono do saber. "Creio que a maior parte do ensino que se oferece nas escolas e universidades estimula esse erro.....É por isso que muitas pessoas que passaram pela escola têm com o saber uma relação de pouca autonomia, entendendo-o como reafirmação da certeza autorizada. A elas foi negado o prazer de viver a aventura do conhecimento investigativo (aula inaugural na Universidade de East Anglia, na Inglaterra, em 1979, intitulada *Research as a Basis for Teaching*).

Stenhouse defendeu fervorosamente que o ensino mais eficaz é baseado em pesquisa e descoberta, que fundamenta a proposta metodológica do curso.

No início das discussões usávamos o termo **Ensino via Pesquisa**, no entanto, a partir de discussões com referências em Paulo Freire e experiências da profa. Ivani Faria com turmas da Disciplina Ensino via Pesquisa (EVP) para o curso de Geografia da UFAM criada 2010, optamos por redefinir o termo da proposta metodológica para **Aprendizagem pela Pesquisa**, devido ao uso da palavra ensino estar associado como algo a ser ensinado que deve ser copiado, padronizado, treinado, adestrado, repetitivo, condicionado, restringindo-se a uma educação instrucionista, autoritária e bancária como afirmado por Freire (1982), não estando articulada com os princípios da aprendizagem por meio da educação democrática, ou seja, a proposta político pedagógica e metodológica do curso está fundamentada na aprendizagem pelos estudantes e não no ensino.

A "Aprendizagem pela Pesquisa" é uma concepção curricular que parte da ideia de que o currículo é aberto, flexível e se organiza sobre PROBLEMÁTICAS – perguntas formuladas pelos discentes sob a supervisão do professor, que serão respondidas processualmente a partir de PESQUISAS realizadas pelos estudantes,



permitindo assim o desenvolvimento de várias HABILIDADES intelectuais que vão desde fazer as perguntas adequadas, até conceber métodos capazes de apreender e explicar o que se quer saber sobre cada um dos objetos de conhecimento circunscritos em cada caso. A “Aprendizagem pela Pesquisa” (doravante APP) constrói um currículo baseado no APRENDIZADO dos estudantes e não no ENSINO do professor, que organiza o tempo e os meios disponíveis para que o estudante passe por experiências de aprendizagens.

A APP nasceu da crítica aos currículos fechados, que podiam ser reproduzidos em qualquer lugar, opacos ao contexto em que os processos educacionais ocorriam.

Essa crítica envolve ainda dois outros aspectos dos currículos disciplinares fechados: a rotinização de conteúdos prontos, repetidos sempre nos mesmos períodos, o que ocasiona normalmente baixo interesse por parte do corpo discente e a conseqüente queda no aproveitamento dos cursos e a epistemologia associada a esta rotinização que é a de uma concepção de conhecimento enquanto produto e não enquanto processo, omitindo, assim, frequentemente, dos estudantes um dos aspectos mais importantes do conhecimento, ou seja, o modo como ele emerge, sua natureza processual histórica. É por esta razão que se tem falado de uma “epistemologia da repetição”, que prejudica a educação brasileira num momento em que a emergência da “sociedade do conhecimento” estrutura-se crescentemente sobre a capacidade desdobrada de produção contínua de novos conhecimentos.

A APP é definida pelo contexto educacional local e pelos interesses do grupo de educandos que se encontram em processo de formação. Trabalha a partir de uma metodologia que capta e discute os interesses e os contextos de vida dos estudantes, formulando pesquisas a partir desses interesses e contextos. Pesquisas essas que serão realizadas pelos educandos, estabelecendo assim (os interesses) como ponto de partida, mas não como ponto de chegada.

O currículo formula-se, então, no decorrer do próprio curso, assim, este modo de construção curricular tem sido chamado de “CURRÍCULO POST-FACTUM”, na medida em que somente ao final do curso, cumprida uma carga horária pré-estabelecida e realizados os requisitos de produção (monográficos, TCC, etc.) se tem uma descrição completa do currículo. Os componentes curriculares para cômputo e organização da carga horária são: pesquisa, prática investigativa, prática



profissional (Estágio supervisionado) e projetos especiais, especificados posteriormente.

Desta forma, o currículo é construído à medida que se desenvolve, por meio das problemáticas definidas coletivamente pelos discentes, a partir de seu cotidiano e contexto sociocultural e econômico, sobremaneira que este nunca se repete, pois os discentes não são os mesmos nas próximas turmas.

Utiliza-se, para abertura das problemáticas (pesquisas) e das práticas investigativas, o mapa conceitual que consiste em representações gráficas semelhantes a diagramas, que indicam relações entre conceitos ligados por palavras ou perguntas. Representam uma organização que vai desde os conceitos mais abrangentes até os menos inclusivos. Assim, os mapas conceituais são utilizados para auxiliar a organização e a sequenciação dos conteúdos, de forma a oferecer estímulos adequados ao estudante.

A abordagem utilizando os mapas conceituais está embasada em uma teoria construtivista, pois entende que o estudante constrói seu conhecimento e significados a partir da sua predisposição para realizar esta construção. Servem como instrumentos para facilitar o aprendizado do conteúdo sistematizado em conteúdo significativo para o aprendiz.

Esse fato advém, muito simplesmente, de que se trata de uma forma de aprendizagem amigável aos contextos locais, flexível, capaz de refletir as preocupações e interesses dos grupos étnicos específicos envolvidos no processo de formação. Vale a pena ressaltar que a APP é uma proposta não-disciplinar² que considera um fato muito importante: o conhecimento não está organizado em todas as culturas nas mesmas chaves cognitivas e epistemológicas com que foram organizados na tradição disciplinar Ocidental moderna, tradição esta que divide (pretensamente e claramente) o que é a matemática do que é a física ou a química.

Trabalhar com disciplinas implicaria em formatar os conhecimentos indígenas dentro de princípios ideológicos e epistemológicos ocidentais de pensamento, dentro dos quais eles perderiam totalmente sua funcionalidade e sua operatividade,

² Não há hoje dúvidas sobre o fato de os povos indígenas terem feito e continuarem fazendo pesquisas sobre os mais diversos aspectos da vida humana, o que se reflete, para dar um exemplo, no amplo domínio botânico e farmacológico sobre a região de maior diversidade botânica do planeta, a Amazônia, e que tem sido motivo de cobiça por parte das grandes indústrias farmacológicas dos países centrais.



transformando-se em arremedos folclóricos das suas próprias possibilidades. A experiência de outros cursos superiores e médios voltados para a formação de docentes ou profissionais indígenas mostra que os cursos disciplinares, voltados à *transmissão* de conhecimentos, não se tornam relevantes para os diversos desafios que os indígenas enfrentam no mundo atual.

Mesmo na tradição escolar ocidental, há hoje uma série de críticas à forma disciplinar de **ensino** – expressas na discussão da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e não-disciplinaridade dos currículos, dada a percepção crescente de que a fragmentação dos conhecimentos despotencializa o estudante e sua atuação no mundo, à medida que este não consegue integralizar e estabelecer relações entre os conhecimentos “passados” de forma separada, de modo que o estudante não consegue relacionar o que se chama de “português” como o que se chama de “matemática” ou “geografia”.

Críticos atuais relacionam a escola disciplinar com o *fordismo* da produção, em que se exigia do trabalhador apenas uma especialização em uma tarefa única ou em poucas tarefas. Nesse sentido, a escola hoje, por sua vez, como os modernos e flexíveis modos de produção, em que o trabalhador precisa compreender muito mais do trabalho que realiza – o que envolve ter iniciativas para transformá-los a todo o momento – já que os processos mecânicos e repetitivos de trabalho tem sido crescentemente substituídos pelo processo de automação da produção, o mesmo ocorrendo com o chamado ‘trabalho intelectual repetitivo’, próprio da sociedade pós-moderna e da concepção de cidadão crítico.

A pesquisa não é disciplinar, mas transcende as fronteiras do que seriam as chamadas disciplinas - matemática, português, biologia, geografia, etc. Essas áreas são formas cristalizadas da nossa tradição escolar (e da nossa tradição ocidental), mas não aprendemos ou atuamos com nosso conhecimento separando rigidamente e simplificando os limites que as disciplinas procuram nos impor. Quando localizamos um conjunto de problemáticas e perseguimos honestamente a solução das questões envolvidas, o conhecimento gerado ou aprendido vai aparecendo em ordens diversas, em percursos e combinações próprias, sem as amarras das fronteiras das disciplinas tradicionais. Portanto, a pesquisa não se fixa nos limites da



disciplina, assim, não é uma pesquisa em matemática, em português, ou em geografia, já que não é assim que lidamos com o mundo.

As disciplinas são uma forma específica de organização do conhecimento e, em muitos casos, tem uma função didática, mas elas não devem ser a chave organizadora da construção do conhecimento na pesquisa, sob o risco de, por um lado, justamente desrespeitar os interesses dos participantes que não se expressam nessa forma de organização dos conhecimentos, e de outro, de fragmentar os percursos em várias partes que não se comunicam entre si. Nossa sociedade se organiza institucionalmente dessa forma, mas a forma como nós adquirimos conhecimento não se organiza necessariamente ou prioritariamente assim.

Desse modo, a APP é expressão tanto do que há de mais avançado e atual nos processos de produção de ponta dos países centrais, como dos processos de produção dos conhecimentos indígenas, que nunca foram retirados do seu contexto de aplicação. Desse modo, é muito importante que a licenciatura ora oferecida pela UFAM como primeiro curso da futura “Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro” caminhe *pari passu* com estes novos desenvolvimentos pedagógicos.

A APP permite que os conhecimentos indígenas sejam tratados na sua cosmovisão, respeitando assim a forma de organização do mundo própria dos povos indígenas envolvidos no processo educacional. Permite, ao mesmo tempo, que os envolvidos expressem suas necessidades de conhecimento e interesses sobre os conhecimentos ocidentais e de outros povos, integrando de várias formas (comparativa, contrastiva, histórica, etc.) estes conhecimentos à sua própria experiência histórica e cultural, resignificando-os ou não, permitindo assim, controlar as forças de transformação do sistema colonial e reafirmando a suas autonomias.

A APP permite, ainda, um processo contínuo de criação de conhecimentos e de objetos culturais associados a eles (livros, filmes, discos, objetos artísticos, etc.) que institui a Autoria Indígena, possibilitando assim que os indígenas se tornem autores reconhecidos em suas próprias culturas e no exterior delas, e não somente “informantes” dos cientistas não-indígenas, brasileiros ou estrangeiros, que coletam informações e escrevem seus trabalhos acadêmicos, com pouco ou nenhum retorno



para as comunidades indígenas se tornem donos de seus próprios destinos e do devir

Por fim, a APP fundamenta-se em uma proposta de educação Indígena Superior (NEVES, 2012), pautado na descolonização dos saberes, construído a partir das cosmologias e ideologias indígenas de forma conjunta e intercultural, articulando os conhecimentos não-indígenas, conforme a necessidade dos povos, proporcionando a construção de epistemologias e registro de categorias e conceitos próprios.

1.2.1- Política Linguística: a valorização e fortalecimento da cultura³

O Alto Rio Negro é a região mais plurilíngue do continente americano, com um sistema ecolinguístico de 23 diferentes línguas indígenas pertencentes a cinco famílias linguísticas: Família Tupi-Guarani (Nheengatu), Família Tukano Oriental (Tukano, Tuyuka, Desana, Wanano, Piratapuya, etc.), família Aruak (Baniwa, Kuripako, Tariano, Werekena) e Makú (Nadëb, Daw, Yuhup, Hupda) e família Yanomami, além de duas línguas da família românica, o Português e o Espanhol. Uma licenciatura em tais condições culturais e sociolinguísticas é um empreendimento muito diferente de todos os contextos em que a universidade brasileira já ocorreu, e nesse sentido a UFAM é a primeira universidade do país a desenvolver esse '*savoir faire*' pedagógico.

Além disso, o Alto Rio Negro, especificamente para os povos da família linguística Tukano Oriental, é o único lugar do mundo em que as regras de matrimônio se baseiam na chamada EXOGAMIA LINGUÍSTICA, isto é, na obrigatoriedade do casamento com mulher falante de outra língua. Este tipo de regra matrimonial conduz as pessoas bilíngues precoces coordenados ou, mais frequentemente ainda, à proficiência em várias línguas, dado que numa comunidade há falantes potenciais de várias línguas (de 3 ou 4 até 12 línguas diferentes).

A legislação brasileira (Constituição Federal de 1988, LDB/2006, Resolução 03 e 05 do CNE/CEB, etc.) e internacional (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos) reconhecem aos povos minoritários em geral e aos indígenas em

³ Texto elaborado com apoio do Prof. Gilvan Müller de Oliveira.



particular o direito de uso das suas línguas próprias nos processos educacionais em todos os níveis escolares. Além disso, São Gabriel da Cachoeira goza de uma legislação municipal própria sobre o assunto, expressa nas Leis nº145 de dezembro de 2002 e nº210 de outubro de 2006, da Câmara dos Vereadores do Município de São Gabriel da Cachoeira, que CO-OFICIALIZA E REGULAMENTA AS LÍNGUAS TUKANO, NHEENGATU E BANIWA, atribuindo-lhes estatuto de uso obrigatório no sistema educacional, na mídia e no atendimento público aos cidadãos, já que 95% dos cidadãos de São Gabriel da Cachoeira são indígenas.

Todos os cidadãos indígenas do município praticamente dominam pelo menos uma das três línguas co-oficializadas, independente de falarem também outra língua da sua própria etnia, já que estas três línguas são línguas veiculares de territórios linguísticos específicos⁴: O Tukano é a língua veicular da bacia do Uaupés, incluindo os afluentes Tiquié, Papuri e Umari; o Nheengatu é a língua veicular do Rio Negro a jusante de Santa Izabel até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, incluindo-se ainda o rio Xié até Anamoim, o baixo curso do Içana e o rio Cubate e o Baniwa, por sua vez, domina o médio e o alto curso do rio Içana e o rio Aiari. A política de co-oficialização destas três línguas veiculares beneficia, portanto, todos os cidadãos indígenas, e não somente os falantes que às tem como língua materna. Vale ressaltar que a própria Lei nº145/2002, regulamentada pela Lei nº 210/2006, prevê o direito das outras etnias de disporem de educação básica nas suas línguas étnicas, para evitar e mesmo reverter os processos de deslocamento linguístico, seja sob efeito da chamada “tukanização” ou de deslocamento linguístico iniciado na década de 40 pelo Nheengatu e ainda em curso em alguns contextos sociolinguísticos.

Como exemplo da expressão da nova visão de formação de professores, o CURSO DE MAGISTÉRIO INDÍGENA II, da Secretaria Municipal de Educação, que está formando a nova geração de professores para as cerca de 200 escolas municipais das comunidades indígenas tem como LÍNGUAS DE INSTRUÇÃO as

⁴ A única exceção são os Yanomami, que não dominam nenhuma destas línguas veiculares porque estão fora da área cultural rionegrina propriamente dita. Os povos Maku, em geral, têm conhecimento também do Tukano, especialmente os homens, e esta proficiência tem crescido à medida que os Hupda e Yuhup se aproximam das comunidades falantes de Tukano nas margens dos rios, abandonando, em muitos casos, seus territórios tradicionais no centro da floresta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

três línguas co-oficiais do município. São 315 cursistas de 14 etnias diferentes que estudam segundo a TERRITORIALIADE linguística em que seu povo está inserido. Os cursistas foram apontados pelas comunidades, de modo que representam os planos político-pedagógicos destas comunidades para suas próprias escolas.

O Curso de Magistério Indígena II, assim como as escolas piloto Tuyuka Utapinoponã, Baniwa, Paamáli, Tukano, Yupury FOIRN/ISA com assessoria do IPOL e Tukano Yepa Mahsã com assessoria da UFAM, criadas na década dos anos 2000, o projeto em parceria é um campo de provas para a proposta pedagógica da APP e para a política linguística proposta nesta licenciatura.

A política linguística adotada pela “Licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” tem como objetivo a promoção das línguas veiculares co-oficiais, e de sua equipagem para que estas possam ocupar funções cada vez mais sofisticadas no mundo do letramento e da administração pública. A Licenciatura está estabelecida sobre as mesmas bases conceituais, e também territoriais, do trabalho já iniciado na formação de professores para a formação básica. Assim, por estar em consonância com esta formação, pode, por um lado, complementá-la e por outro, também evitar as contradições frequentes e, por vezes desastrosas, encontradas no sistema educacional brasileiro, em que, muitas vezes, uma instituição destrói o que outra instância educacional já realizou ou está realizando.

A UFAM, através da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, mostra sua capacidade de perceber os contextos sociopolíticos e socioeducacionais em que trabalha, e soma esforços com a Secretaria Municipal da Educação, que era responsável pelo Magistério Indígena II e com a Federação das Organizações Indígena (FOIRN), parceiras deste esforço.

Essa experiência prévia é muito importante, porque dispomos de dados sobre o funcionamento de cursos deste tipo, dispomos de assessores pedagógicos, antropológicos e linguísticos, conhecedores da região, de sua especificidade e de conhecimento do terreno para as necessidades logísticas que este tipo de trabalho demanda. No Magistério, ainda, foram feitos levantamentos que permitem entender melhor a necessidade educacional e cultural da região, e tem sido um campo de



provas para um corpo docente, da UFAM e de outras Universidades Federais que poderá ser convidado a prestar seus serviços à licenciatura.

A visão pedagógica da APP é complementar à política linguística adotada pelo curso, que visa garantir soluções plurilíngues para uma região plurilíngue, assegurando, deste modo, não só que as línguas indígenas não sejam deslocadas, em seus ambientes tradicionais de uso, pelo Português, mas também que estas línguas sejam potencializadas como línguas de trabalho, como línguas de produção científica e como línguas de administração, para citar apenas alguns dos seus novos usos, em conformidade com a legislação vigente.

Por isso, uma das tarefas da licenciatura é a da EQUIPAGEM das línguas indígenas envolvidas, como línguas de trabalho (as línguas de todas as etnias presentes no curso, e nas quais os estudantes trabalharão nas suas respectivas comunidades). Para que este processo ocorra, na “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, as línguas co-oficiais tem caráter de “Língua de Instrução”. A equipagem linguística se dá através da criação de INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS capazes de propiciar que estas línguas possam ser usadas nos mais variados contextos exigidos pelas comunidades de falantes.

Além dos instrumentos linguísticos usualmente considerados, como gramáticas e dicionários, é também muito importante a constituição de um corpo de material escrito diversificado, de acordo com as necessidades dos falantes. Isso implica na constituição de literatura narrativa, histórica ou beletrística, na constituição de léxicos terminológicos específicos, apropriados para permitir a tradução das e para as línguas envolvidas e na constituição de um corpo de profissionais capacitados, não só para as atividades docentes, mas também para as atividades de criação textual, digitalização das línguas, tradução, etc.

A APP é um canal pelo qual essas tarefas podem ser assumidas, mesmo que parcialmente, pelos próprios indígenas em formação que, ao final do curso, através das suas pesquisas, terão contribuído com uma política linguística de afirmação de suas próprias línguas. Evidentemente, esta política linguística não se esquece do papel do letramento qualificado em português e em línguas estrangeiras, especialmente do espanhol, ambas as línguas veículos importantes para as comunicações mundializadas e para o estabelecimento de alianças com outros



povos do Brasil e do exterior. Será uma das metas do curso garantir um alto grau de letramento em Português, através de uma política de leitura e ensino de Português como segunda língua, que estará em curso durante todas as etapas da licenciatura. Igualmente, através de oficinas, será desenvolvido no corpo discente a proficiência em espanhol, para este fim serão convidados docentes colombianos e venezuelanos, ou ainda de outras nacionalidades, e que ministrarão oficinas nesta língua.

Portanto, salienta-se que cada língua dos povos indígenas do Rio Negro terá um papel a desempenhar na licenciatura indígena, desenvolvida nas três turmas:

- a língua de instrução, as co-oficiais em cada pólo;
- as línguas de trabalho, as que são faladas/ empregadas pelos discentes sendo ou não co-oficializadas;
- línguas não indígenas: indispensáveis para o uso em situação de contato com a sociedade nacional e outros povos, funcionando neste caso, como língua que estabelece relações de contato interétnico, com indígenas que falam línguas diferentes das do Alto Rio Negro.

Neste sentido, face ao multilinguismo da região, ao mesmo tempo que fortalece a identidade, a cultura e a organização do movimento indígena no Alto Rio Negro, por meio do uso das línguas co-oficializadas como línguas de instrução, este curso busca fortalecer também as demais línguas maternas que são empregadas como línguas de trabalho tanto na oralidade quanto na escrita durante o desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas e culturais.

1.2.2 - Produção Literária.

(a) Coleção Saberes Indígenas

Esta coleção envolve 03 cadernos de pesquisa (Tukano, Baniwa e) elaborados anualmente que tem como objetivo divulgar os resultados das pesquisas realizadas pelos estudantes da “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” da Universidade Federal do Amazonas, cuja edição na língua materna visa promover a valorização das línguas indígenas e o fortalecimento de uma educação superior indígena específica e democrática.



- **Cadernos Tukano**, denominado *Ohpekõ Di'ta*, (“Mãe Terra”);
- **Cadernos Yëgatu**, denominado *Yëgatu Resewa*, “falando sobre o Yëgatu”;
- **Cadernos Baniwa**, denominado de *Baniwanai lanheekh*, “conhecimento do povo Baniwa”.

Ressalta-se que os nomes foram criados pelos estudantes das referidas turmas.

(b) Coleção Contos e Histórias indígenas

Esta coleção tem como objetivo publicar histórias e contos dos povos indígenas visando difundir a escrita e leitura das línguas na região, já que há ausência de material literário para o ensino fundamental e comunidade em geral. Serão escritos em língua materna e, em alguns casos, em língua portuguesa.

(c) Boletim Informativo

Há também a publicação semestral do boletim informativo de cada turma. “*Diawi*” é o nome do Boletim da turma Tukano; “*Waanheekhenai*” da turma Baniwa, “*Dabukuri*” da turma Yëgatu.

1.3- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

1.3.1. Titulação

Ao final do curso o egresso receberá o título de **Licenciado em Educação Indígena** com acréscimo no diploma da área do conhecimento, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Humanas e Linguagens; Linguística e Linguagens; Artes e linguagens; Ciências da Natureza e Linguagens e Ciências Exatas e linguagens) para obtenção do grau, defendido pelos estudantes.

1.3.2. Modalidades

Licenciatura Plena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável.

1.3.3. Número de vagas oferecidas pelo curso e forma de ingresso

Para ingresso no Curso, via processo seletivo contínuo e macro, são 120 vagas definidas por territorialidade linguística e por povos: turma Tukano (LIT - 40



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

vagas), turma Baniwa (LIB - 40 vagas) e turma Nheengatu (LIN - 40 vagas), oferecido aos povos indígenas do Alto Rio Negro, conforme solicitação dos mesmos, respeitando a legislação federal e estadual vigente bem como a Lei municipal nº 210/2006 de co-oficialização das línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheegatu no município de São Gabriel da Cachoeira.

A proposta metodológica e curricular do curso permite que se possa ter várias turmas conforme os aspectos socioculturais e linguísticos de cada povo indígena.

Podem ser ofertadas turmas, em caráter especial, conforme demanda, para os demais povos indígenas habitantes do estado do Amazonas.

Por ser um curso indígena superior amparado por legislação específica, a forma de ingresso ocorre por meio de processo seletivo exclusivo para indígenas, não sendo possível desta forma, o ingresso por meio do PSC e ENEM.

O ingresso será por meio de seleção bianual específica, composta por duas etapas uma Escrita e outra, Oral por turma/povo indígena, conforme edital a ser publicado pela PROEG/COMPEC discutido democraticamente com o colegiado do curso.

Só poderão se inscrever e participar do processo seletivo, indígenas que saibam falar e escrever a língua de instrução ou de trabalho do polo/turma correspondente.

A primeira etapa (escrita), consiste na elaboração de um texto a ser escrito em uma das línguas indígenas conforme contexto linguístico da turma onde o candidato demonstrará à comissão de seleção a proficiência da língua de instrução/trabalho do polo/turma em que se candidatou e na Língua Portuguesa, cujas perguntas/questões serão definidas pela Banca Examinadora do Processo Seletivo;

A segunda etapa (Oral), consiste em uma entrevista na qual o candidato deverá demonstrar à comissão de seleção a proficiência na língua de instrução ou de trabalho do Polo/Turma em que se candidatou, e na Língua Portuguesa, cujas perguntas serão definidas pela Banca Examinadora do Processo Seletivo.

A Comissão de Seleção será composta por examinadores indicados pelas instituições promotoras do curso (UFAM e Organizações Indígenas) compostas por professores da UFAM que fazem parte do curso (efetivos ou colaboradores) e



indígenas que possuem proficiência nas línguas de instrução e de trabalho. O número dos membros da comissão será proporcional ao número de candidatos.

Obs. Para a turma tukano, deverá ser observado a distribuição de vagas pelos povos que fazem parte da família Linguística Tukano Oriental

1.3.4 -Turno

O curso é oferecido no turno matutino e vespertino de forma modular. Atividades de campo e de laboratórios podem ser realizadas também no turno matutino, vespertino e noturno.

1.3.5 - Local de Funcionamento

O curso de Licenciatura está vinculado ao outrora, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, atualmente Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais e funcionará no Campus de São Gabriel da Cachoeira, ainda em construção, que receberá a denominação de “Centro Universitário Indígena do Rio Negro”. Devido à proposta política e pedagógica do curso que consiste em fortalecer a identidade dos povos indígenas, deslocando o foco da cidade para as comunidades, objetivando, assim, conter o êxodo indígena das comunidades para a sede do município, as turmas funcionam em comunidades localizadas na Terra Indígena, mais precisamente, em escolas pertencentes a rede estadual de educação, porém, de propriedade da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, no caso do pólo Tukano, e no Centro dos Saberes, no caso do pólo Nheengatu.

São Gabriel da Cachoeira dista 870 Km em linha reta de Manaus. Para se deslocar de um município ao outro, pode-se utilizar 03 meios transportes: **aéreo**, cuja viagem tem duração em média de 02 horas; **fluvial**, por barco regional com duração de 03 dias de viagem e por lancha expressa com duração de 01 dia.

A Turma Tukano, funciona na comunidade de Taracuí, localizada no rio Uaupés, distante 07 horas de São Gabriel por via fluvial com deslocamento feito por meio de deslizadores com motor 40 HP.

A turma Nheengatu, funciona no Centro dos saberes na comunidade de Cucui, localizada no rio Negro, na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Colombia,



distante 07 horas de São Gabriel da Cachoeira por via fluvial, utilizando-se deslizadores com motor 40HP como meio de transporte.

A turma Baniwa, funciona na comunidade de Tunui, rio Içana, distante em média de 08 a 10 horas de São Gabriel da Cachoeira por via fluvial, utilizando-se deslizadores com motor 40 HP como meio de transporte. A localização das turmas acima mencionadas podem ser observadas na figura 1.

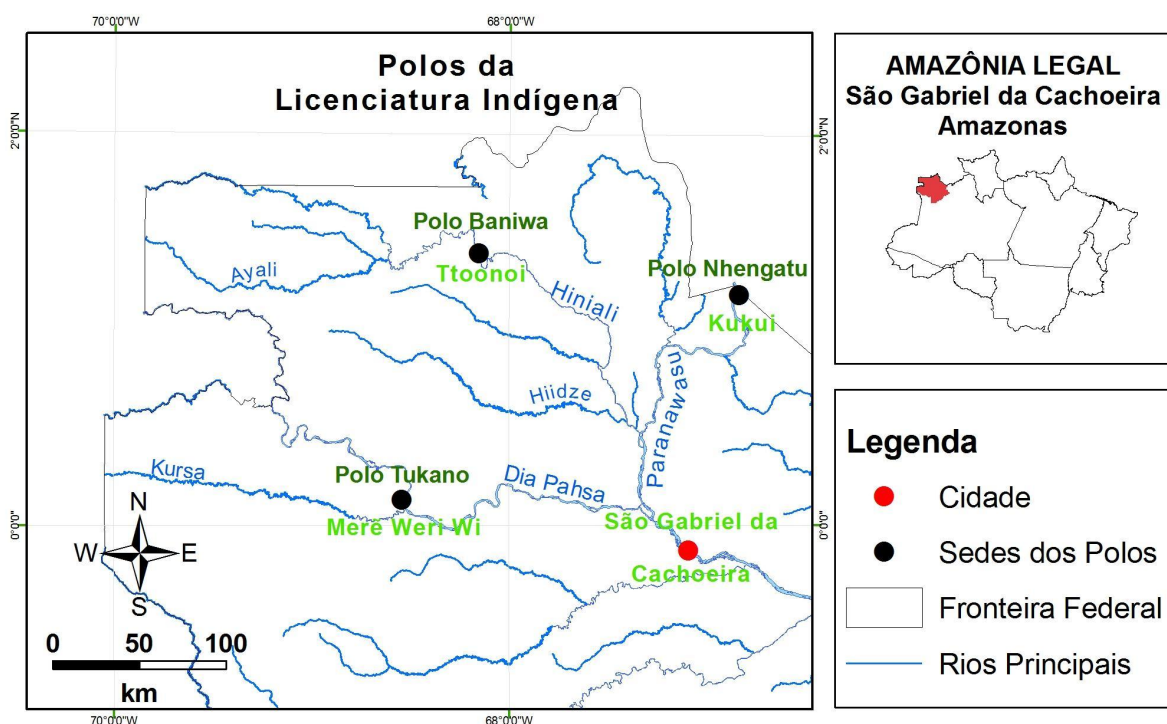


Figura 01- Localização das turmas do curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável. Org. Schwade, 2012. Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia/UFAM

1.4 - MATRIZ CURRICULAR

O curso “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável” está configurado para formação de docente com organização curricular modular por créditos, composto pelos componentes curriculares (Pesquisa, Práticas Investigativas, Projetos Especiais, Prática Profissional, TCC) distribuídas em 08 (oito) períodos letivos.

Comporta 03 turmas (LIB – Baniwa; LIT – Tukano e LIN – Nheengatu) com currículos distintos.



A matriz curricular está em conformidade com o que preceitua as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CES nº1/2002 e nº02/2002), Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78, 79; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 e Resolução nº 05/2012 – CEB/CNE.

1.4.1 - A proposta metodológica como princípio de autonomia

A proposta metodológica é a Aprendizagem pela Pesquisa (DEMO, 2003; FREIRE, 1985/1996; BRANDÃO, 1982; DEWEY, 2004; STENHOUSE, 2010; FARIA e OLIVEIRA, 2011) que integra os conhecimentos de forma intercultural orientando assim, os componentes curriculares de acordo com as pesquisas e projetos educacionais.

O curso acontece simultaneamente nos 03 pólos com duração de quatro anos, 08 períodos letivos, organizados a partir de dois momentos: etapas intensivas e etapas intermediárias, já que a construção do conhecimento deve ocorrer em diferentes tempos e espaços. Cada semestre letivo é composto de uma etapa intensiva (presencial) e uma etapa intermediária (presencial e não-presencial), perfazendo um total de 08 etapas intensivas e 08 intermediárias completando, assim, um total de 3.550 horas-aulas.

Cada etapa Intensiva ocorre semestralmente, nos pólo/turma, nos meses de janeiro e/ou fevereiro e julho, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos estudantes. Nesta etapa serão realizadas as práticas investigativas com discussões teóricas e metodológicas, bem como conhecimentos e informações pontuais que permitem a melhor compreensão dos objetos de pesquisa e de metodologias pedagógicas, ora em discussão, bem como sistematização e orientação de dados das pesquisas e dos trabalhos escolares e demais atividades das práticas investigativas.

A etapa intermediária ocorre nos períodos entre uma etapa intensiva e outra, nos meses de março/abril e/ou junho/agosto/setembro/outubro/novembro/dezembro, permitindo, assim, que os estudantes conciliem suas atividades docentes nas escolas com as atividades do curso, a saber, pesquisas, leituras, projetos especiais,



estágio etc, com orientação do coordenador local por pólo e de um professor que está a disposição em cada pólo. Ocorre de forma presencial com duração de 01 ou e semanas de acordo com a necessidade das pesquisas e não presencial quando oas estudantes desenvolvem as pesquisas e leituras complementares fundamentais ao processo de aprendizagem.

As etapas são orientadas no sentido de formar o professor-pesquisador, criando a possibilidade de que este projeto, além de contribuir diretamente para a construção de uma escola diferenciada, responda à demanda imediata de escolarização dos povos indígenas, possa também atender à necessidade de se construir, no Brasil, espaços de pesquisa e excelência em questões relacionadas ao universo cultural indígena.

1.4.2 – Componentes Curriculares - currículo pós-feito

Os componentes contemplam atividades acadêmicas didático-pedagógicas, de pesquisa, de tradução, gerenciamento de projetos artísticos, linguísticos, de comunicação (oratória-leitura) e interpretação, de gestão territorial, e de análise crítico-social que podem resultar na produção de material literário e audiovisual ao longo do curso por cada um ou em grupo de estudantes de acordo com a identidade cultural e territorial da sua comunidade, nas respectivas línguas de seu povo/comunidade, onde a oralidade tem lugar fundamental.

O currículo do curso é organizado por meio das problemáticas (pesquisas), definidas no primeiro período, nas turmas Baniwa, Tukano e Nheengatu, de acordo com o interesse coletivo dos estudantes e da sua comunidade, que organizam a abordagem dos componentes curriculares de natureza científico-cultural, assim como situam as diferentes atividades acadêmicas: Prática Investigativa, Prática Profissional (Estágio Supervisionado), Projetos Especiais (oficinas) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os componentes curriculares não são disciplinas pelos motivos expostos no item metodologia do curso e nem podem ser consideradas como tais pois tem objetivos e funções diferentes e são desenvolvidos de forma coletiva por equipes



tanto de professores como de estudantes. Não são desenvolvidos por um professor, mas por vários juntamente com o estudante. Os componentes curriculares, não tem e não são pré-requisitos.

Cada turma, definida a partir da territorialidade linguística, constrói problemáticas diferentes pois seus problemas, desafios e perspectivas são diferentes, já que se trata de povos e culturas diferentes. Desse modo, temos 03 currículos diferentes, 01 por turma, embora o curso seja o mesmo. As problemáticas são abertas no final do período e planejadas para o período seguinte por meio do mapa conceitual e do plano de trabalho, ambos definidos pelos estudantes, dos quais se projetam as práticas investigativas que, por sua vez, também produzem mapas conceituais para orientar os professores no seu desenvolvimento.

Desta forma, o currículo se constrói à medida que o curso é realizado, completando-se somente no início do 8º período.

1. **Pesquisa** – o currículo organiza-se em média com 08 pesquisas, cujas problemáticas são definidas pelos estudantes e não pelos professores (alternando-se trabalhos pessoais e coletivos). Cada pesquisa é discutida com os membros do corpo docente, apresentada pelos estudantes em diversos momentos da sua elaboração, e, finalmente, exposta formalmente num seminário ou outra atividade definida como resultado.

Ao final do curso, a carga horária total materializa-se em um conjunto de pesquisas que tem por objetivo mostrar os aprendizados realizados durante, nas várias habilidades necessárias para a obtenção do título de graduado-licenciado, desde conhecimentos linguísticos e expressivos, conhecimentos técnicos, gestão e pedagógicos etc.

São em média 08 pesquisas desenvolvidas na etapa intermediária não presencial com carga horária de 1200 horas, que orientam as práticas investigativas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2. **Práticas Investigativas** – componente integrante das pesquisas que apresentam discussões de conteúdos de natureza científico-cultural,



teóricos, metodológicos, bem como conhecimentos e informações pontuais que permitem melhor compreensão dos objetos de pesquisa, ora em discussão, perfazendo um total de 1.440 horas, de acordo com a necessidade. As práticas investigativas ficam sob a responsabilidade de docentes selecionados pela sua capacidade e formação política, técnica e metodológica.

3. Prática Profissional (Estágio Supervisionado) – tem como meta a reflexão das experiências nas escolas indígenas, além da observação e análise de experiências em escolas não-indígenas, no ensino fundamental e médio, objetivando, assim, um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos e a produção de novas pedagogias e metodologias de aprendizagens de acordo com a contexto sociocultural e territorial da região. Conta com carga horária de 420 h.

Na qualidade de um curso de formação de professores com um recorte mais amplo, compatível com a demanda das comunidades e do movimento indígena por uma educação associada aos seus projetos socioculturais, a licenciatura em questão valoriza muito as práticas na formação do professor-pesquisador. As práticas ocorrem em ambas etapas (intensiva e intermediária), a partir da responsabilidade de assumir várias tarefas no sistema escolar indígena, não só em sala de aula, mas também na administração escolar (departamento de educação da FOIRN, SEMED, SEDUC, coordenação do curso superior da UFAM, etc.). Essas práticas não ocorrerão apenas no sistema escolar, mas também nas comunidades, por exemplo, em que os professores com conhecimentos linguísticos limitados da sua língua comunitária possam viver um semestre ou dois inseridos em comunidades onde aquela língua é vivamente praticada.

4. Projetos Especiais (conteúdo integrador) - permitem articular conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas, visando a valorização da cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

e do patrimônio promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

Também tem como objetivo pôr em prática as metodologias e desenvolver atividades necessárias para produção do conhecimento e, conseqüentemente, alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso. A carga horária total é de 400 horas, realizadas nas etapas intermediárias ou intensivas. Equivalem ao conteúdo integrador e as práticas curriculares conforme a Resolução nº 02 CNE/CP de 2002.

5 .Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Componente curricular obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Indígena, com carga horária de 90 h.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.4.3 – Periodização por turma

PERÍOD	CÓD.	COMPONENTES CURRICULARES	CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
				TEOR.	PRAT.	TOTAL
1	LIN040	O QUE É ENSINO NA PESQUISA?	4	30	60	90
1	LIN041	PESQUISA I - QUAIS SÃO OS DESAFIOS NA	5		150	150
2	LIN042	PESQUISA II - POR QUE AS ESCOLAS NÃO ESTÃO	5		150	150
2	LIN043	QUAIS AS METODOLOGIAS USADAS PARA O ENSINO	3	30	30	60
2	LIN044	QUAIS AS FORMAS E OS CRITÉRIOS PARA AVALIAR A	3	30	30	60
2	LIN045	QUAIS AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS USADAS PELOS	3	30	30	60
2	LIN048	QUAIS AS ESCOLAS BILÍNGUES DA REGIÃO DO RIO	2	15	30	45
3	LIN047	COMO PRODUZIR VÍDEOS EDUCACIONAIS?	2	15	30	45
3	LIN049	QUAL A IMPORTÂNCIA DO PPPI PARA AS ESCOLAS	3	30	30	60
3	LIN050	QUAIS AS METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO DE PPPI	3	30	30	60
4	LIN060	PESQUISA III - QUAIS AS DIFICULDADES PARA ENSINAR	5		150	150
4	LIN061	COMO ESTÁ SENDO FEITO O ENSINO DA LÍNGUA	2	15	30	45
4	LIN062	LETRAMENTO DIGITAL	3	30	30	60
4	LIN066	PESQUISA IV - COMO PODEMOS MINIMIZAR OS	5		150	150
5	LIN067	COMO TRABALHAR LIBRAS COM OS POVOS	3	30	30	60
5	LIN068	PRÁTICA PROFISSIONAL I	4		120	120
5	LIN072	QUAL A DIFERENÇA ENTRE AQUECIMENTO GLOBALE	4	30	60	90
5	LIN081	QUAL O PENSAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS E DOS	3	30	30	60
5	LIN082	PESQUISA V - QUAIS AS LEIS QUE TRATAM DA	5		150	150
6	LIN071	COMO PODEMOS FORTALECER A LÍNGUA MATERNA	4	30	60	90
6	LIN073	PRÁTICA PROFISSIONAL II	5		150	150
6	LIN089	PESQUISA VI - QUAL A DIFICULDADE PARA A CRIAÇÃO	5		150	150
6	LIN090	COMO PODEMOS REPRESENTAR O SÍMBOLO	3	30	30	60
6	LIN091	SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PRÁTICA	2	15	30	45
7	LIN080	PRÁTICA PROFISSIONAL III	5		150	150
7	LIN083	OFICINA ARTE, SUSTENTABILIDADE E	2		60	60
7	LIN092	PESQUISA VII - QUAL A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA	5		150	150
7	LIN093	SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PRÁTICA	2	15	30	45
7	LIN094	QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA MINERAÇÃO EM	3	30	30	60
8	LIN095	PESQUISA VIII - POR QUE HÁ PERDA DE	5		150	150
8	LIN096	QUAL A IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS	4	60		60
8	LIN097	QUAIS AS TECNOLOGIAS SOCIAIS USADAS NAS	3	30	30	60
8	LIN098	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	3		90	90
8	LIN099	COMO FORTALECER OS SÍMBOLOS DE NUMERAÇÃO JÁ	3	30	30	60
8	LIN100	O QUE É CONSULTA PRÉVIA SEGUNDO A LEP?	4	60		60
8	LIN101	SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PRÁTICA	2	15	30	45
TOTAL			127	660	2490	3150

1.4.4 - Prática Profissional

As Práticas Profissionais podem ocorrer nas etapas intensiva e intermediária, quando o estudante deve assumir a responsabilidade de realizar várias tarefas no sistema escolar indígena, não só em sala de aula, mas também na administração escolar (departamento de educação de suas associações de base, secretarias



municipais e estaduais de educação, de cultura, meio ambiente, por exemplo), junto a comunidade educativa e em suas comunidades. Assim, essas práticas não ocorrerão apenas no sistema escolar, mas também nas comunidades.

A prática profissional tem carga horária de 420 horas distribuída em Prática Profissional I, II e III realizadas nos 5º, 6º e 7º períodos.

- Prática Profissional I (120 h, 04 créditos práticos) a ser desenvolvida nas escolas com aplicação da metodologia da APP;
- Prática profissional II (150 h, 05 créditos práticos) a ser desenvolvida nas escolas dando continuidade à aplicação da APP bem como na realização de oficinas e outras atividades junto à comunidade educativa;
- e prática Profissional III (150 h, 05 créditos práticos) a ser praticada e desenvolvida nas instituições indígenas e indigenistas e também com atividades com as comunidades como oficinas, seminários, palestras etc.

Como mencionado anteriormente, por ser uma licenciatura indígena específica está compatível com a demanda das comunidades e do movimento indígena por uma educação associada aos seus projetos socioculturais, a “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, valorizará as práticas na formação do professor-pesquisador e as habilidades propostas pelo curso.

1.4.5 – Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC

Para concluir o curso, o discente terá que elaborar e defender o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme as normas abaixo.

Artigo 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso compreende carga horária obrigatória perfazendo um total de 90 horas e 03 créditos práticos.

Artigo 2º - É resultante do projeto de pesquisa ou memorial de pesquisa (portfólio), ou uma proposta metodológica, mapas, vídeo/documentário, monografia realizados pelos discentes ao longo do curso com a supervisão de um professor/orientador.

Parágrafo único - O TCC pode ser elaborado individualmente ou em grupo de no máximo 04 componentes.



Artigo 3º – O orientador será definido pelo discente mediante o aceite do professor indicado.

Parágrafo único – O orientador deverá formalizar a orientação do discente à coordenação do curso.

Artigo 4º - Por se tratar de um curso bilíngue, o TCC poderá ser escrito na língua portuguesa e/ou na língua indígena de sua comunidade étnica ou de instrução e apresentado oralmente na língua indígena de trabalho/instrução do estudante ou em português.

Artigo 5º - A defesa do trabalho consiste na apresentação pública a uma banca examinadora composta pelo orientador e mais dois membros convidados que, ao término da exposição e arguição, irão avaliar o discente, expressando o resultado na ata de defesa pública. O presidente da banca fará a leitura da ata que, se configura no término dos créditos exigidos à obtenção do grau de licenciado em Educação Indígena.

Parágrafo único – Podem participar da banca examinadora lideranças indígenas pertencentes ao grupo étnico do discente ou de outros, convidados por ele, em concordância com o orientador.

Artigo 6º – a apresentação terá duração mínima de 20 min para exposição e de 30 minutos de arguição pela banca examinadora.

Artigo 7º - Será considerado aprovado o TCC que obtiver conceito A e AP.

Artigo 8º - Caso o TCC seja reprovado, o estudante terá 1 semestre/letivo, subsequente, para rerepresentá-lo a banca examinadora nos mesmos critérios da anterior. Sendo reprovado novamente, o estudante será excluído do curso, sem direito ao diploma e colação de grau.

1.4.6. Projetos Especiais – (conteúdo integrador)

Este componente curricular possui carga horária de 400 h e permite articular outros conhecimentos a partir de oportunidades que surgem no decorrer do curso e ao mesmo tempo fortalecer e aprofundar algum conhecimento ou técnica necessários ao pleno desenvolvimento dos demais componentes curriculares.



Podem ocorrer com a participação de estudantes indígenas, docentes, lideranças e comunidades indígenas e não-indígenas, tendo como objetivo a valorização e preservação da cultura e do patrimônio indígena, e, sobretudo, atividades de intercâmbio, visitas culturais, ciclos de estudo, participação em eventos ocorridos na cidade ou em outras localidades, bem como atividades docentes assumidas em outros cursos; projetos de produção de material literário e audiovisual como CDs, vídeos, livros, materiais pedagógicos alternativos etc., oficinas, cursos, reuniões promovidos ou realizados pelos discentes do curso com apoio de professores da UFAM ou de outras instituições parceiras.

A carga horária total é de 400 horas, realizadas nas etapas intermediárias. Serão aproveitadas da carga horária total (100%) das atividades desenvolvidas pelos estudantes durante o curso não sendo divididos em atividades por categoria.

1.4.7 – Conteúdo e procedimentos metodológicos dos componentes curriculares do currículo pós-feito.

1.4.7.1 – Currículo Nheengatu 2014

Carga Horária Total: 3550 h
Distribuição por Componente Curricular:
Pesquisas – 1.200 h
Práticas Investigativas – 1440 h
Prática Profissional – 420 h
Projetos Especiais – 400 h
TCC – 90 h

PESQUISA I

LIN 041 Pesquisa I - Quais são os desafios na implantação da educação escolar indígena no rio negro?

Plano de Pesquisa

Turma: Nheengatu/2014

SIGLA: IH35

Etapas: Intensiva/presencial 2014/1

Período: 1º

Problemática/Pesquisa: **LIN 041 PESQUISA I – Quais as dificuldades de Implantação da educação escolar indígena no rio Negro?**

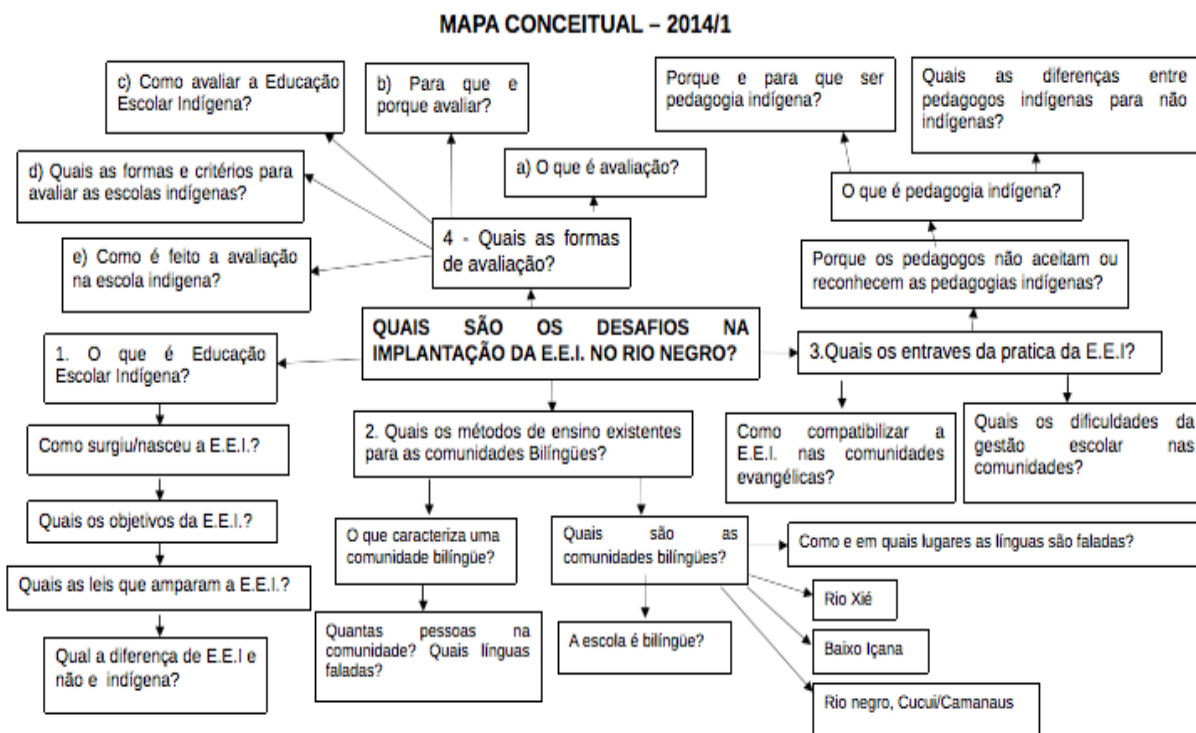
Carga Horária: 150 H

Créditos:5.0.5



Professor (a): Ivani Ferreira de Faria **Período de realização:** janeiro de 2014 a julho de de 2015.

CONTEÚDO (mapa conceitual).



Meta e Resultados

Metas: Por em pratica a E.E. I com pedagogia indígena para praticar a cultura; - Ter experiências do mundo indígena e não indígena; - Ter segurança sobre os direitos da educação diferenciada.

Resultados:

E. E. I: Assembléia, seminário, oficinas/documentários, boletim informativo.

Métodos de aprendizagem: Socializar; Propor metodologias de ensino no contexto bilingüe. (um texto na língua Nheengatu para os cadernos de pesquisas).

Entraves: Texto na língua Nheengatu sobre os entraves.

Pedagogias indígenas: Demonstrar/ socializar as pedagogias indígenas com os pedagogos e demais parentes; Propor uma reunião com os pedagogos das instituições de S.G.C; Texto em Nheengatu e português com as pedagogias



indígenas.

As formas de avaliação: Documentário/socializar as formas de avaliação.

Procedimentos Metodológicos: (descrever como forão realizadas as práticas investigativas, quais atividades práticas e teóricas; se foram em grupo ou individual; como os grupos foram divididos; atividades ou objetivos por grupo).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de 04 práticas investigativas que fazem parte do mapa conceitual e 1 oficina. A primeira, Quais as metodologias usadas para o ensino das línguas na escola? Orientada pelo Prof. Dr. Mateus Coimbra; a segunda, Quais as Escolas Bilingues existentes no Rio Negro?; a terceira, Quais as práticas pedagógicas usadas pelos indígenas e não indígenas? Orientada pela profa. Ivani Faria; a quarta, Quais as formas e critérios para avaliar e educação e as escolas indígenas? orientada pelos profs. Ivani Faria e Higino Tenorio.e a oficina Produção de Vídeos Educacionais ministrada pela Profa.Msc. Lilia Valessa Mendonça do Nascimento.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi elaborado um plano de trabalho pelos estudantes com apoio do professor orientador a partir das seguintes atividades:

- Levantamento bibliográfico sobre o que é educação Escolar indígena; como surgiu; quais seus objetivos; Quais as Leis que amparam a E.E.I; Qual a diferença de E.E.I e não Indígena?; o que é avaliação; para que serve; quais as metodologias de aprendizagens; formas e tipos de avaliação; o que é gestão escolar.

- Discussão para elaboração do roteiro da conversa dialogada com as lideranças. Importante ressaltar que não se trata de entrevista ou questionário, porque a metodologia participante deve envolver os indígenas de forma coletiva e valorizar as próprias de organização social.

- Conversas dialogadas realizadas em grupo por calha de a rio e por escola com 10 lideranças, sábios, professores, pedagogos, gestores, representantes da SEMEC, SEDUC, FOIRN, APIARN, COPIARN e filmadas quando permitidas.

- Observação participantes em Assembleia e reuniões da SEMEC, FOIRN, comunidade com elaboração de um relatório em nheengatu afim de observar as preocupações, anseios, conflitos e desafios da EEI pelos professores, lideranças e movimento indígena.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Observação direta em sala de aula nas escolas da comunidade para analisarem as formas de avaliação e metodologias de aprendizagens usados pelos professores e se as escolas são bilíngues, e como é a metodologia de aprendizagem das línguas e processos de aprendizagens utilizados pelos professores e os princípios políticos pedagógicos utilizados pela escola.

- Observação nas comunidades dos espaços sociais de uso das línguas maternas como igrejas, reuniões ou assembleias, escolas, trabalho (roça, pesca etc), lazer para verificarem se as comunidades são bilíngues e em quais espaços as línguas são mais usadas.

Sujeitos da pesquisa: lideranças, professores, estudantes, pedagogos, gestores, instituições (FOIRN, UEA, ISA, SEMEC, SEDUC, IFAM)

Todas as atividades foram avaliadas sob a perspectiva sociointerativa cujo maior resultado é aprendizagem demonstrada pelos estudantes de acordo com os resultados propostos por eles. Dessa forma, todos os resultados foram alcançados com a participação dos estudantes no seminário de avaliação do curso onde houve a exposição sobre os resultados da pesquisa e o conceito de EEI e os desafios para sua implantação no Rio Negro cujas causas vão desde a formação inadequada de professores indígenas seguindo e fortalecendo o processo civilizatório colonizador com cursos de Branco para indígenas ofertados pela UFAM, UEA e IFAM; falta de interesse e imposição de uma proposta educacional e curricular fechada, colonizadora na língua portuguesa pela SEMEC e SEDUC desconsiderando a legislação da EEI e seus direitos a uma educação diferenciada; conflitos com estudantes e professores formados pelo PARFOR; dificuldades dos pedagogos de entenderem e aceitarem a EEI diferenciada conforme o contexto sociocultural e na língua e também impor o currículo fechado, materiais educacionais monolíngues em português descontextualizados das escolas e cultura indígena. Ainda enfrentam a questão do conflito causado pelas igrejas principalmente as evangélicas que atualmente proíbem o uso dos elementos culturais como dança, ritual pagelações etc, tanto nas comunidades como nas escolas.

Foi analisado que as escolas não são bilíngues mas utilizam formas de bilinguismo e que das 23 comunidades pesquisadas no rio negro, 03 são



monolíngues em português e que a língua portuguesa está avançando tanto nas escolas quanto nas comunidades o que demonstra um risco para a língua Yëgatu na região.

No entanto, a partir do curso e dessa pesquisa a língua tem sido valorizada e usada novamente nas escolas. Foi entendido que é necessário discutir uma política linguística para as escolas para que a língua materna seja fortalecida que a diglossia da língua portuguesa sobre a língua Yëgatu seja reduzida.

Houve a produção de um pequeno vídeo e boletim informativo n. 2, Dabukuri, tratando das formas de avaliação e das diferenças entre educação indígena, não indígena e diferenciada e socialização destes materiais nas escolas e comunidade em forma de pequenos seminários e apresentações.

Foi elaborado um texto para o caderno de pesquisa Yëgatu Resewa escrito na língua Yëgatu e conforme o acordo ortográfico definido em setembro de 2016 sobre metodologias de aprendizagens, escolas e comunidades bilíngues e o que é pedagogia indígena.

Referências:

DEMO, Pedro. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. **Educação pelo Averso: Assistência como Direito e como Problema**. São Paulo: Cortez, 2002.

FALS BORBA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, Ivani Ferreira de (org). **Anais do Workshop Nas Trilhas e redes do Saber: universidade e ensino superior indígena**. Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Entrevistas com professores, gestores indígenas, pedagogos e Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

[Escola Democrática.wmv - YouTube](#)

[Givol - Escola Democrática - YouTube](#)

Quando sinto que já sei – Youtube

Práticas Investigativas:

LIN040 – O que é Ensino Via Pesquisa?

Plano de Trabalho

Turma: Nheegatu Cucui/2014

SIGLA: IH35

Etapa: 1ª – intensiva 2014/1

Período: 1º

Problemática/Pesquisa: LIN 041 Pesquisa I - Quais são os desafios na implantação da educação escolar indígena no rio negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN040 - O que é Ensino Via Pesquisa?

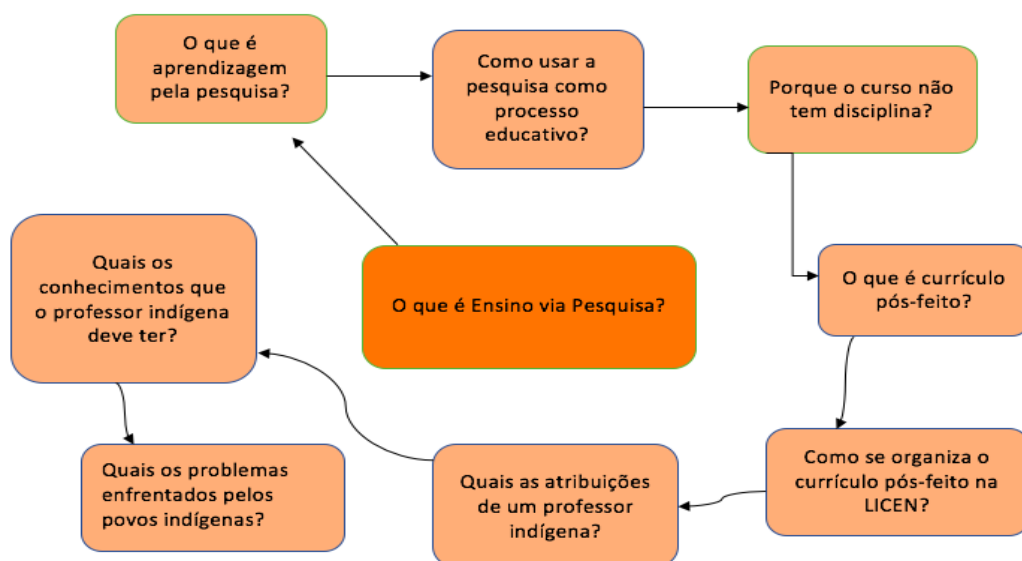
Carga Horária: 90 h

Créditos: 4.2.2

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria
08/02/2014

Período de realização: 27/01 a

Conteúdo



Meta e Resultados

Conhecer os procedimentos metodológicos da aprendizagem pela pesquisa e currículo no curso da LICEN; levantar as problemáticas/pesquisas que compõem o currículo pós-feito da turma.

Procedimentos Metodológicos:

Apresentação do curso e da metodologia da Aprendizagem pela Pesquisa e de como se organiza o currículo pós-feito na LICEN. Apresentação do vídeo Educar pela Pesquisa de Pedro Demo. Divisão em grupo para discussão: Quais as atribuições de um professor indígena? Quais os conhecimentos que o professor indígena deve ter? Quais os problemas enfrentados pelos povos indígenas?

A elaboração das problemáticas consiste nos segundos momentos: 1 – levantamento das problemáticas; 2 - sistematização das problemáticas; 3 – hierarquização das problemáticas; 4 – abertura da primeira problemática com elaboração do mapa conceitual e definição das metas, resultados e plano de trabalho.

Problemáticas abertas.

1) quais atuais desafios na implantação da educação escolar indígena?

- quais as formas de avaliação?
- quais os métodos do ensino existente para a comunidade bilíngüe?
- como compatibilizar a escola indígena na comunidade evangélica?
- quais os atuais desafios da gestão escolar nas comunidades?

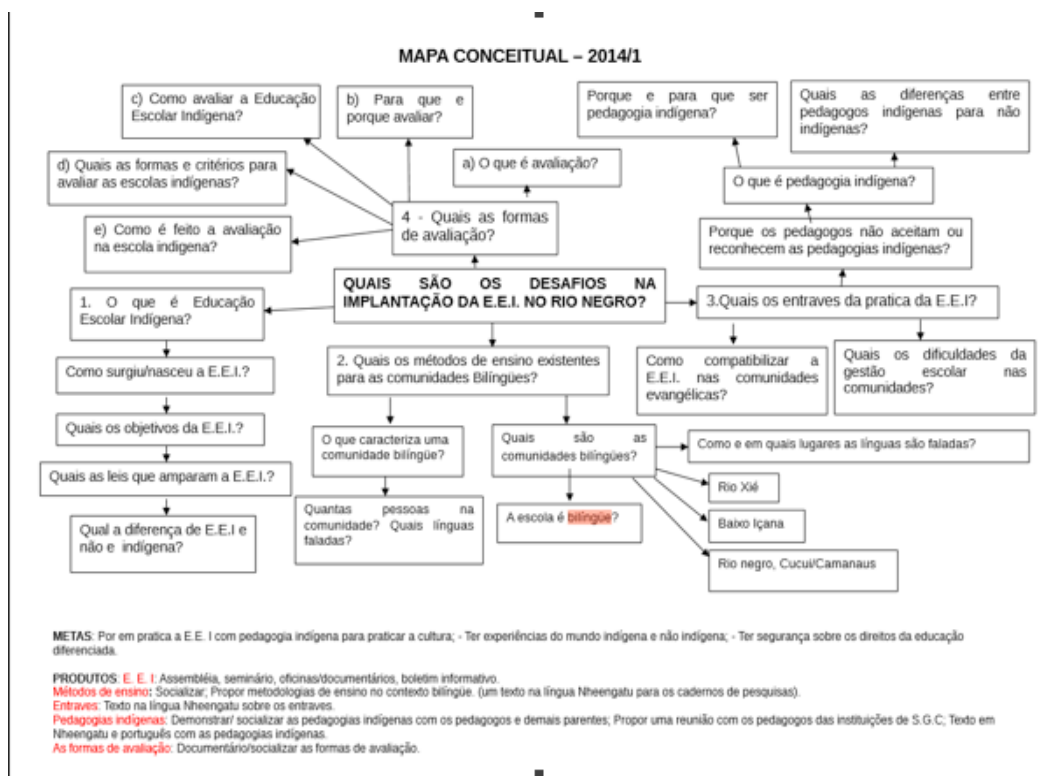


- e) porque os pedagogos não aceitam ou reconhecem pedagogia indígena?
- 2. Como podemos contribuir para minimizar o problema do aquecimento global?**
- a) como podemos preservar a floresta do alto rio negro?
 - b) porque as comunidades indígenas estão produzindo muito lixo?
- 3) como podemos regularizar as leis que tratam a mineração em terras indígenas?**
- a) quais são as leis que amparam que amparam educação escolar indígena?
 - b) quais as legislações que amparam educação indígena?
- 4) quais são as dificuldades de ensinar língua nheengatu nas escolas indígenas?**
- a) porque a língua nheengatu esta enfraquecendo nas comunidades?
 - b) porque os povos werekena deixaram de falar a sua língua materna?
- 5) Domo elaborar projetos para captação de recursos? (projeto especial)**
- a) porque os indígenas têm dificuldades de elaborar projetos?
- 6) Porque as escolas não estão elaborando o seu próprio pppi?**
- a) como podemos elaborar o pppi?
- 7) Como trabalhar na qualidade de vida e o bem estar social na geração de renda?**
- 8) Porque há perda de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas do alto rio negro?**
- 9) Quais as potencialidades do território?**
- 10) Porque a escola indígena não utiliza o sistema matemática nheengatu?**
- 11) qual a importância da tecnologia (não indígena) dos brancos, para os povos indígenas?**

Problemática I – aberta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

_____. **Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 1981.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

FARIA, Ivani; OLIVEIRA, Gilvan. Ensino Superior Indígena Bilingüe: princípios para autonomia e valorização Cultural na região do Alto Rio Negro/AM. IN: **Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (PLATÔ)**. V.1, N1, Cidade da Praia: Cabo Verde, 2012.

OLIVEIRA, GILVAN. **A pesquisa como instrumento de ensino**. Florianópolis, IPOL, 2005.

_____. **A pesquisa como princípio educativo**. www.ipol.org.br



LIN 043 - Quais as metodologias usadas para o ensino das línguas na escola?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Nheegatu Cucui - 2014

SIGLA IH35

Etapa: Intensiva janeiro 2015

Período: 2º

Problemática/Pesquisa: LIN 041 -Quais os desafios na implantação da educação escolar indígena no Rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN043 - Quais as metodologias usadas para o ensino das línguas na escola?

Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1

Professor: Mateus Coimbra de Oliveira
31/01/2015

Período de realização: 26 01 a

Conteúdo:

A escola é bilíngue? Quais as línguas ensinadas na escola? Qual é a língua de instrução e línguas de trabalho? Quais as metodologias usadas para ensino das línguas na escola?

Meta e Resultados:

Uma meta é a de pôr em prática a Educação Escolar Indígena com pedagogia indígena para praticar a cultura. Um dos resultados esperados era o de propor metodologias de ensino no contexto bilíngue (um texto em Yëgatu para os Cadernos de Pesquisas).

Procedimentos Metodológicos:

A Prática Investigativa objeto deste Plano foi tratada no período de 26 a 31 de janeiro de 2015, dialogando com os resultados das investigações solicitadas pela professora Cristina Borella, por ocasião da Prática Investigativa **Quais as escolas bilíngues da região do Rio Negro?** Assim, no dia 26 de janeiro, durante a manhã, foi rerepresentado o esquema proposto pela professora Cristina Borella para elaboração de um dos produtos de pesquisa, a saber, um texto escrito em Yëgatu a ser publicado em um **Caderno de Pesquisas**. Esse texto deveria conter uma seção



introdutória, outra discutindo o *bilinguismo*, uma terceira versando sobre a *metodologia/coleta de dados*, uma quarta apresentando as *comunidades analisadas*, com enfoques na relação *língua falada/língua escrita* e nos *domínios sociais de uso das línguas*, e um seção *conclusiva*. Feito isso, solicitou-se que os estudantes se reunissem nos grupos de trabalho já constituídos para dar início à execução dessa tarefa. Na parte da tarde desse mesmo dia, solicitou-se que os grupos apresentassem os textos que haviam elaborado em etapa anterior, versando sobre a pesquisa de observação de aulas ministradas nas escolas. O objetivo era o de compreender o conteúdo dos referidos textos, uma vez que eles estavam escritos em Yégbatu; ao mesmo tempo, era uma oportunidade de rediscutir categorias como *bilinguismo*, *bilinguismo individual*, *comunidade bilíngue (bilinguismo social)*, *escola bilíngue* e *bilinguismo na escola*.

Nos dias de trabalho seguintes, continuaram as apresentações e, ao fim delas, foram reunidos os textos compartilhados coletivamente pelos grupos para a elaboração e revisão de um texto único provisoriamente intitulado de **Bilinguismo nas comunidades dos rios Negro, Xié e Içana**. A estrutura desse texto respeitou a ordem definida pelos estudantes, conforme os grupos em que foram divididos para a execução da pesquisa e que serão mencionados a seguir.

(1) O grupo que pesquisou as comunidades de Bela Vista, Cabeçudo, Camarão, Maçaricu e Monte Sinais apontou, entre os seus resultados, a constatação, para a comunidade Bela Vista – tanto na aplicação dos questionários quanto na observação – da não existência de pessoas que escrevessem em Yégbatu. Considerou-se, ainda, que essa comunidade não era bilíngue, porque, no dia-a-dia, a língua exclusiva é o Yégbatu e o português só é falado, quando aparece alguém de fora da comunidade que não sabe falar Yégbatu. (2) Na sequência, o texto apresenta os resultados coletados pelo grupo formado por Carlos de Jesus, Márcia Mandu, Maria Lindalva e Laura Almeida. (3) Depois, segue a discussão feita pelo grupo denominado Içana II, formado Alcimar Bruno, Erivelto Bernardo, Eliúde Cordeiro e Elson Cordeiro, que se ocupou de pesquisar a comunidade Boa Vista. (4) Em seguida, Maristela, Neide e Irene apresentam os resultados das pesquisas feitas, entre outras, comunidades Juriti, Barracão e São Francisco. (5) O texto segue com os dados coletados por Deusimar, Cirilo, Genilson, Dionisio, Junia, Alberta, que



pesquisaram o que se convencionou chamar de Médio Rio Negro 1, região que congrega as comunidades de Ilha de São Pedro, Guia, Nova Vida, Amium e Pirapucu. (6) Mais adiante, o texto apresenta a pesquisa do grupo do rio Xié – formado por Adailton, Eunice, Josimar, Launirkilson e Rodrigo – e que focou, por exemplo, as comunidades de Campinas e de Tunu. (7) O texto se debruça, finalmente, sobre as comunidades de Cucuí, São José, Marabitana, Bom Jesus e Acabuco.

Essa versão preliminar não foi totalmente revisada durante o período em que acompanhei a turma. Essa tarefa foi continuada, depois, por Diego Osoegawa, que me auxiliou ao longo da semana. Há de se destacar uma aparente demora na execução de uma tarefa desse porte, mas isso faz da natureza metodológica do curso, que prevê o uso da língua indígena – no caso, o Yëgatu – na redação do texto, o que não é algo banal, uma vez que a língua escrita é algo que está em consolidação e, nesse momento da Licenciatura, ainda estava em seu início. Adicione-se a isso o fato de que a escrita ainda é muito marcada pela noção de um 'certo'/'errado' associada a uma grafia oficial, tema objeto de controvérsia entre os estudantes e demais usuários de uma escrita em Yëgatu.

Do ponto de vista do conteúdo, essa primeira versão se mostrou irregular, em função, sobretudo, dos resultados apresentados pelas equipes, que não receberam o mesmo cuidado metodológico e que, de modo geral, se limitaram a apresentar gráficos com os dados dos questionários, versando, sobre o uso da língua escrita e falada (veja-se, acima, o exemplo citado da comunidade Bela Vista) e sobre os domínios sociais, isto é, na igreja, na escola, no trabalho, na família, no lazer e em reuniões/assembleias, mas sem uma análise acurada naquele momento. Ainda que estivesse prevista no esquema de texto previamente disponibilizado, praticamente não houve uma reflexão teórica sobre o bilinguismo, razão pela qual, ao longo do processo de montagem/revisão do texto, foram reservados momentos para uma rediscussão desse conceito, a fim de que se pudesse aferir melhor os dados pesquisados. Com essa nova discussão, chegou-se à conclusão de que as escolas pesquisadas não eram, de fato, bilíngues e que seria mais acertado falar de bilinguismo **na** escola. Além disso, dada a condição distinta das comunidades, representando um contínuo que ia daquelas onde praticamente já não se falava



mais Yëgatu (apenas português), passando por aquelas em que o Yëgatu tinha usos restritos a determinados domínios sociais, chegando àquelas em que a língua tinha uso pleno em todos os domínios sociais pesquisados, chegou-se à conclusão de que não seria possível propor uma metodologia uniforme de ensino para todas as escolas, já que cada uma dessas especificidades requereria uma abordagem distinta.

Ainda que com resultados inconclusos nesse momento, a Prática Investigativa cumpriu sua função de dar voz aos povos indígenas, contribuindo para a formação desse professor/pesquisador, que define o que deseja estudar e que dialoga com as experiências culturais de outros povos indígenas e com os não indígenas com quem mantém contato.

Referências:

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **Delta**, vol. 15, número especial, p. 385-417. São Paulo: 1999.

CRISTINO, Luciana dos Santos. Bilinguismo e code-switching: um estudo de caso. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

DA SILVA, Maria Socorro Pimentel. As línguas indígenas na escola: da desvalorização à revitalização. **Signótica**, v. 18, n. 2, p. 381-395, jul./dez. 2006.

LICENCIATURA INDÍGENA Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável (Turma Yëgatu 2014). **Bilinguismo nas comunidades dos rios Negro, Xié e Içana**. Versão 1, em Yëgatu, com resultados de pesquisa de campo. São Gabriel da Cachoeira, 2014.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística na e para além da educação formal. **Estudos Linguísticos XXXIV**, p. 87-94, 2005. São Paulo.

SEKI, Lucy. Formação de professores indígenas: o caso Mëbëngôkre. **Anais do Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena** (1.: 2009: Manaus, AM) Universidade na Pluridade: diálogos, perspectivas, conhecimentos e as formas de construção e apropriação do saber indígena /



Organização do Laboratório de Geografia Humana e do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, 01 a 05 de junho de 2009, Manaus.

LIN044 – Quais as formas e critérios para avaliar a educação e as escolas indígenas?

Plano de Trabalho

Turma: Nheegatu Cucui/2014

SIGLA: IH35

Etapa: 2ª – intensiva 2014

Período: 2º

Problemática/Pesquisa: LIN 041 - PESQUISA I – Quais as dificuldades de Implantação da educação escolar indígena no rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN044 – Quais as formas e critérios para avaliar a educação e as escolas indígenas?

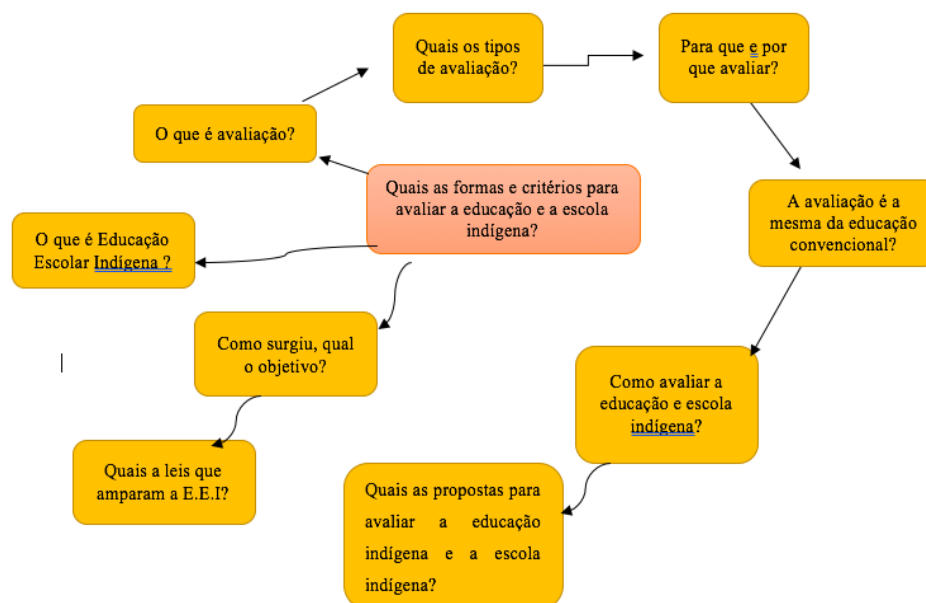
Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria
13/07/2014

Período de realização: 01 a

Conteúdo





Meta e Resultados

Metas: Por em prática a E.E. I com pedagogia indígena para praticar a cultura; - Ter experiências do mundo indígena e não indígena

Resultado: produzir vídeo em Yéguatu.

Procedimentos Metodológicos:

Para iniciar as discussões, como é próprio da metodologia do curso e pelo fato da pesquisa I, ser muito extensa, os estudantes apresentaram os resultados da pesquisa bibliográfica sobre o que é Educação Escolar indígena, como surgiu, quais os objetivos, quais as leis que a ampara, o que é avaliação e tipos de avaliação usadas para e nas escolas não indígenas. No debate foi observado que na maioria do sistema educacional ainda indígena e não indígena prevalece o tipo de avaliação quantitativa, com atribuição de notas, que estimula concorrência e competição entre os estudantes ao mesmo tempo em que destrói a autoestima e as referências socioculturais enquanto povo bem como na sociedade ocidental. Mesmo nas escolas não indígenas, esse tipo de avaliação vem sendo criticada pelos motivos já expostos e porque não há como medir o conhecimento das pessoas simplesmente porque conhecimento se produz, se constrói, não se mede e nem se reproduz. Discutiram que o sentido da avaliação proposto por Paulo Freire, Leonardo Boff e Pedro Demo, como cuidar para que o estudante aprenda, está de acordo com a forma de avaliação indígena onde prevalece que é processual e qualitativa demonstrada por meio das atividades do cotidiano, do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo foram discutidas o que é educação indígena e não indígena, escola indígena, as leis que asseguram a educação e escola indígena, como surgiram. Ficou claro que a escola foi um instrumento usado pelos colonizadores para facilitar processo civilizatório e promover o etnocídio e epistemicídio dos povos e culturas indígenas.

Como resultado das conversas dialogadas com professores, pais, estudantes, gestores e lideranças, observou-se que a concepção de educação de parte dos professores, gestores e estudantes é a ocidental trazida pelos colonizadores devido suas formações tanto nas escolas missionárias sejam evangélicas ou católicas quanto em cursos superiores ofertados pelas universidades públicas como UEA,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UFAM por meio do PARFOR que nada se difere dos cursos para não indígenas. São cursos de branco para indígenas para continuar com o processo civilizatório. No entanto, apesar dessa visão de alguns, a maioria entende que a escola indígena não pode ser da mesma forma das escolas convencionais (como denominam as escolas não indígenas). Devem promover a valorização dos valores e das formas de organização cultural, social e de suas formas próprias de aprendizagem interculturalmente, porque o contato foi feito e devem articular os conhecimentos de acordo com suas necessidades garantidos pelas leis da educação escolar indígena.

Discutiram ainda, que os povos indígenas sempre tiveram educação e escola mas não nesse formato da sociedade ocidental. Todos os lugares são espaços de aprendizagem e não existia tempo determinado para tal. Outra ideia de escola compreendida como espaço de aprendizagem onde a teoria e prática se equilibram.

E portanto, a escola indígena tem promover os conhecimentos culturais e fortalecer as formas de organização social e política de suas culturas e sociedades, por que cada povo é uma cultura e uma sociedade e a educação não pode ser a mesma para todos. O governo e as secretarias municipal e estadual de educação tem que se respeitar a cultura de cada povo bem como as leis, o que acaba por não ocorrer porque impõem currículos fechados com conteúdos exógenos a cultura do povo, materiais didáticos na língua portuguesa, forma de avaliação quantitativa e ant democrática.

Sendo assim, entenderam e discutiram que as formas e avaliação das escolas devem ser democráticas, qualitativas e de forma coletiva e não apenas pelos pedagogos das secretarias mas pelo povo, comunidades educativa que juntos possam decidir que tipo de escola e educação querem porque compreenderam que a escola e a educação é um instrumento político que pode fortalecer ou enfraquecer um povo.

Todos os estudantes participaram ativamente na discussão e debate em sala após a apresentações pelos grupos formados por calhas de rio e subdivididos pela proximidades de domicilio dos estudantes e por fim, produziram um texto para subsidiar o story board na produção do vídeo

Referências:



DEMO, Pedro. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996

[Escola Democrática.wmv - YouTube](#)

[Givol - Escola Democrática - YouTube](#)

[Quando sinto que já sei – Youtube](#)

LIN 045 - Quais as práticas pedagógicas usadas pelos indígenas e não indígenas?

Plano de Trabalho

Turma: Nheegatu Cucui/2014

SIGLA: IH35

Etapa: 2ª – intensiva 2014

Período: 2º

Problemática/Pesquisa: LIN 041 - PESQUISA I – Quais as dificuldades de Implantação da educação escolar indígena no rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN045 – Quais as práticas pedagógicas usadas pelos indígenas e não indígenas?

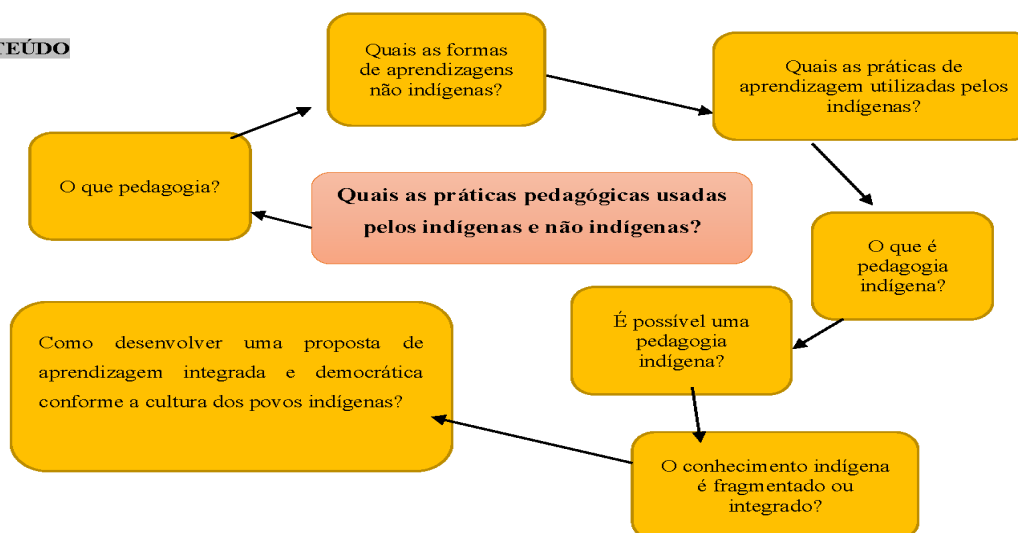
Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria
19/07/2014

Período de realização: 14 a

CONTEÚDO





Meta e Resultados

Metas: Discutir as formas próprias de aprendizagem indígenas e criar uma epistemologia sobre uma pedagogia indígena; subsidiar a discussão do PPPI para escolas indígenas.

Resultado: produzir texto em Yëgatu para os cadernos de pesquisa Yëgatu Resewa n.3

Procedimentos Metodológicos:

Inicialmente, houve a apresentação das pesquisas, entrevistas abertas realizadas pelos estudantes com os sujeitos da pesquisa, professores, gestores, pedagogos e lideranças indígenas seguido de discussões e debates sobre os resultados. A discussão girou em torno as práticas próprias de aprendizagem utilizadas pelos povos indígenas baseadas na observação, aprender fazendo, experimentações, com muito mais prática do que teoria. A teoria vem junto com a prática por meio da orientação e que os espaços de aprendizagem não se restringem a sala de aula, mas em vários espaços e que a chegada da escola limitou estes que é o território. Definiu-se o que é uma pedagogia indígena que são formas próprias de aprendizagem dos povos indígena fundamentada na prática e não na teoria como nas escolas convencionais na sua maioria. Após as análises houve a produção do texto em Yëgatu para compor o caderno de pesquisa 3. A correção foi feita de forma coletiva. As metodologias não indígenas foram discutidas por meio do vídeo sobre a proposta da politicidade de Paulo Freire, Piaget e Educar pela Pesquisa de Pedro Demo. As que mais se aproximam de uma pedagogia indígena.

Também entenderam porque o curso usa a aprendizagem pela pesquisa como metodologia devido ser a maneira mais próxima do que seria uma pedagogia indígena, aprender fazendo, na prática sem separação de teoria e prática.

Referências:

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.



FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996

OLIVEIRA, GILVAN. **A pesquisa como instrumento de ensino**. Florianópolis, IPOL, 2005.

_____. **A pesquisa como princípio educativo**. www.ipol.org.br

Vídeo Aprender bem. Pedro Demo, Youtube

.....

LIN 048 - Quais as Escolas Bilingües da Região do Rio Negro?

Plano de Trabalho

Turma: Nheengatu - Cucui 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho/2014

Período: 2°

Problemática/Pesquisa: PESQUISA I - Quais são os desafios na implantação da educação escolar indígena no rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN 048 - Quais as escolas bilíngües da região do rio Negro?

Carga Horária: 45 horas

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Cristina de Cássia Borella

Período de realização: 01 a 08 de

julho de 2014

Conteúdo

O que é bilingüismo? Quais as língüas faladas nas comunidades? Em quais domínios sociais são usadas? As escolas são bilingües? Quais as metodologias de aprendizagens usadas?

Meta e Resultados

- Entender o conceito de bilingüismo,
- Entender como o conceito de bilingüismo é aplicado na educação e como escolas podem ser classificadas como bilíngües;
- Incentivar a pesquisa participante e a análise do ensino e aprendizagem bilíngües;



- Incentivar o ensino bilíngue nas escolas através de propostas metodológicas bilíngues.

Resultados

- Levantamento do uso das línguas portuguesa e Yégbatu nas escolas visitadas e se estas podem ser consideradas bilíngues.
- Propostas de ensino de língua para falantes bilíngues.

Procedimentos Metodológicos:

01/07

- Abertura da prática investigativa;
- Retomada de alguns conceitos importantes como: bilinguismo, já trabalhado pela turma na etapa anterior com a mesma professora;
- Comentários gerais sobre as pesquisas realizadas entre a etapa anterior e esta etapa;

Como alguns discentes ainda não haviam chegado e alguns discentes haviam comentado que seu grupo havia enfrentado alguns problemas durante a observação participativa nas escolas, foi aberto um espaço para que estes estudantes comentassem os problemas enfrentados.

01/07: vespertino

Reunião dos grupos para sistematização das pesquisas realizadas e jogo da copa do Brasil.

02/07:

Período Matutino.

Na etapa anterior, os grupos já haviam se dividido, respeitando a região de moradia dos discentes, ou pela calha dos rios, para pesquisarem, através de observação participativa, as aulas de várias escolas, a fim de entender/analísarem como está ocorrendo o ensino nestas escolas. Algumas perguntas deveriam ser observadas durante a pesquisa:

- Quais línguas o professor utiliza durante as aulas para ensinar o conteúdo?



- Quais línguas os estudantes usam para se direcionar ao professor, para tirar suas dúvidas?

- Quais línguas os estudantes utilizam para conversar ente si?

Deste modo: ocorreram as seguintes apresentações:

Grupo I: Comunidade Tabocal, Nova Vida e São Pedro.

Escolas: Tabocal

Ensino Fundamental: O professor só ensina em Yëgatu, ensina escrever só português, fala com estudantes em Yëgatu, os estudantes entre eles falam Yëgatu.

Ensino de Jovens e Adultos: O professor só ensina em Yëgatu, ensina escrever só português, fala com estudantes em Yëgatu, os estudantes, entre eles, falam Yëgatu.

Grupo II: Comunidade São Pedro

O Professor ensino Português, escreveu apenas em Português, responde dúvidas dos estudantes em Yëgatu, os estudantes falam entre eles em Yëgatu. (ensino Fundamental).

Grupo III: Comunidade Nova Vida

Ensino Fundamental: Aula de Yëgatu: A professora explica em Yëgatu, escreve Yëgatu, os estudantes falam entre eles e com a professora em Yëgatu. Entretanto, a mesma professora, quando ministra outra disciplina, explica em português, escreve em português e tira as dúvidas falando Yëgatu. O grupo também notou durante sua pesquisa que, com exceção das aulas de língua Yëgatu, os professores ensinam em português, escrevem em português, na aula de ciências e Geografia, os estudantes podem perguntar em português ou em Yëgatu, mas o professor só responde em português.

Após a apresentação do grupo, houve um debate aberto na classe com relação ao bilinguismo das escolas analisadas pelo grupo.

02/07: vespertino

Grupo IV: Apresentação das pesquisas nas comunidades Nova Vida, São Pedro.



O grupo apresentou o resultado de suas pesquisas em outras escolas da comunidade Nova Vida e São Pedro. Entretanto, a conclusão se assemelhou ao grupo da manhã, ou seja, a língua de instrução para a sala de extensão analisada também é o português, mas o professor responde as dúvidas dos estudantes em Yëgatu, mesmo que seja no Ensino Médio. Nas escolas de Ensino Médio, o professor chega falando Yëgatu, mas sempre escreve e explica o conteúdo em Português.

Por outro lado, na educação Infantil, nas aulas que foram observadas, o professor utiliza somente o Yëgatu, escreve em Yëgatu, mas passa alguns trabalhos em português.

Após a apresentação do grupo, houve um debate aberto na classe com relação ao bilinguismo das escolas analisadas pelo grupo.

Grupo V: Apresentação das pesquisas nas comunidades Vila Nova, Campinas e Tunã

Escola São João: 1º. Ao 5º. Ano: O professor ensina em Yëgatu e Português, mas escreve somente em português. Em outra escola analisada, o professor é formado pela “Licenciatura Políticas Educacionais e desenvolvimento Sustentável”. Este professor quando trabalha “artes”, traduz para o Yëgatu, mas sempre escreve em português.

Em outra aula observadas, esta de língua Yëgatu, o professor escreve e ministra sua aula em Yëgatu, entretanto, quando ministra outra disciplina, como artes, o professor escreve e fala em língua portuguesa, nunca escreve em Yëgatu. Os estudantes conversam entre si em português e em Yëgatu. No Ensino Médio, na comunidade de Campinas, por sua vez, os professores ministram sua aula em português, tiram as dúvidas dos estudantes em português. Os estudantes, por sua vez, conversam entre si em português.

O grupo finalizou sua apresentação demonstrando que embora alguns professores falem em Yëgatu, sempre se escreve em português, sendo somente utilizada a escrita na língua Yëgatu na aula de Yëgatu.

03/07: Matutino



Apresentação do grupo VI: Comunidade Boa Vista

Na comunidade Boa Vista, os professores até o 5º. Ano, ensinam o conteúdo, de forma oral, utilizando o Yëgatu, mas sempre escrevem na lousa ou pedem para os estudantes escreverem em Português. No ensino Médio, os professores explicam e escrevem em português, entre eles, os estudantes falam Yëgatu, mas com o professor só falam português. O grupo também salientou que alguns estudantes não falam Yëgatu, só falam Baniwa, deste modo, para se comunicarem ou falam Baniwa ou falam português. Nem o Yëgatu, nem o Baniwa é escrito.

Após a apresentação do grupo, houve um debate aberto na classe com relação ao bilinguismo das escolas analisadas pelo grupo.

Apresentação do grupo VII: comunidade Jerusalém e Tabocal

Segundo o grupo, na disciplina de língua Yëgatu,, que é ministrada de 6º. Ao 9º. Ano , a professora explica, escreve e fala com os estudantes em Yëgatu. Em outras disciplinas, entretanto, os professores ensinam em português, escrevem em português, mas respondem dúvidas dos estudantes em Yëgatu. Além disso, o grupo chamou atenção que em Tabocal, há 03 professores , um Piratapuia e dois Tukano, que atuam no Ensino Fundamental, inclusive na alfabetização, e como não falam Yëgatu, só ensinam em Português.

Ao final da apresentação deste grupo, a turma abriu uma discussão sobre a importância de se contratar professores que saibam falar Yëgatu e a importância de ter um professor que saiba Yëgatu, principalmente no Ensino Fundamental.

03/07: vespertino

Apresentação do grupo VIII : Comunidade Assunção

Na escola Kariamã, os professores de 1º. e 3º. Ano falam Português, Yëgatu e Baniwa durante as aulas, mas escrevem sempre em Português. Nas classes de 6º. ao 9º. ano, os professores ensinam em português e Yëgatu, e, embora passem os trabalhos em Yëgatu e Português, a escrita sempre é em Português.



Apresentação do grupo IV: Comunidade Cucui

Nas escolas de 1º. Ao 5º. Ano, a professora Rosângela ensina, em algumas partes das aulas, o Yëgatu, mas somente falado, não escrito. Nas classes 6º. 7º., 8º. E 9º. Ano, em nenhum momento a língua Yëgatu é ensinada ou trabalhada, portanto, neste caso, o grupo considerou a escola monolíngue em Português, assim como o Ensino Médio. O prof. João Silvano, por sua vez, que engloba pré e 5º. Ano, como o professor fala Yëgatu, ele ensina as crianças a cantarem em Yëgatu, mas ensina, responde as questões dos estudantes e a escrita apenas em Português.

Finalizada as apresentações, os estudantes abriram um debate sobre bilinguismo nas escolas visitadas pelos grupos e chegaram a conclusão que embora as escolas visitadas sejam em sua grande maioria bilíngues, pois os estudantes falam em português e Yëgatu e os professores mudem de português para Yëgatu, caso os estudantes tenham dúvidas, a língua de instrução preferida é o português. Por outro lado, no gênero escrito, o português é sempre utilizado, com exceção das aulas de língua Yëgatu.

04/07/2014 – vespertino

- Discussões sobre as quatro habilidades que um falante geralmente tem de sua língua materna, e voltamos a conversar sobre as habilidades de um falante bilíngue, e também sobre as diferenças de uso que os falantes bilíngues fazem de duas ou mais línguas.

Após análise do bilinguismo e das apresentações feitas os estudantes decidiram que de fato, mesmo nas escolas consideradas bilíngues, o Yëgatu não tem sido usado, nem incentivado a ser usado na modalidade escrita. Também foi apresentado aos estudantes textos sobre metodologia de ensino de línguas.

Após a explicação e o debate da classe, os estudantes se dividiram em grupos para propor atividades que incentivassem o ensino de língua via tarefas, mantiveram-se os grupos anteriores, uma vez que cada grupo se propôs em pensar numa atividade que faltava nas escolas que visitaram.

04/07/2017: vespertino: jogos de finais da Copa do Mundo.



05/07/2017: matutino/ parte do período vespertino

Apresentação dos grupos encenando atividades que podem ser replicadas em sala de aula para que sejam incentivadas tanto a escrita em Yëgatu como a oralidade da língua Yëgatu, em outros momentos, fora da disciplina específica da língua.

Avaliação das atividades.

Jogo da Copa do Mundo.

07/07/2014 - 08/07/2014

Sistematização da coleta sobre o bilinguismo nas comunidades.

Os grupos começaram a sistematizar os dados sobre o bilinguismo das comunidades visitadas, entretanto, esta atividade não foi finalizada nesta prática investigativa.

Jogo da Copa do Mundo, Brasil X Alemanha

Finalização da Prática Investigativa QUAIS AS ESCOLAS BILÍNGUES DA REGIÃO DO RIO NEGRO?.

Referências:

MELLO, H.A.B de.(1999) **O Falar Bilingue**. Goiania, Editora da UFG.

.....

PESQUISA II

LIN 042 - Porque as escolas indígenas não estão elaborando seu próprio PPPI?

Plano de Pesquisa

Turma: Nheengatu/2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial 2014/2

Período: 2º

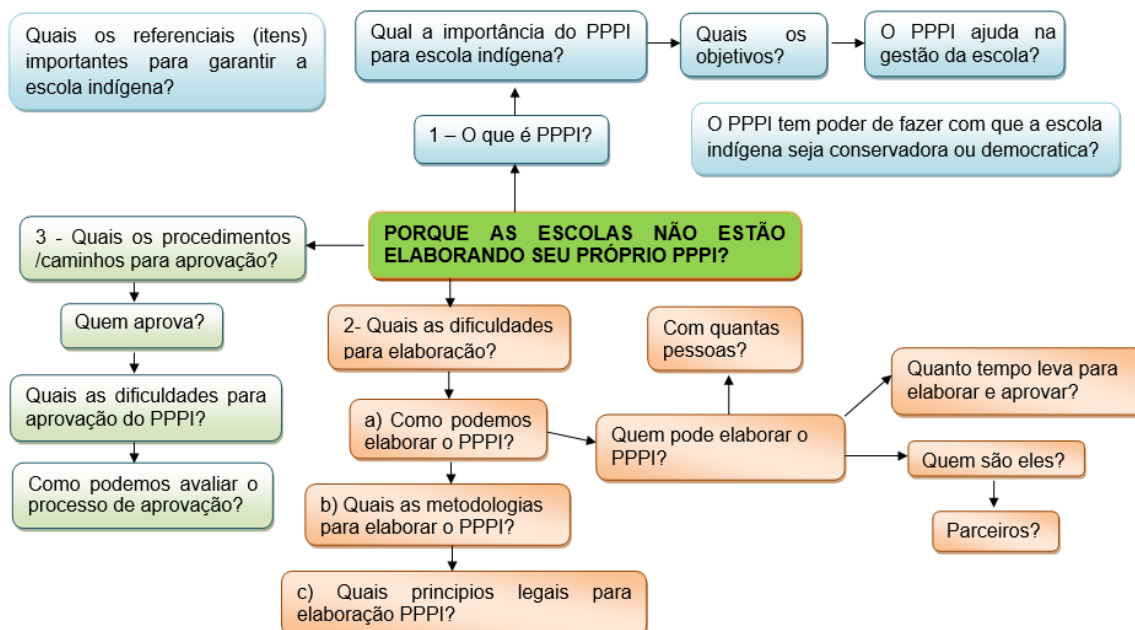
Carga Horária: 150 H

Créditos:5.0.5

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria e Higino Tenório Pimentel.

Período de realização: julho de 2014 a junho de 2016.

CONTEÚDO (mapa conceitual).



Meta e Resultados

Metas: Reconhecimento da escola indígena; b) Divulgar as metodologias de elaboração do PPPI; c) Elaboração de 2 PPPI (prazo: até 02 anos).

Resultado: 1) Elaboração de PPPI da escola YAPIM, (Rio Negro), WEREKENA (Xié) - Vídeo em Nheengatu

Procedimentos Metodológicos:

A pesquisa foi desenvolvida por meio de 03 práticas investigativas que fazem parte do mapa conceitual. A primeira, **Qual a importância do PPI para as escolas indígenas?** Segunda, **Quais as Metodologias de elaboração de PPPI para as escolas Indígenas?** E terceira **Quais as Práticas pedagógicas usadas pelos indígenas e não indígenas?**

Para sua realização foram feitos levantamento bibliográficos pelos estudantes individualmente quando cada um ficou responsável por trazer pelo menos 01 referencial sobre questões e levantamento de fonte primárias com observação direta com registros fotográficos em suas comunidades, entrevistas com lideranças, professores e mestres sabedores.

As fontes bibliográficas foram discutidos em sala de aula a partir das análises das entrevistas, em forma de debate onde os estudantes e professores orientadores problematizavam as questões conceituais bem como as entrevistas foram



interpretadas, analisadas e relacionadas com seus cotidiano, território e cultura e a partir destas produziram textos nas língua Yëgatu que deram origem a artigos do caderno de pesquisa nº 3. Não há discussão teórica isolada mas sempre a partir das entrevistas, observações diretas e participantes que os estudantes fazem.

Ocorreram 04 oficinas participantes para elaboração do PPPI da escola lapin, localizada na comunidade de Mewati (Nova Vida), calha do Rio Negro, sendo 3 na comunidade de Nova Vida e 01 na comunidade de Amium em 2 anos cujo projeto foi finalizado em junho de 2016. O projeto para a escola Werekena, iniciou em outubro de 2014 e ainda está em fase de finalização e 02 oficinas foram realizadas na comunidade de Campinas no rio Xíe. Diferentemente da Escola Yapin, os werekena escolheram fazer o PPPI por povo e não escola e após a elaboração do projeto todas as escolas deverão segui-lo. As demais oficinas serão realizadas no primeiro semestre de 2017.

Para a realização das oficinas foi discutido com os estudantes um roteiro para elaboração do PPPI e plano de trabalho e planejamento para sua execução.

Roteiro para elaboração de PPPI

- Introdução

Histórico de construção do PPPI. Quantas oficinas, quando, onde, quem participou, de quais comunidades, etnias, o que foi discutido em cada reunião e oficina, como foi o processo de discussão.

Resumo do projeto aprovado.

1 – Caracterização da Comunidade

(localização da comunidade e Mapa da comunidade com seus limites). História – quando foi criada, quais foram as primeiras famílias que chegaram? Quantas famílias existem? Qual o número de pessoas (adultos/crianças)? Quais etnias/clas? Quais línguas faladas? Qual é a mais falada? Como viviam? Em que as pessoas trabalham? O que produzem? Quais os benefícios recebidos pelo governo?

2 – Histórico da Escola

quando e como a Escola chegou na comunidade? Quem trouxe? Quem e quais foram os primeiros professores? Qual a formação destes professores? Etnias? Como funcionava (ciclos/séries, ano, ensino fundamental completo ou incompleto? Qual a estrutura da escola? Quais os conteúdos que eram ensinados? Como eram ensinados? Qual o tipo de educação?

3 – Diagnóstico da Escola (como a escola é hoje? Como funciona?)

*Com quais modalidades de Ensino (infantil/creche, fundamental, médio, EJA)?



Ciclo ou Série? Em qual língua (s) é a alfabetização? Como é feita a Alfabetização (metodologia usada pelos professores)? Tem funcionado, os estudantes estão aprendendo? A Escola é bilíngue?

*Como é a estrutura administrativa? (equipe (gestor, secretaria, pedagogo)

*perfil dos professores: Quais são os professores? Formação, que língua fala e escreve, etnia, quantos anos trabalham como professor ou com educação?

*Qual a estrutura física da Escolar? Quais materiais (recursos) didáticos, eletrônicos etc têm? Tem biblioteca?

*Perfil dos estudantes: Quem são os estudantes? Quantos? Em quais Séries ou ciclos? De quais comunidades? Qual etnia?, Idade', língua que fala e escreve?

Quais os problemas encontrados na escola??

4 - Justificativa

Porque querem a escola? Como querem a escola? Quais as causas da criação da escola?

5 – Objetivo Geral (para que querem a escola?)

Objetivos Específicos

6 – Fundamentos éticos e políticos

*quais as leis da educação escolar indígena? Como deve ser os povos indígenas do futuro? Quais conhecimentos devem ter seus filhos, netos e bisnetos para serem Bare, Werekena etc???

o que e viver bem?

*O que é educação? Para que serve a educação? Quais as diferenças entre educação indígena, educação não indígena, educação escolar indígena e educação diferenciada indígena?

* Qual o tipo de educação deve orientar a metodologia de aprendizagem a ser usada na escola?

Quais as formas de avaliação e organização da escola?

Como deve ser o professor da escola indígena?

Que tipo de estudantes queremos formar? Para que?

Qual deve ser o perfil do gestor e do pedagogo da Escola?

7 - Aspecto pedagógico

***metodologia de aprendizagem**

Forma de ingresso: em qual idade o aluno deve entrar na escola?

Como vai funcionar por ciclo, serie, modalidade de ensino?

Quais as formas e critérios de avaliação?

* **como se estrutura o currículo?** (Quais os conhecimentos ou conteúdo a serem trabalhados no processo de aprendizagem no ensino fundamental e médio?). Será por carga horária ou por dias letivos? Carga horária por módulos, etapa, bimestre etc? Quantos dias seletivos semanais? Fechado, aberto, flexível?

* **calendário** (início letivo, final, datas comemorativas da comunidade, nacional, estadual e municipal, recesso escolar e férias, atividades culturais, econômicas, sociais que devem fazer parte do calendário)

8 - Política linguística

Qual a língua de instrução e de alfabetização?



Qual a primeira e segunda língua da escola?

A escola será bilíngue? Como as línguas devem ser ensinadas?

Qual a importância da língua materna e da língua portuguesa? Quais o tempo de uso da Língua?

9 – Avaliação do PPPI

Quem pode avaliar o PPPI?

Como será o processo de avaliação? (Reuniões, assembleias etc)

De quanto em quanto tempo o PPPI será avaliado? (Anual, bianual etc)

Anexos: atas de reuniões e decisões, estatuto das associações, planta da escola, calendário letivo, plano de ação do gestor

Todas as atividades são objeto de avaliação sociointerativa cujo maior resultado é aprendizagem demonstrada pelos estudantes desde a aprender elaborar problemas, instrumentos de pesquisa e refletir sobre a elaboração de PPPI, as causas que dificultam sua aprovação. Com a Elaboração do PPPI da Escola lapin e a finalização do PPPI werekena o resultado foi alcançado.

Referências:

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública**. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Ilma Passos, **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva**. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Entrevistas com professores, gestores indígenas, pedagogos e Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

[Escola Democrática.wmv - YouTube](#)

[Escolas Democráticas - Mundo de Oz](#) www.mundodeoz.wordpress.com

Práticas Investigativas:

LIN 047 - Como Produzir Vídeos Educacionais?

Plano de Trabalho – oficina



Etapa: Julho 2015

Período: 3^o

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN 047 - Como Produzir Vídeos Educacionais?

Carga Horária: 45

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Lilia Valessa Mendonça da Silva **Período de realização:** 27/7 a 1/08/2015

Conteúdo

Como produzir vídeos educacionais? O que são tecnologias? Tecnologias digitais? Tecnologias Educacionais? Qual a importância da produção de um vídeo educacional? Quando o vídeo é educacional? Quais são as etapas para a produção de vídeos educacionais? Quais os equipamentos utilizados no desenvolvimento do vídeo educacional? Como realizar as filmagens? Como fazer a edição de vídeo?

Meta e Resultados

A meta é oportunizar aos discentes, o conhecimento metodológico para pré-produção, produção e pós-produção de vídeo educacional, estimulando seu envolvimento ético e técnico na condução dos trabalhos.

Resultado: produção de pequenos vídeos educacionais.

Procedimentos Metodológicos:

Para o desenvolvimento da oficina e atingir as metas e resultado foram realizadas reflexões sobre a utilização vídeos na escola; Projetos de vídeo; Desenvolvimento; e Produção. A apropriação destas ferramentas e técnicas proporcionam o registro dos saberes tradicionais e geram tecnologias educacionais que priorizaram o respeito à identidade social, a política e a cultural do povo indígena.

No primeiro momento foram discutidos aos estudantes alguns conceitos: Tecnologias; Tecnologia Educacional; Meio digital; Vídeo; Vídeo Educacional. Em seguida criou-se uma discussão sobre a utilização desses produtos educacionais e a sua importância em sala de aula, como poderiam registrar os saberes tradicionais.

No segundo momento foram apresentados exemplos de vídeos educacionais de outras culturas. Assim como o Projeto de vídeo (Desenvolvimento: roteiro, script,



storyboard, técnicas de enquadramento; Equipamentos que são utilizados na produção de mídia audiovisual (celular, filmadora, gravador, câmera fotográfica digital, microfones, iluminação, Computador, projetor, pendrive, televisão, caixa amplificada) e planejar locais de filmagem, cenários, objetos, figurinos etc.). Além da produção de vídeo (Filmagem: etapas de gravação do vídeo, seguindo o que foi definido nas etapas anteriores. Definir elementos como enquadramento, foco, iluminação, captação de áudio, etc.)

Em seguida solicitamos aos estudantes que escolhessem uma questão para um projeto de vídeo educacional, dentro dos seus contextos sociocultural e do cotidiano. Dividimos os estudantes em dupla ou trio, para iniciarem o projeto escrito. Esse projeto foi, desenvolvido e executado até o fim da disciplina.

No terceiro momento mostramos como ocorre a Edição de vídeo (os softwares de edição de vídeo disponíveis enfatizando os softwares livres). Aplicou-se exercícios de desenvolvimento de vídeo, diante das duplas ou trios, foram passados vídeos para executar a edição no programa (Incluir o nome, autores do vídeo; colocar efeitos, animações, transições; Legendas; Editar: cortar, colar; adicionar música; Adicionar créditos finais).

Ao fim, diante do seu projeto educacional, filmaram e editaram o vídeo.

No fim da prática investigativa, os estudantes atingiram a meta, conhecendo os conceitos de tecnologias digitais, vídeo educacional, além da importância dessa ferramenta em sala de aula e executaram, produziram vídeos educativos que foi apresentado a todos.

Como parte das formas e critérios da avaliação sociointerativa, todas as atividades foram desenvolvidas pelos estudantes com atenção, dedicação e compromisso.

Referências:

DUBOIS, P. **Cinema, vídeo, Godard**. São Paulo: Cosac y Naif, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva. v.14, n.2, p.3-11, 2000.

ARTIS, A.Q. **Silêncio! Filmando**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.



LUCENA, Luiz Carlos. **Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção**. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

LIN 049 - qual a importância do PPPI para as escolas?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Nheegatu Cucui/2014

SIGLA: IH35

Etapa: 2ª – intensiva 2015

Período: 3º

Problemática/Pesquisa: LIN 042 - Porque as escolas indígenas não estão elaborando seu próprio PPPI?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN049 – Qual a importância do PPPI para as escolas indígenas?

Carga Horária: 60 h

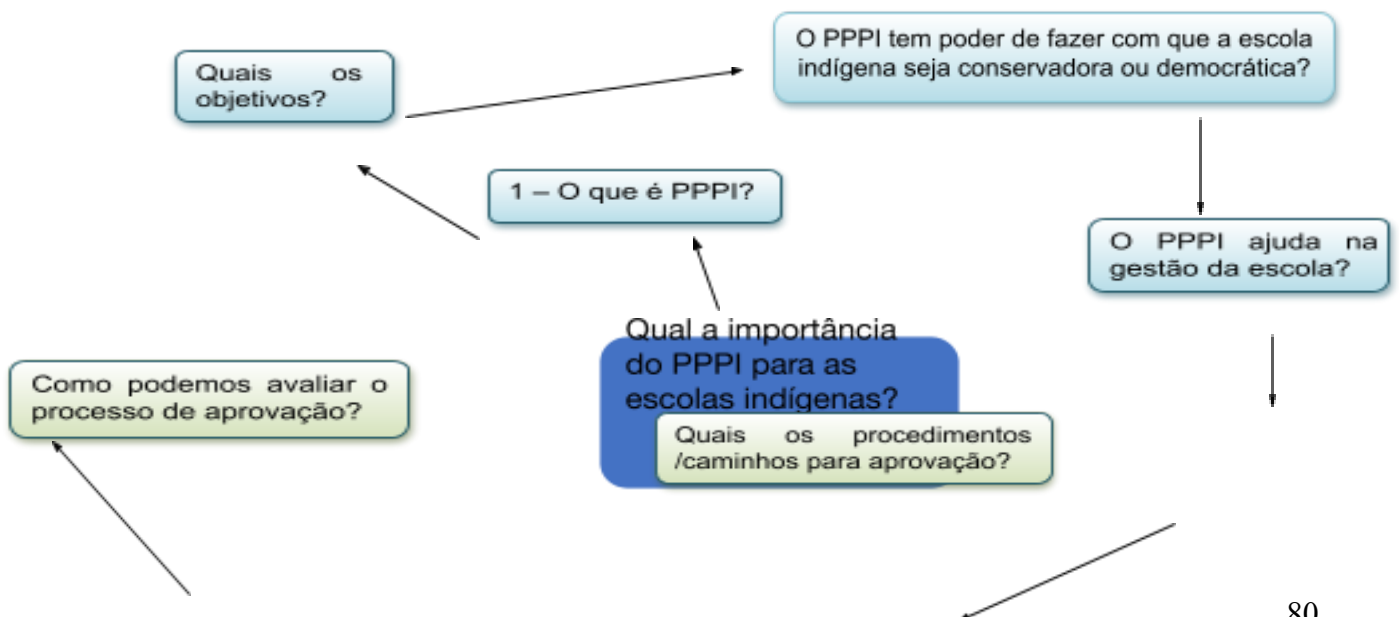
Créditos: 3.2.1

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria

Período de realização: 02 a

07/02/2015

Conteúdo





Quais as dificuldades para aprovação do PPPI?

Meta e Resultados

Metas: Discutir a importância do PPPI para escolas indígenas e as dificuldades para sua elaboração.

Resultado: Elaboração de PPPI da escola YAPIM, (Rio Negro), WEREKENA (Xié)

Procedimentos Metodológicos:

Para sua realização foram feitos levantamento bibliográficos pelos estudantes individualmente quando cada um ficou responsável por trazer pelo menos 01 referencial sobre questões do mapa conceitual e levantamento de fonte primárias com observação direta com registros fotográficos em suas comunidades, entrevistas com lideranças, professores e mestres sabedores.

As fontes bibliográficas foram discutidas em sala de aula, em forma de debate onde os estudantes e professores orientadores problematizavam as questões conceituais bem como as entrevistas foram interpretadas, analisadas e relacionadas com seus cotidiano, território e cultura e a partir destas produziram textos na língua Yëgatu que deram origem a artigos do caderno de pesquisa n° 3.

Inicialmente, houve a apresentação das pesquisas, entrevistas abertas realizadas pelos estudantes com os sujeitos da pesquisa, professores, gestores, pedagogos e lideranças indígenas seguido de discussões e debates sobre os resultados. A discussão girou em torno as da pergunta principal qual a importância do PPPI para as escolas indígenas, partindo do que é PPPI, como são discutidos e elaborados nas escolas indígenas e se os professores, gestores e pais sabem o que é e a sua importância. Observou-se a partir das discussões que a maioria não sabe e não entende bem o que é e tão pouco a sua importância para a escola e para o povo e que a maioria dos PPP elaborados são copias de outras escolas e não existe um projeto ou planejamento para sua elaboração nas comunidades e escolas. Via de regra as secretarias trazem perguntas prontas para que professores respondam e os assessores e pedagogos elaboram os PPPI sem uma discussão mais ampla com a comunidade educativa, trazendo depois os projetos prontos apenas para serem



aprovados e legitimados. Diante dessa situação passamos a refletir sobre a diferença do que é planejamento e metodologias participativas e participantes e viram que essa forma de discussão do PPPI que as secretarias de educação fazem são participativas e não participantes pois não participam do início ao fim do processo de discussão, mas apenas em alguns momentos para legitimar seus projetos com a mesma ideologia colonizadora com conteúdos, avaliações, metodologias com currículo fechado, disciplinar próprios da sociedade ocidental e uma educação convencional conservadora que nada se difere das escolas não indígenas não respeitando as leis da educação escolar indígena bem sua cultura e identidade como povo. Entenderam que quem deve discutir, propor e elaborar os PPPI são eles, a comunidade educativa e que o PPP é a alma de uma escola que inclui o projeto e educação do povo e que aos conselhos municipal e estadual de educação cabe apenas a verificação se as leis estão sendo cumpridas e estão de acordo sua organização política, social e cultural. Uma educação e escola indígena de verdade e diferenciada, não apenas no nome e por ter professores e estudantes indígenas.

A maior dificuldade para aprovação dos PPP está nas secretarias devido a formação de seu quadro técnico que as vezes mesmo sendo indígena, foram formados com a visão colonial ocidental e não aceitam uma educação diferenciada e acabam por impor as vezes de forma coercitiva aos professores e lideranças indígenas, a velha educação e escola instrucionista.

Com base nessas discussões ficou mais fácil entender os objetivos, para que e porque é importante a elaboração do PPPI, mesmo não sendo condição para se ter uma escola diferenciada, como afirmam os pedagogos e técnicos da SEMEC-SGC.

Essa discussão subsidiou a próxima pratica investigativa “Quais as metodologias de elaboração de PPPI” e o resultado da pesquisa que é a construção de PPPI para as escolas lapin e werekena do rio Xié.

Referências:

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública.** Universidade Tuiuti do



Paraná, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Ilma Passos, **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva**. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Entrevistas com professores, gestores indígenas, pedagogos e Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Vídeo

Quando Sinto que já sei. Youtube

.....

LIN 050 - Quais as metodologias de elaboração de PPPI?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Nheegatu Cucui/2014

SIGLA: IH35

Etapas: 2ª – intensiva 2015

Período: 3º

Problemática/Pesquisa: LIN 042 - Porque as escolas indígenas não estão elaborando seu próprio PPPI?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN050 – Quais as metodologias de elaboração de PPPI?

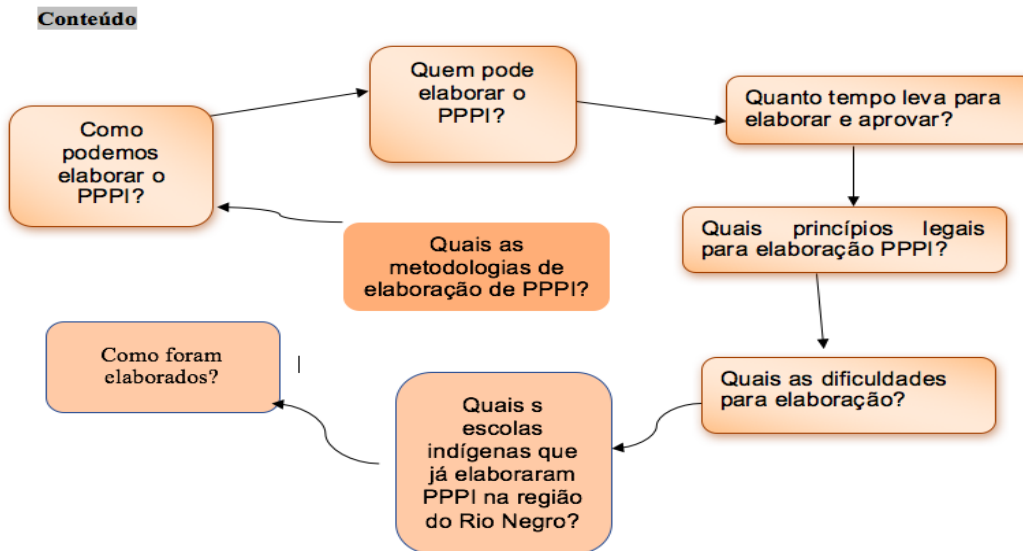
Carga Horária: 60 h

Créditos: 3.2.1

Professor (a): Higinio Tenório e Ivani Ferreira de Faria

Período de

realização: 09 a 14/02/2015



Meta e Resultados

Metas: Discutir e socializar as metodologias para elaboração de PPPI

Resultado: propor um roteiro para discussão de PPPI

Procedimentos Metodológicos:

Para iniciar a discussão houve a apresentação pelos estudantes em grupos definidos por calha de rio dos resultados das conversas e observações com lideranças, professores e pais nas respectivas comunidades onde moram com posterior discussão sobre as observações e análises das respostas das perguntas do mapa conceitual orientadas pela profa. Ivani Faria

Leram e discutiram os PPP das escolas Pamaali, Baniwa e Utapinozona, Tuyuka, da qual ajudamos no processo de discussão e elaboração. Ambas, conhecidas como escolas piloto diferenciadas, foram discutidas de forma participante no final da década de 1990 e implantadas no início dos anos 2.000. A diferença entre elas está na proposta metodológica uma, a Pamaali trabalhando com aprendizagem com pesquisa, naquela época ensino com pesquisa e a Utapinozona, com aprendizagem pela pesquisa.



Junto com a discussão fiz um relato de como houve a criação da escola, porque e a discussão do seu projeto pedagógico que durou quase 2 anos pois havia a necessidade de ampla com pais e lideranças.

A profa. Ivani faria expos mais uma vez, que existem formas e maneiras diferentes de se discutir a construção de PPP que podem ser democráticas e participantes e autoritárias e participativas que podem ser construídas e impostas pelas secretarias de educação ou mesmo permitirem que só participem e parte do processo, apenas para levantarem informações junto com a comunidade e escola e serem escritas e definidas pelos assessores e depois levam para serem aprovadas. Essa forma, a participativa apenas legitima os projetos exógenos ao povo e não representa a suas formas de pensar e organizar e nem os envolvem no processo de discussão, ou seja, não são instrumentalizados e nem empoderados para compreender de fato como fazer e ficarem dependentes.

Um dos motivos elencados para a dificuldade de elaboração dos PPP era falta de assessoria no processo de discussão. Então, a profa. Ivani perguntou se realmente precisavam de assessoria para discutir ou fazer a revisão da língua portuguesa no documento. A resposta foi que era mais na revisão do documento que seria encaminhado ao conselho de educação.

A assessoria na maioria das vezes para continuar o processo de tutela sem instrumentaliza-los de fato.

Para a realização das oficinas foi discutido com os estudantes e a profa Ivani, um roteiro para elaboração do PPPI e plano de trabalho e planejamento para sua execução.

Roteiro para elaboração de PPPI

- Introdução

Histórico de construção do PPPI. Quantas oficinas, quando, onde, quem participou, de quais comunidades, etnias, o que foi discutido em cada reunião e oficina, como foi o processo de discussão.

Resumo do projeto aprovado.

1 – Caracterização da Comunidade

(localização da comunidade e Mapa da comunidade com seus limites). História – quando foi criada, quais foram as primeiras famílias que chegaram? Quantas famílias existem? Qual o número de pessoas (adultos/crianças)? Quais etnias/clas? Quais línguas faladas? Qual é a mais falada? Como viviam? Em que as pessoas trabalham? O que produzem? Quais os benefícios recebidos pelo governo?



2 – Histórico da Escola

quando e como a Escola chegou na comunidade? Quem trouxe? Quem e quais foram os primeiros professores? Qual a formação destes professores? Etnias? Como funcionava (ciclos/séries, ano, ensino fundamental completo ou incompleto? Qual a estrutura da escola? Quais os conteúdos que eram ensinados? Como eram ensinados? Qual o tipo de educação?

3 – Diagnóstico da Escola (como a escola é hoje? Como funciona?)

*Com quais modalidades de Ensino (infantil/creche, fundamental, médio, EJA)? Ciclo ou Série? Em qual língua (s) é a alfabetização? Como é feita a Alfabetização (metodologia usada pelos professores)? Tem funcionado, os estudantes estão aprendendo? A Escola é bilíngue?

*Como é a estrutura administrativa? (equipe (gestor, secretaria, pedagogo)

*perfil dos professores: Quais são os professores? Formação, que língua fala e escreve, etnia, quantos anos trabalham como professor ou com educação?

*Qual a estrutura física da Escolar? Quais materiais (recursos) didáticos, eletrônicos etc têm? Tem biblioteca?

*Perfil dos estudantes: Quem são os estudantes? Quantos? Em quais Séries ou ciclos? De quais comunidades? Qual etnia?, Idade', língua que fala e escreve? Quais os problemas encontrados na escola??

4 - Justificativa

Porque querem a escola? Como querem a escola? Quais as causas da criação da escola?

5 – Objetivo Geral (para que querem a escola?)

Objetivos Específicos

6 – Fundamentos éticos e políticos

*quais as leis da educação escolar indígena? Como deve ser os povos indígenas do futuro? Quais conhecimentos devem ter seus filhos, netos e bisnetos para serem bare, Werekena etc? o que e viver bem?

*O que é educação? Para que serve a educação? Quais as diferenças entre educação indígena, educação não indígena, educação escolar indígena e educação diferenciada indígena?

* Qual o tipo de educação deve orientar a metodologia de aprendizagem a ser usada na escola?

Quais as formas de avaliação e organização da escola?

Como deve ser o professor da escola indígena?

Que tipo de estudantes queremos formar? Para que?

Qual deve ser o perfil do gestor e do pedagogo da Escola?

7 - Aspecto pedagógico

***metodologia de aprendizagem**

Forma de ingresso: em qual idade o aluno deve entrar na escola?

Como vai funcionar por ciclo, serie, modalidade de ensino?

***Quais as formas e critérios de avaliação?**



* **como se estrutura o currículo?** (quais os conhecimentos ou conteúdos a serem trabalhados no processo de aprendizagem no ensino fundamental e médio?). Será por carga horária ou por dias letivos? Carga horária por módulos, etapa, bimestre etc? Quantos dias seletivos semanais? Fechado, aberto, flexível?

* **calendário** (início letivo, final, datas comemorativas da comunidade, nacional, estadual e municipal, recesso escolar e férias, atividades culturais, econômicas, sociais que devem fazer parte do calendário)

8 - Política linguística

Qual a língua de instrução e de alfabetização?

Qual a primeira e segunda língua da escola?

A escola será bilíngue? Como as línguas devem ser ensinadas?

Qual a importância da língua materna e da língua portuguesa? Quais o tempo de uso da Língua?

9 – Avaliação do PPPI

Quem pode avaliar o PPPI?

Como será o processo de avaliação? (reuniões, assembleias etc)

De quanto em quanto tempo o PPPI será avaliado? (anual, bianual etc)

Anexos: atas de reuniões e decisões, estatuto das associações, planta da escola, calendário letivo, plano de ação do gestor

Todas as atividades foram desenvolvidas pelos estudantes desde a pesquisa de campo, apresentação dos resultados pelos grupos, amplo debate sobre as perguntas e do glossário, e laboração do roteiro para realização das oficinas com o cronograma para início.

Referências:

Entrevistas com professores, gestores indígenas, pedagogos e Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

EIBEC. Projeto Político Pedagógico da Escola Pamaali. São Gabriel da Cachoeira, 2005.

Utapinoponã. Projeto Político Pedagógico da Escola Tuyuka Utapinoponã. São Gabriel da Cachoeira, 2005.

.....



PESQUISA III

LIN 060 - Quais as dificuldades de ensinar a língua Yëgatu nas escolas indígenas?

Plano de Pesquisa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapas: fevereiro, julho e outubro de 2016

Período: 3º

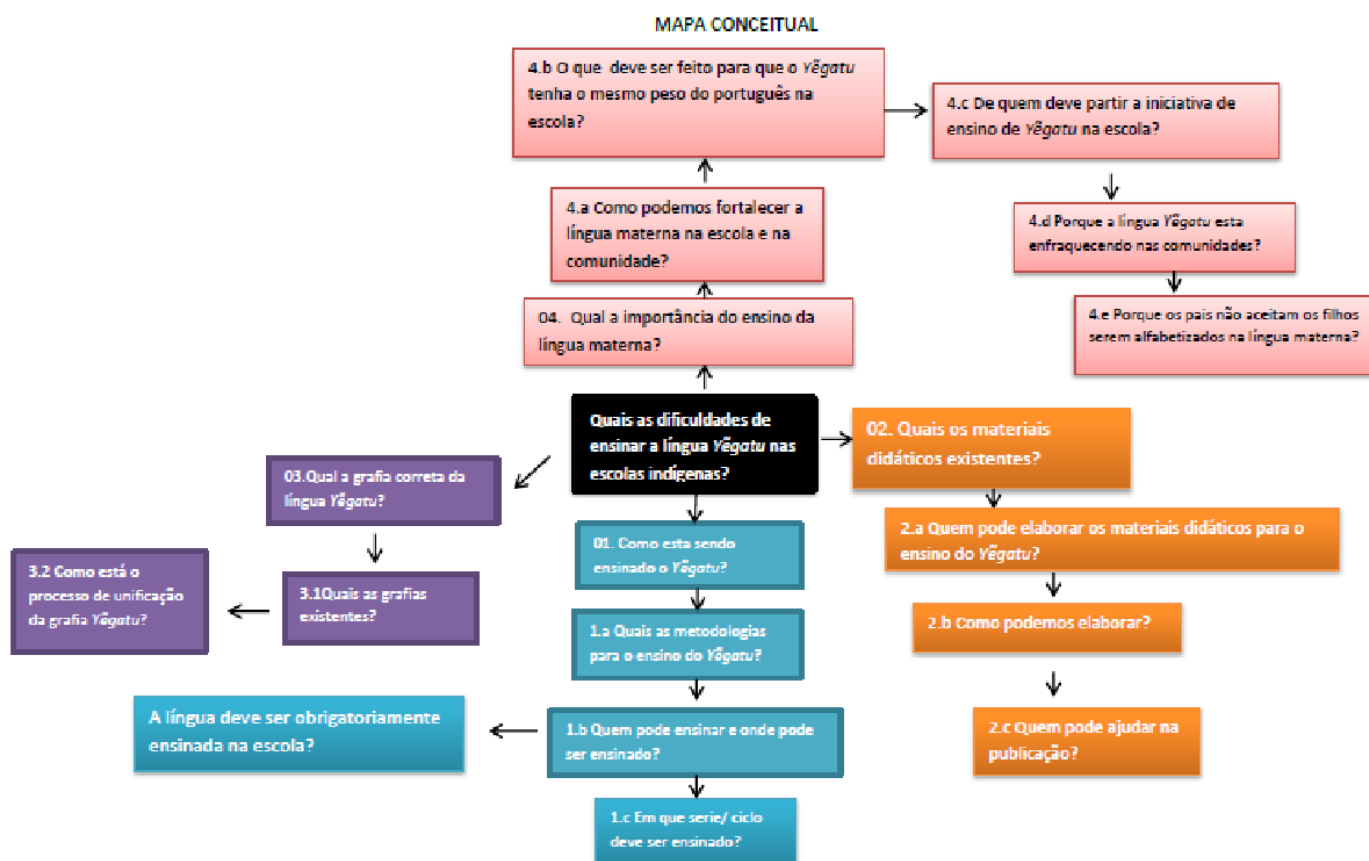
Carga Horária: 150 H

Créditos: 5.0.5

Professor (a): Ana Paula Seiffert e Gilvan Müller de Oliveira

Período de realização: 15 a 27/02/2017; 04 a 18/07/2017 e 25 a 27/10/2017,

Conteúdo



Meta e Resultados

Metas



Constantes no mapa conceitual: a) Fortalecer a escrita da língua Yëgatu nas escolas e nas comunidades; b) Produzir material didático próprio; c) Unificar a grafia da língua; d) Propor metodologia de aprendizagem de Yëgatu.

Resultados (revistos na etapa de fevereiro de 2016)

- a) Tradução para o Nheengatu do Capítulo sobre línguas do RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - para publicação.
- b) Criação e consolidação do blogue criado com a turma na etapa de fevereiro para a valorização / promoção do Nheengatu.
- c) Edição de vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue.
- d) Realização de seminário sobre a grafia e valorização da língua Yëgatu.

Procedimentos Metodológicos:

Plano de trabalho da pesquisa

Problemática: Quais as dificuldades de ensinar a língua Nheengatu nas escolas indígenas?

01. Como está sendo ensinado o Nheengatu?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança (10 de cada sujeito por grupo).
- Observação com ensino infantil (5 por grupo), fundamental (5 por grupo) nas aulas dos professores.
- Observar a disciplinas de yëgatu e outras disciplinas em que a língua de instrução é o Yëgatu.

1.a Quais as metodologias para o ensino do nheengatu?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.
- Observação com ensino infantil, fundamental nas aulas dos professores.
- Observar a disciplinas de yëgatu e outras disciplinas em que a língua de instrução é o Yëgatu
- Pesquisa bibliográfica de metodologias de ensino de L1 e L2 (para grupo de cucuí) (ex: metodologias de alfabetização)



1.b Quem pode ensinar e onde pode ser ensinado?

Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança

A língua deve ser obrigatoriamente ensinada na escola?

Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

1.c Em que serie/ ciclo deve ser ensinado?

Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

EIXO 02. Quais os materiais didáticos existentes?

- Fazer levantamento dos materiais didáticos na escola e observar:

A) Qual tipo de material? B) Pra qual série? Ano? ciclos? C) Qual o conteúdo?

D) Quem fez? E) Quando foi produzido? F) Quem ajudou na publicação?

- Entrevista aberta com Gestores, coordenadores, professores (as) (10 de cada sujeito por grupo).

2.a Quem pode elaborar os materiais didáticos para o ensino do nheengatu?

- Entrevista aberta com Gestores, coordenadores, professores (as) (10 de cada sujeito por grupo).

2.b Como podemos elaborar?

- Entrevista aberta com Gestores, coordenadores, professores (as) (10 de cada sujeito por grupo).

2.c Quem pode ajudar na publicação?

Fazer entrevista com os coordenadores das instituições

SEMEC – Florêncio da Silva. Responsáveis: Elziane e Cirilo

SEDUC – Antônio Luciano. Responsáveis: Irene e Carlos.

Missão Católica de Assunção, Responsáveis: Carlos, Maria Lindalva e Marcia;

EIXO 03. Qual a grafia correta da língua Nheengatu?

3.1 Quais as Grafias existentes?



- Levantamento bibliográfico (livros, internet, apostilas, TCC, portfólio, bíblia).
- Comparar as grafias.

3.2 Como está o processo de unificação da grafia Yëgatu?

entrevista com:

Copiarn – Responsáveis: Elziane e Irene.

Apiarn - Responsáveis: Elziane e Irene.

SEMEC - Responsáveis: Elziane e Cirilo.

EIXO 04. Qual a importância do ensino da língua materna?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

4.a - Como podemos fortalecer a língua materna na escola e na comunidade?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

4.b - O que deve ser feito para que o Yëgatu tenha a mesma importância do português na escola?

- Entrevistas com os gestores, coordenadores, professores.

4.c - De quem deve partir a iniciativa de ensino de nheengatu na escola?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

4.d - Porque a língua Nheengatu esta enfraquecendo nas comunidades?

- Entrevista com os gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança.

4.e -Porque os pais não aceitam os filhos serem alfabetizados na língua materna?

- Entrevista com pais e estudantes.

Roteiro de entrevista

EIXO I. (Entrevista com: gestores, coordenadores, professores, estudantes, pais, liderança)

Como esta sendo ensinado o Nheengatu? (Todos)

Quais as metodologias para o ensino do nheengatu? (Todos)



Quem pode ensinar e onde pode ser ensinado? (Todos)

A língua deve ser obrigatoriamente ensinada na escola? (Todos)

Em que serie/ ciclo deve ser ensinado? (Todos)

EIXO 02. (Entrevista com Gestores, coordenadores, professores, SEMEC, SEDUC e Missão Católica)

Quais os materiais didáticos existentes?

Quem pode elaborar os materiais didáticos para o ensino do nheengatu?

Como podemos elaborar?

Quem pode ajudar na publicação?

EIXO 03. (Entrevista com COPIARN, APIARN e SEMEC)

Qual a grafia correta da língua Nheengatu?

Quais as Grafias existentes?

Como está o processo de unificação da grafia Yëgatu?

EIXO 04.

Qual a importância do ensino da língua materna? (Entrevista com todos)

Como podemos fortalecer a língua materna na escola e na comunidade? (Entrevista com todos).

O que deve ser feito para que o Yëgatu tenha a mesma importância do português na escola? (Entrevista com gestores, coordenadores, professores.)

De quem deve partir a iniciativa de ensino de nhengatu na escola? (Entrevista com todos).

Porque a língua Nhengatu esta enfraquecendo nas comunidades? (Entrevista com todos).

Porque os pais não aceitam os filhos serem alfabetizados na língua materna? (Entrevistas com Pais e Estudantes).

Desenvolvimento da Pesquisa

Conforme constam dos relatórios das práticas investigativas, as principais atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa foram:



- Apresentação, discussão e sistematização das entrevistas e demais levantamentos realizados pelos grupos;
- Escrita e reescrita dos textos a partir das discussões e sugestões advindas das / nas apresentações;
- Leitura de textos complementares sobre aspectos da educação bilíngue, como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI;
- Exibição de vídeos sobre diferentes modelos de educação bilíngue e discussão, como o “Puerhepecha – creciendo juntos” (México);
- Criação e consolidação do blogue “Aru Apukuita” visando a valorização da língua: <http://aruapukuita.blogspot.com.br/>
- Construção de vídeo coletivo sobre as vantagens da educação bilíngue a partir das entrevistas realizadas pelos grupos;
- Leitura e tradução de parte do capítulo sobre línguas do RCNEI com o objetivo de disponibilizá-lo em um boletim para as escolas da região;
- Organização e realização de Seminário sobre a grafia e valorização do Yëgatu.

Referências:

Entrevistas e levantamentos realizados pelos estudantes.

BRASIL, MEC. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.** SEF/MEC. Brasília (1998).

GUERREIRO, Carmen. **Dois idiomas, uma criança.** Reportagem. Revista Educação, agosto de 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/textos/170/dois-idiomas-uma-crianca-234962-1.asp>.

Acesso em: 15 de julho de 2016.

MUYSKEN, Pieter; APPEL, René. **Bilingüismo y contacto de lenguas.** Ariel Lingüística, Barcelona, 1996.

Documentário **Educación intercultural bilingüe: "T´ARHEPERAKUA - Creciendo juntos"**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OWNpX7iB1FA>

Práticas Investigativas



LIN071 - Como podemos fortalecer a língua materna na escola e na comunidade?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Yëgatu / 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial

Período: 7º

Problemática/Pesquisa: LIN 060 - Quais as dificuldades de ensinar a língua Yëgatu nas escolas indígenas?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN071 - Como podemos fortalecer a língua materna na escola e na comunidade?

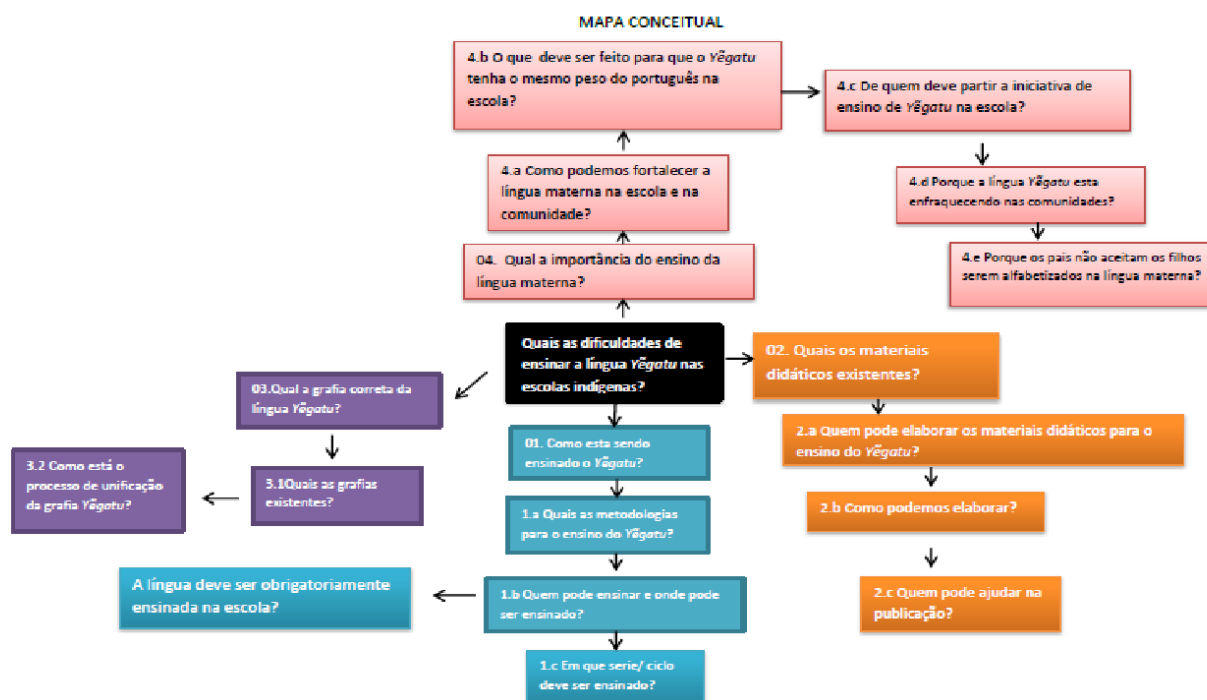
Carga Horária: 90 H

Créditos: 4.2.2

Professor (a): Ana Paula Seiffert

Período de realização: 04 a 18 de julho de 2016

Conteúdo



Nessa etapa (julho/2016), o trabalho concentrou-se no quarto eixo do mapa conceitual acima representado, sobretudo nas questões listadas a seguir:

- Qual a importância do ensino da língua materna?
- Como podemos fortalecer a língua materna na escola e na comunidade?



- *O que deve ser feito para que o Yëgatu tenha o mesmo peso do português na escola?*
- *De quem deve partir a iniciativa do ensino de Yëgatu na escola?*

Entretanto, cabe ressaltar que foram abordados aspectos (sobretudo a partir da leitura e compreensão do RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) que abarcam questões dos outros três eixos da pesquisa. A preparação para o “Seminário para o Acordo Ortográfico Nheengatu” na próxima etapa intermediária, especialmente, englobou também a discussão de elementos constantes no eixo 3 do mapa acima representado.

Meta e Resultados

A seguir listo as principais metas e resultados referentes à problemática “*Quais as dificuldades de ensinar a língua Yëgatu nas escolas indígenas?*” referentes ao trabalho desenvolvido na etapa intensiva de julho/2016.

Metas

Constantes no mapa conceitual: a) Fortalecer a escrita da língua Yëgatu nas escolas e nas comunidades; b) Produzir material didático próprio; c) Unificar a grafia da língua; d) Propor metodologia de ensino de Yëgatu. Estado-da-arte: em desenvolvimento.

Resultados alcançados e/ou em desenvolvimento

a) Tradução para o Nheengatu do Capítulo sobre línguas do RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - para publicação. Estado-da-arte: tradução finalizada, ainda é necessário compor um texto de apresentação da tradução realizada, no qual seja contextualizada a tradução (ou versão) e o próprio documento traduzido.

b) Consolidação do blogue criado com a turma na etapa de fevereiro para a valorização / promoção do Nheengatu. Estado-da-arte: parte dos estudantes (sobretudo aqueles com maior facilidade de manuseio de computadores) já se apropriou da ferramenta, produz e publica autonomamente os conteúdos em



Nheengatu. Há que se fortalecer essa utilização dentre aqueles que ainda apresentam maiores dificuldades ou inseguranças.

c) Edição de vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue. Estado-da-arte: concluída uma primeira versão do material, a qual foi exibida em noite de lançamento em Cucuí no dia 17/07. Avaliou-se que uma nova versão deverá contar com legendas (em português nos depoimentos em Nheengatu e em Nheengatu nos depoimentos gravados em português), embora o conteúdo e a edição em si já estejam adequados aos objetivos propostos.

d) Construção de programação para evento para o Acordo Ortográfico Nheengatu a ser realizado na próxima etapa intermediária. Estado-da-arte: primeira versão de programação e lista de convidados com atribuições aprovadas pela turma e encaminhadas para negociação / avaliação juntos aos realizadores e parceiros (UFAM e FOIRN).

Resultados e metas não-alcanceados

- Caderno com exemplos de aprendizagem pela Pesquisa em Nheengatu. Estado-da-arte: não foi possível encaminhar a construção do produto durante a etapa. No plano de trabalho para janeiro de 2017, foram indicadas as atividades necessárias para que a reunião desse material possa ser realizada: todos trarão ao menos um exemplo de pesquisa realizada nas escolas (durante a Prática Profissional ou não) traduzidas em Nheengatu (problemáticas levantadas, escolhida, mapa conceitual e plano de trabalho), além de um texto descritivo-analítico do trabalho desenvolvido para a referida publicação.
- Finalização e revisão de texto com diagnóstico da aprendizagem do Nheengatu (eixos 1 e 2 do mapa) para publicação no Caderno de Pesquisa. Estado-da-arte: foram retomados os diagnósticos realizados pelos grupos a partir das entrevistas e observações, entretanto, constatou-se que nenhum dos grupos havia conseguido levantar todos os dados / realizar todas as entrevistas a que haviam se proposto inicialmente. O plano de trabalho foi revisto e os grupos orientados a voltarem a campo para cumprir com as atividades previstas.



Procedimentos Metodológicos:

04/07/2016 (segunda-feira)

A viagem para Cucuí ocorreu somente nesta data, em função da indisponibilidade de combustível em São Gabriel da Cachoeira no final de semana. Durante o dia, o Prof. Osmar de Cucuí realizou reunião com os estudantes (embora nem todos tenham participado, de acordo com o relato) para definição de horários e comunicados gerais quanto à realização da etapa, inclusive a respeito das regras envolvendo o uso de álcool nas dependências do Polo.

05/07/2016 (terça-feira)

Após saudação inicial e comunicados gerais, prosseguiu-se com a retomada da pesquisa, da sua problemática, do mapa conceitual, das metas e produtos associados. Foram listadas coletivamente (sendo anotadas na lousa) todas as pendências para as duas próximas semanas de trabalho:

- Finalização do texto sobre “Quais as dificuldades de ensinar a língua Yëgatu nas escolas indígenas?” para publicação no Caderno de Pesquisa. Estado-da-arte: na última etapa, foram sistematizados os diagnósticos do ensino de Nheengatu em textos por grupo (eixos 1 e 2). Falta voltar a campo para realizar parte das entrevistas, além de ordenar esses textos e produzir a introdução e as considerações finais do trabalho, caso permaneçam sendo apenas esses eixos os abordados para o texto da referida publicação.
- Leitura do Capítulo sobre línguas do RCNEI e produção de texto (30 linhas em Yëgatu) comentando aspectos relevantes do mesmo. Situação: apenas o estudante Launirkliissons realizou essa atividade antes do início da etapa.
- Tradução para o Nheengatu de todo Capítulo sobre línguas do RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas visando a publicação do mesmo. Havia sido acordado na última etapa que metade da turma (até Evandro na lista de presença) traduziria a primeira parte do texto (das páginas 111 a 130) e que a partir de Francisco, todos traduziriam a segunda parte do Referencial (das páginas 131 – 152). Comentei da possibilidade de a tradução desse texto constar no próximo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

boletim da turma. Andamento do trabalho: nenhum aluno conseguiu traduzir por completo o bloco, mas muitos conseguiram traduzir uma parte do texto.

- Vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue. A partir de uma demanda da turma, esse novo produto foi incluído na etapa de fevereiro aos demais previstos nesta pesquisa. Orientou-se que todos os grupos que dispusessem de câmeras gravassem depoimentos em vídeo com professores, lideranças ou pais para edição de um material conjuntamente nessa etapa. Estado-da-arte: os grupos afirmaram ter gravado os depoimentos, a maioria os trouxe em estado bruto, conforme combinado. O estudante Jonato também já apresentou uma proposta de edição do seu vídeo.

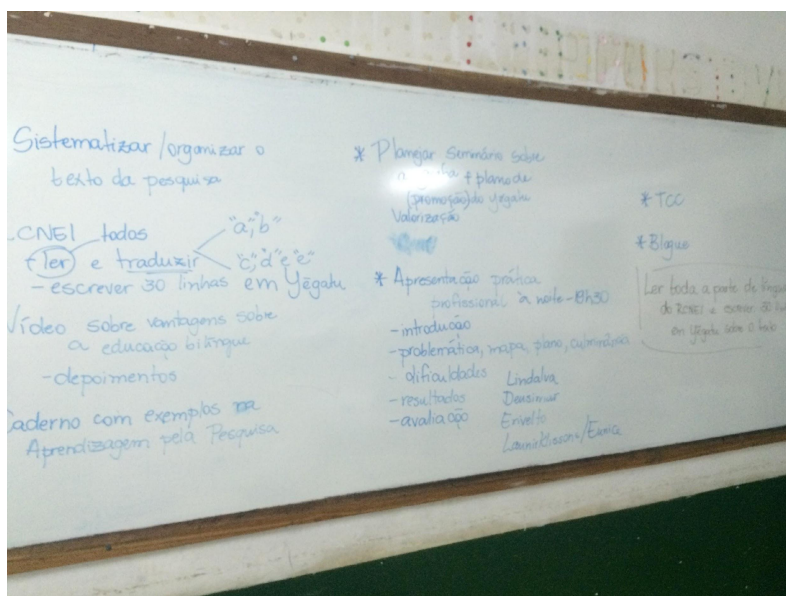


Imagem 01: Revisão das pendências relativas à pesquisa na lousa.

Na sequência à revisão das pendências, o estudante Launirklißons apresentou seu texto comentando a leitura indicada. Foram realizados comentários para melhora do texto dele e destinado o final da manhã para que os estudantes finalizassem / melhorassem a escrita desse texto comentando a compreensão quanto à leitura do Capítulo sobre línguas do RCNEI.

A partir da solicitação para que os estudantes apresentassem seus textos resumindo e comentando a leitura indicada, os mesmos manifestaram-se indicando que não houve tempo suficiente para essa finalização. Foi realizada uma conversa com a turma quanto ao compromisso com o plano de trabalho acordado em



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

fevereiro deste ano, afinal, o tempo destinado na parte da manhã seria para a revisão dessa escrita, e não para a elaboração da proposta. Não houve “falta de tempo”, já que a atividade foi pactuada ao final da etapa em fevereiro, comigo e com o Prof. Gilvan Müller de Oliveira presentes. Assim, orientou-se que aqueles que não cumpriram com as atividades do plano de trabalho até o início da etapa, busquem fazê-lo em seu tempo livre.

Na sequência, iniciou-se a apresentação dos textos individuais, com cada estudante realizando a leitura de seu resumo comentado.

Na leitura dos textos, evidenciou-se que a maior parte dos estudantes não havia realizado a leitura completa do material, apenas da parte introdutória / inicial acerca da diversidade linguística no Brasil e da legislação que ampara a existência de escolas bilíngues para as populações indígenas no Brasil.

06/07/2016 (quarta-feira)

Proseguiu-se com a leitura em voz alta das produções textuais acerca da compreensão e análise do Capítulo sobre línguas do RCNEI. Na sequência, foram feitos comentários gerais, primeiramente pelos próprios estudantes, e na sequência por mim, sobre essas produções com sugestões para desenvolver uma nova versão do texto. Orientou-se que retomassem a leitura dos pontos onde tiveram dúvidas ou mesmo das que ainda não haviam sido lidas e solicitou-se a entrega de nova versão até a sexta-feira. Entre outros pontos, sugeriu-se que os textos contextualizassem o documento lido em sua introdução (muitos iniciavam já com informações do texto, sem fazer referência ao RCNEI), além de concluir a produção com alguma reflexão ou análise do trecho resumido.

Ao final da manhã, organizou-se uma grade de apresentações da “Prática Profissional I” (a seguir reproduzida) e esclarecimentos sobre o acesso ao blogue, já muitos já não se recordavam dos procedimentos para tal.

Cronograma: apresentações dos relatórios da Prática Profissional I (todos os dias às 19h30)	
Data	Nomes
05/07/2016 (terça-feira)	Lindalva, Erivelto, Launirkliasons e Eunice
06/07/2016 (quarta-feira)	Deusimar, Carlos, Jonato, Josimar
07/07/2016 (quinta-feira)	Cirilo, Paulo César, Neide, Alberta



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

08/07/2016 (sexta-feira)	Francisco, João, Gerson/Irene,
09/07 (sábado)	Alberto, Genivaldo, Anísio, Evandro
10/07 (domingo)	
11/07 (segunda-feira)	Elizabeth, Sérgio, Marlene, Junia, Eliude/Alcimar,
12/07 (terça-feira)	Adailton, Dionísio, Elson Kene, Elziane, Genilson
13/07 (quarta-feira)	Maristela, Miguel, Elza

Iniciou-se os trabalhos com uma revisão dos itens necessários aos relatórios da Prática Profissional I. Parte dos estudantes afirmou que não foram orientados sobre a necessidade de incluir os planos de trabalho e mapas conceituais trabalhados em seus estágios nos relatórios. Esclarecemos os pontos, salientando que esses (e outros como a avaliação da comunidade, por exemplo) eram itens obrigatórios dessas produções.

Na sequência, foram reorganizados os dois grupos conforme o plano de trabalho de fevereiro 2016 para a tradução do RCNEI e os mesmos passaram a organizar as traduções das páginas correspondentes, com o objetivo de apresentar a proposta de tradução ao coletivo e dar início ao processo de revisão do texto.

No final da tarde, foi iniciada uma discussão sobre a revisão e a metodologia para o desenvolvimento desse trabalho. Pactuou-se uma revisão coletiva das traduções e foram discutidos os objetivos de traduzir o material, o público que se almeja alcançar e as estratégias para realizar esse trabalho.

À noite, houve o primeiro dia de apresentações da “Prática Profissional I”. Para fins de organização deste relatório, considerações sobre essas apresentações encontram-se ao final do mesmo.

07/07/2016 (quinta-feira)

O início da manhã foi destinado aos encaminhamentos e dúvidas quanto a produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Os comentários da Coordenação do Curso a cada um dos estudantes foram lidos e esclarecidos (quando necessário), com informações como nome do orientador, por exemplo, ou sugestões quanto à necessidade de revisão das problemáticas (quando da necessidade de ampliar o escopo, rever termos utilizados ou formulações, etc.).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na sequência, procedeu-se à discussão e revisão coletiva da tradução realizada do Capítulo sobre línguas do RCNEI. Projetou-se a tradução com o datashow, que foi sendo lida e corrigida em Nheengatu. Havendo necessidade, recorria-se ao texto em português para esclarecimento dos pontos de dúvida. A revisão da tradução, que se estendeu durante os dias seguintes, intercalada com outras atividades, fluiu num ritmo lento mas necessário, já que se evidenciou que a leitura do capítulo não havia sido compreendida em muitos pontos pelos estudantes. Assim, foram sendo realizadas leitura, interpretação, compreensão e discussão desses pontos, associada à elaboração de uma tradução / versão.

À noite houve apresentações dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

08/07/2016 (sexta-feira)

O dia todo foi destinado ao trabalho de leitura, compreensão, interpretação e revisão coletiva da tradução do Capítulo “Línguas” do RCNEI. Vários debates importantes foram realizados neste processo, como da compreensão de conceitos como “multilinguismo x plurilinguismo”, “repertório linguístico/verbal”, “língua franca” e “deslocamento sociolinguístico”, por exemplo.

À noite houve apresentações dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

09/07/2016 (sábado)

No início da manhã, realizou-se a revisão coletiva do roteiro para elaboração de Projetos Político Pedagógicos Indígenas, conforme discussões na última oficina sobre o tema realizada na Comunidade Nova Vida, no período de 25 a 29 de junho de 2016.

Na sequência, o trabalho concentrou-se, novamente, na leitura, compreensão, interpretação e revisão coletiva da tradução do Capítulo “Línguas” do RCNEI.

À noite houve apresentações dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

10/07/2016 (domingo)



O domingo foi livre para os estudantes. Houve um torneio de futebol entre as duas turmas Nheengatu no qual a maior parte dos estudantes se engajou.

À tarde, trabalhei com as estudantes Elizabeth e Maristela em orientações específicas aos seus TCCs. A partir das problemáticas, mapas conceituais e planos de trabalho, ambas foram orientadas a reverem a organização dos eixos, já que havia certa “mistura” entre os temas propostos. Além disso, em ambos os planos de trabalho a única metodologia de pesquisa prevista eram entrevistas e as duas estudantes foram orientadas a pensar em outras metodologias possíveis para realização das pesquisas propostas. Especificamente, Maristela foi orientada a ampliar a quantidade de comunidades abarcadas pelo seu TCC (originalmente havia previsto apenas uma).

11/07/2016 (segunda-feira)

A primeira parte da manhã foi destinada a uma reunião com as duas turmas do Polo de Cucuí sobre as normas quanto ao consumo de álcool nas dependências do Campus, em virtude de problemas ocorridos ao longo da semana anterior, listados a seguir:

- o estudante Evandro (assim como um estudante da turma III) deixou de comparecer às aulas na sexta-feira (08/07) e sábado (09/07) da semana anterior, para fazer uso de álcool na comunidade;
- na ronda de domingo à noite (10/07) em um dos alojamentos masculinos, o Prof. Osmar localizou uma garrafa de aguardente no local, sem que ninguém se identificasse como proprietário da bebida.

Uma longa conversa a respeito das normas e das consequências do descumprimento das mesmas foi realizada com todos os estudantes. Em geral, a participação e o compromisso da turma II se modificou bastante a partir da reunião e do comunicado das penalidades cabíveis: I) advertência; II) corte da bolsa e III) desligamento do curso. Apenas o estudante Cirilo não apresentou melhora após a reunião: ao contrário, após assumir a propriedade da garrafa de bebida encontrada, ausentou-se na reunião e da sala de aula nos dias seguintes.

Após a reunião, novamente aproveitou-se o início da semana para rever as pendências relativas à pesquisa, metas e produtos, bem como para reestruturar o trabalho da semana.



Em seguida, iniciou-se a discussão para o Seminário do Acordo Ortográfico do Nheengatu, sendo listados convidados e iniciando-se a reflexão sobre o modo como as discussões poderiam ser estruturadas.

À noite, excepcionalmente, não houve as apresentações previstas quanto à Prática Profissional I, sendo transferida a programação para a noite seguinte.

12/07/2016 (terça-feira)

Na parte da manhã e início da tarde, trabalhou-se na construção de programação do Seminário para o Acordo Ortográfico Nheengatu. A seguir, apresento o resultado sistematizado pelos estudantes dessa discussão:

Programação do Seminário sobre a grafia e valorização do Yëgatu “Muatirisa Yëgatu resewa”

1. Quantas pessoas?

50 pessoas de fora

70 estudantes da licenciatura

Total de pessoas – 120 pessoas

2. Quais instituições e quem são os representantes?

Instituição Foirn (Almerinda Ramos de lima)

Seduc (Henrique Vaz)

Semec (Socorro Borges)

Apiarn (Abrão)

Copiarn (Franklin Paulo)

IFAM (Elias Brasilino)

Funai (Andre Baniwa)

ISA (Renato Martelli)

CABC (Carlos de Jesus)

Caiarnx (Evanildo Mendes)

Caibrln (Horlando Bare)

Polo de Licenciatura de Santa Isabel (Jaqueline)



Missão Novas Tribo do Brasil (Pastor Felipe Aleixo)

Prefeitura (Camico)

Câmara (Trinho)

Usp (Navarro)

Acimrn Calos Neri

Asiba (Mariazinha)

UFAM (Ivani, Mateus, Gilvan)

Escolas

1.Coordenadores, gestores de escola e professores representantes de escolas:

2.Escola Kariamã - Luiz Antônio (Gestor), Miguel Piloto (Professor),

3.Savio Goncalves- (Coordenador da Escola Barekeniwa),

4.Rosilene Galvão- (API)

5.Valdenir Alberto Peinado – Escola Lindolfo Peinado (Coordenador)

6.Cirilo Peinado (Responsável da escola Yapĩ),

7.Luiza Amâncio Melgueiro -(Coordenadora de escola de Amium)

8.Benedito Melgueiro- (Coordenador da escola Barewari)

9.Elizangela Leonardo -(Representante da escola Napirikuri)

10. Carlos Savio- (Gestor) Escola Tenente Antônio Joao e professora Rosangela

11.Ademir (Coordenador de Aí Watura),

12.Ligia Franca e Clovis (professores da escola Kurika)

13.Professor e Coordenadores responsáveis da comunidade Vila Nova, Campinas e Anamuim e o APIs da Calha do Xié.

14. Escola da sede: Colégio São Gabriel,

15.Irmã Inês Penha,

16.Sagrada Família,

17.CETI

18.Dom Joao Marchesi

19.Dom Bosco

20.Representante das três turma da licenciatura indígena do polo Yëgatu

Lista de convidados:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

• *Estudante da primeira turma da Licenciatura Indígena; Higino Tenório; Padre Justino Samento; Florêncio; Josefa; Magistério I, II, III; liderança das comunidades e associações de base, professores e TACIS. Donato Vargas (representante do projeto pirayawara), licenciatura da FAGED.*

- *Lideranças por associação- 2 de cada*
 - 1-OCIDAI – José Antônio e – AMIBI- Laura Almeida e Dinéia Dávila
 - 2- AIBRI- Davi Rodrigues e Belmiro Henrique
 - 3- AIDIC- Savio Lopes Garrido e Jesus dos Santos
 - 4-OCIARN- Domingos Pinto e Pascoal Filho
 - 5-ACIRX- Irineu Luiz Eduardo e Virgílio Goncalves
 - 6- ACIRN- Antônio Menezes e Filo Carlos
 - 7- AIBARN- Rosio Marcionílio Miguel e Alberto Karianiu Garrido
 - 8- ACIPK- Dejacir dos santos Luciano e Alvacir da Costa Mendes
 - 9- ACIBRIN- Dime Pompilio Liberato e Clóvis maia
 - 10- Wilson Paulo cordeiro (representante dos TACIS Baixo Rio Icana)
 - 11- Ronaldo Ambrósio (representante do alto rio negro)
 - 12- Filadelson Peinado Gomes (representante do médio rio negro)
 - 13- representante do baixo rio negro

Local e data:

Proposta – realização nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2016.

Chegada dia 21

Local: Distrito de Cucuí (Bairro de Carará)

Mediadores: 22/09- Manhã/tarde: Gerson e Lindalva

Relatoria: DUAS VERSÕES (Launirkilson, Josimar, Erivelto, Neide, Alberta Gomes)

Palestrante: Higino Tenório, André Baniwa, Orlando Melgueiro Bare.

Debatedores: do eixo 1- Padre Justino, Braz França, Deusimar.

15 minutos: palestrantes

10 minutos: debatedor



Eixos 01:

- *Qual importância da língua para a identidade indígena?*
- *Qual a importância da língua yëgatu para o povo Baré do futuro?*
- *O que fazer para que o Yëgatu tenha a mesma importância que o português?*

Eixo 02: 22/09 - TARDE

Palestrantes: Edilson Martins Melgueiro e Mateus Oliveira Coimbra e Cirilo Gomes,

Debatedores: Florêncio da Silva, Dime Pompilho, Gilvan Müller de Oliveira

Mediadores: Jonato Alemão e Eliude Americo

- *Quais são as Grafias existentes? (apresentar o relato ou historia dessa grafia).*
- *Como está sendo o uso da grafia da língua Yëgatu desde a existência de sua escrita até os dias atuais?*
- *Quais ortografias Yëgatu existentes atualmente?*

- Final de cada dia- aprovação e encaminhamentos da relatoria

Eixo- 3 – 23/09 – manhã

Palestrantes: Ana Paula, Ivani Ferreira de farias, Launirklison e Gilvan mulher

Debatedores: Miguel Carlos Piloto, Edson Gomes.

Mediador: Deusimar e Kene

- *O que devemos levar em consideração para a unificação da grafia?*
- *Qual é a grafia do Yëgatu que está sendo valorizado na escola e em outros espaços sociais?*

Eixo 4- 23/09- tarde

Palestrantes: 1 por grupo-

- *Carlos de Jesus- Baixo Icana*
- *Launirklison-(rio xie)-*
- *falta indicar do alto rio negro*



Debatedores: Deusimar Moraes e Maria Lindalva

Mediador: Francisco Cirineu, João Silvano

- *Como esta sendo valorizado a língua Yëgatu nas comunidades?*
- *De que maneira vamos valorizar essa língua futuramente?*

Tarde -24/09 -

Palestrantes: Trinho Trugilio, Olivaldo Sátiro, Bento dos Santos

Debatedores: Gilvan müller, Ivani Farias, Ana Paula, Rosangela Melgueiro

Mediadores: Anísio Gomes, Miguel Alemão

- *Como estabelecer uma política linguística para fortalecer a língua nas escolas e no convívio social nos municípios, de São Gabriel, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos?*
 - *Como está sendo a implementação na lei da cooficialização das três línguas, nas escolas repartições públicas, meios de comunicação, nos estabelecimentos comerciais?*
-

Ao final da tarde, retomou-se a revisão da tradução do RCNEI coletivamente, através da projeção no Datashow.

À noite houve apresentações dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

13/07/2016 (quarta-feira)

Iniciou-se a manhã retomando a revisão da tradução do RCNEI (p. 138-139). A primeira estratégia proposta para esse trabalho, em função da indisponibilidade do Datashow naquele início de manhã (estava sendo utilizado pela Turma III), foi a de uma equipe realizar as alterações necessárias no arquivo definitivo, enquanto os demais grupos acompanhavam a tradução em seus computadores. A estratégia não funcionou bem, houve muita dispersão. Na sequência, a turma foi dividida em quatro



grupos para fazer a revisão de um ponto cada (cerca de meia página) e apresentar uma proposta de revisão para o trecho indicado. Essa estratégia funcionou muito bem, sendo escolhida para o término da revisão nos dias subsequentes. Cabe destacar que tal estratégia funcionou porque já havia sido desenvolvidas estratégias e uma lógica coletiva para os procedimentos envolvendo essa tradução.

Foi realizada também uma discussão sobre a realização de traduções (e qual a diferença desta com uma versão de um texto em outra língua) e dos conhecimentos mobilizados num processo de tradução, os desafios e dificuldades dessa atividade.

À tarde, as equipes apresentaram os vídeos gravados com depoimentos sobre as vantagens da educação bilíngue, anotando os argumentos dos entrevistados a partir de uma grade construída conjuntamente. Ao final de cada vídeo, foram discutidos os motivos elencados por cada um dos entrevistados e as falas de destaque, potenciais para a inclusão no vídeo proposto como resultado desta pesquisa.

Aproveitou-se a oportunidade para retomar a estrutura dos roteiros para a produção de vídeos construídos juntamente às Professoras Lilia e Fernanda. A partir das anotações dos argumentos, solicitou-se que os estudantes trouxessem como atividade para o dia posterior, individualmente, a proposta de encadeamento das imagens em um roteiro, compondo uma narrativa.

À noite houve apresentações dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

14/07/2016 (quinta-feira)

Durante a manhã, foi dada continuidade à revisão da tradução do RCNEI (até página 143) seguindo-se com a estratégia da divisão em grupos para uma revisão inicial, sendo lida e modificada ou aprovada pelo coletivo na sequência. Quanto às páginas finais da tradução, foram divididos duplas ou trios responsáveis por cada trecho e feito o encaminhamento para que se procedesse à correção final das mesmas na segunda e terça-feira, antes da chegada do Prof. Rinaldo ao Pólo.

Na sequência (à tarde), foram discutidas as propostas de roteiro elaboradas pelos estudantes para o vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue e escolhida



uma proposta de narrativa. Listamos coletivamente todas as atividades ainda necessárias para a conclusão do vídeo e foram divididos três grupos para os encaminhamentos necessários:

- a) Edição: grupo responsável por organizar o material, selecioná-lo, fazer os cortes necessários e estabelecer uma ordem, seguindo, dentro do possível, a narrativa discutida e aprovada pelo coletivo.
- b) Argumentação: a partir da identificação de que os temas necessários ao vídeo não tenham necessariamente sido abordados em profundidade nas entrevistas, esse grupo ficou responsável por discutir e formular entrevistas (ou outras alternativas) complementares que enriquecessem a discussão.
- c) Outros textos: grupo responsável pela elaboração dos textos de abertura e finalização, título do vídeo, créditos, trilha sonora e legendas do material.

Os grupos reuniram-se para encaminhar as pendências relativas a cada um.

À noite houve as apresentações finais dos relatórios da “Prática Profissional I”, comentados conjuntamente ao final deste relatório.

15/07/2016 (sexta-feira)

No início da manhã, procedeu-se à apresentação dos encaminhamentos do trabalho por cada um dos três grupos para a finalização do vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue. Apenas o grupo da “argumentação” disse já ter concluído as tarefas destinadas a ele. Entretanto, a partir da apresentação do conteúdo gerado, a turma verificou que os objetivos elencados para esse grupo ainda não haviam sido atingidos. Como forma de subsidiar a discussão, foram apresentados as produções textuais de alguns estudantes sobre as vantagens da educação bilíngue e discutidos os pontos. Além disso, foi feita a leitura de parte da reportagem “uma criança, dois idiomas” (cujas cópias foram disponibilizadas para a turma). Na sequência, foram sistematizados em conjunto os principais argumentos em defesa da inclusão das línguas indígenas nas escolas:

- ***Escolas bilíngues, por quê? Por uma questão de identidade cultural, porque é um direito, para acesso a novas possibilidades / novos conhecimentos (em uma nova língua).***



- **Quais as principais vantagens de escolas bilíngues?** *Melhora no desempenho dos estudantes na aquisição de todos os conteúdos quando a língua hegemônica da criança é considerada, autoimagem positiva dos estudantes sobre si mesmos e sobre a sua comunidade (menos medo de falar, sentem mais segurança e sentem-se valorizados); suavização da transição casa>escola; pela possibilidade de adquirir a língua da sociedade envolvente e poder se relacionar com ela e acessar direitos / cidadania.*

Em seguida, foram revistas as pendências de cada um dos grupos coletivamente e eles voltaram a se reunir para estruturar o trabalho.

16/07/2016 (sábado)

Iniciou-se o dia com a revisão do plano de trabalho e os encaminhamentos para as próximas etapas intermediária e intensiva da Licenciatura. As definições encontram-se a seguir.

Encaminhamentos gerais:

- Revisão coletiva das páginas finais da tradução do RCNEI – 2ª feira. Enviar por e-mail;
- Exibição do vídeo sobre as Vantagens da Educação Bilíngue no domingo à noite (17/07 – 19h15);
- Reunião dos representantes com a Coordenação da Licenciatura no domingo à tarde para tratar sobre o Seminário;
- Prática Profissional I – entrega final relatório e apresentação de slides (quem possui) até 23/07 para Profas. Thuane ou Cirlene.
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – reentrega de problemática, mapa conceitual e plano de trabalho de quem precisou ou quis reformular: até 23/07 para Profas. Thuane ou Cirlene.

Plano de trabalho da pesquisa para as próximas etapas

- Produzir texto (individualmente) para “notas dos tradutores” para a publicação do RCNEI em Nheengatu. [Janeiro 2017] Perguntas orientadoras: Como foi o



processo de tradução? Quando? Quem participou? Quais foram as dificuldades? Como foram os debates? Por que traduzir o RCNEI? Por que é importante? Para quem?

- Trazer problemáticas levantadas e escolhida, mapa conceitual, metas e resultados, plano de trabalho e texto sobre realização da pesquisa (escola, comunidade, turma, período e comentários em Nheengatu) para a publicação com exemplos do Ensino Via Pesquisa.
- Relatório individual da participação no Seminário.
- Retomar pesquisa (em grupo): realizar entrevistas e observações faltantes: entrevistas: 10 com pais, estudantes, professores; 1 com gestor / coordenador; 5 lideranças. Observações: 2 ensino fundamental, 2 infantil. Pesquisa bibliográfica / internet (todos).

Após a revisão do plano, a turma foi redividida em novos grupos para a finalização da edição do vídeo e providências para a exibição do mesmo para a Comunidade de Cucuí na noite de domingo.

À noite, juntamente da Profa. Cirlene, foi aberta a próxima problemática da Turma com atividades do plano de trabalho previstas para janeiro de 2017: **“Quais as leis que tratam da mineração em Terras Indígenas?”**.

17/07/2016 (domingo)

Na manhã, participei de conversa com grupo da Escola, sobre elaboração de PPPI. Lemos alguns trechos e reafirmei a necessidade de conduzirem a escrita a partir do roteiro proposto. Fiz sugestões para a condução do trabalho e para a reelaboração do material.

À noite foi realizada a exibição do vídeo sobre as vantagens da educação bilíngue, além de apresentações culturais em que as duas turmas do Polo de Cucuí se engajaram.

18/07/2016 (segunda-feira)

Antes do retorno a São Gabriel da Cachoeira (saída por volta das 10 horas da manhã), foi feita a apresentação da Professora Thuane, retomada de



encaminhamentos gerais, avaliação do vídeo e do evento realizados na noite anterior (para os quais foram feitas muitas críticas pela turma por conta da falta de compromisso de parte dos estudantes com a atividade). Por fim, realizou-se uma avaliação do meu trabalho com eles. Todos que falaram avaliaram positivamente as duas semanas de trabalho e os conhecimentos produzidos. A estudante Junia, por exemplo, relatou que via sempre o exemplar do RCNEI na escola e que nunca havia sequer o aberto e que, nessa oportunidade, ela não apenas o abriu mas entendeu sua importância ao tratar de temas relevantes para uma educação escolar indígena diferenciada.

Referências:

BRASIL, MEC. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. SEF/MEC. Brasília (1998).

GUERREIRO, Carmen. **Dois idiomas, uma criança**. Reportagem. Revista Educação, agosto de 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/textos/170/dois-idiomias-uma-crianca-234962-1.asp>.

Acesso em: 15 de julho de 2016.

.....

LIN062 - Letramento Digital

Plano de Trabalho – oficina

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Julho 2015

Período: 3^o

Problemática/Pesquisa: **LIN 060** - Quais as dificuldades de ensinar a língua Yëgatu nas escolas indígenas?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN 062 - Letramento Digital

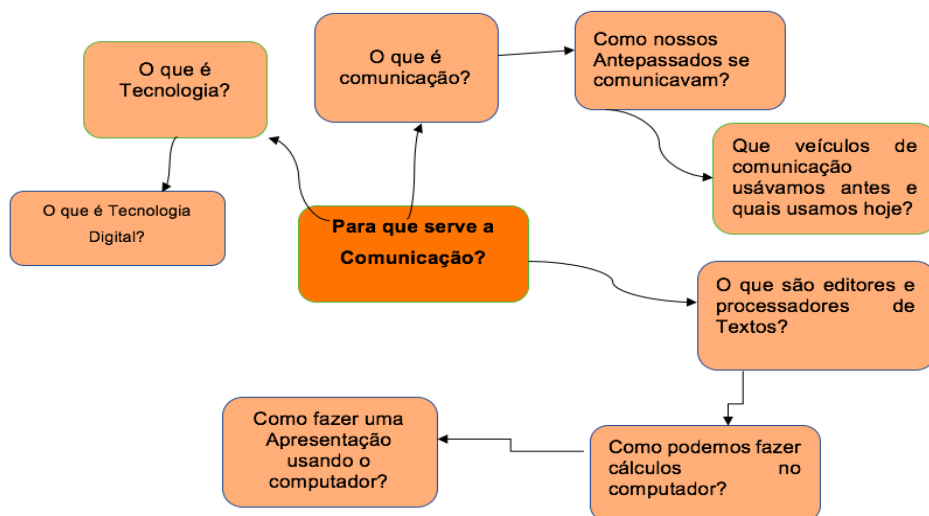
Carga Horária: 60h

Créditos:3.2.1

Professor (a): Fernanda Gabriela de Sousa Pires

Período de realização: 13 a 18/07/2015

Conteúdo



Meta e Resultados

A meta do Letramento Digital, é realizar um levantamento das formas de comunicação utilizadas pelos povos tradicionais e demonstrar que com o tempo, os veículos de comunicação sofreram mudanças e que temos diferentes tecnologias para auxiliar no processo de comunicação.

Espera-se que ao fim da prática investigativa, os estudantes sejam capazes de conhecer os conceitos de tecnologias digitais de comunicação ligadas às suas necessidades de processamento de textos, números e imagens (em apresentações visuais).

Resultado: produção de textos ilustrados; organização orçamentária utilizando Excel e criação de apresentações multimídia usando o Power point;

Procedimentos Metodológicos:

Em um primeiro momento os estudantes reuniram-se em grupos, com a finalidade de expor meios e processos de comunicação de se suas comunidades que eram realizadas, elegeram como temas:

- Sinais da Natureza;
- Pinturas corporais;
- Canoa e canoieiro;
- Comunicação pela Manhã



- Radiofonia

Os grupos apresentaram seus trabalhos que foram simultaneamente traduzidos, e criou-se uma discussão sobre como funcionava a internet, chegando a discussões sobre satélites e distribuição de sinal;

O segundo momento foi dividido em três trabalhos que tinham como objetivo, treinar habilidades nas ferramentas de processamento de texto, processamento de número e processamento multimídia;

Pelo número de computadores disponíveis no laboratório da escola, os estudantes foram organizados em duplas.

Tiveram como atividades:

Digitação e formatação dos textos produzidos por sua equipe, que falava sobre processos de comunicação, fizeram fotografias dos materiais apresentados, para assim inserirem nos textos e organizar a formatação.

Criar planilhas de gastos em um processador numérico, com dados formatados conforme sua função, viram funções de soma, multiplicação, subtração e divisão e em seguida porcentagens.

Criar apresentações com todo material visto durante a etapa, os estudantes organizaram textos, design de apresentação, inseriram imagens, sons, adicionaram efeitos e realizaram apresentação de seu projeto final.

Apesar das dificuldades de alguns por a primeira vez que tem contato com computadores, a maioria conseguiu com tranquilidade aprender a manusear o computador e realizar as atividades como digitação com formatação de documentos, elaborar planilhas no excel e apresentações no power point. Haveria a necessidade de outra oficina para aprofundar alguns instrumentos e programas. No entanto, seguindo a metodologia do curso, praticando que se aprende; aprender mais fazendo, na prática.

.....

PESQUISA IV



LIN 066 - Como Podemos Contribuir Para Minimizar Aquecimento Global?

Plano de Pesquisa

Turma: Yêgatu 2014

Etapa: janeiro/2016

Carga Horária: 150 H

Professor (a): Rinaldo Sena Fernandes

a outubro de 2016.

SIGLA: IH35

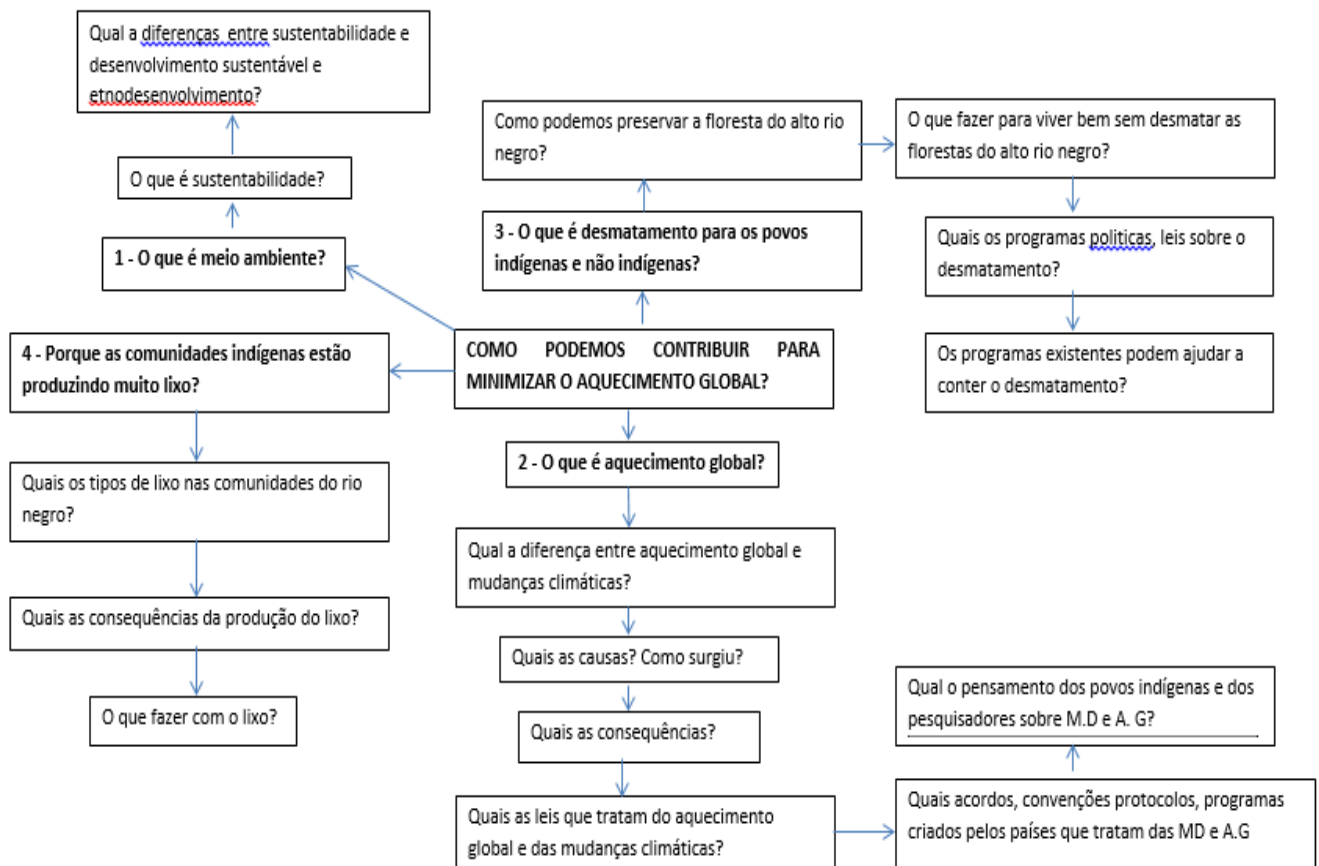
Período: 4 °

Créditos: 5.0.5

Período de realização: janeiro

Conteúdo:

MAPA CONCEITUAL – JULHO 2015



Meta e Resultados

Meta: minimizar o desmatamento

Resultados: Seminário para apresentação dos resultados junto à comunidade, escola e ACIS, Vídeo, Oficina de reciclagem.



Como resultado da pesquisa, os grupos elaboraram os conceitos sobre aquecimento global, desmatamento no contexto de uso da terra no alto rio negro.

Inicialmente, o mapa conceitual trouxe na problemática, o entendimento que as atividades agrícolas (roças) nas comunidades indígenas seriam parte contribuinte para o aquecimento global, em função do sistema agrícola tradicional do rio Negro que preconiza a derrubada e queima da vegetação e conseqüentemente emissão de gases de efeito estufa. Ocorre que numa dimensão espacial, a vegetação é substituída pela roça com policultivo e numa dimensão temporal, ocorre a sucessão ecológica após o tempo de uso do solo para exploração da roça.

Esse sistema, ao longo do tempo minimiza os impactos da emissão de gases durante a queima da vegetação, proporcionando a recuperação do solo.

Procedimentos Metodológicos:

A pesquisa foi realizada em 01 ano e desenvolvida por meio de 02 práticas investigativas **LIN072** - qual a diferença entre aquecimento global e mudanças climáticas? e LIN 081 - Qual o pensamento dos povos indígenas e dos e dos pesquisadores sobre mudanças climáticas e aquecimento global? E 01 oficina sobre Arte e Sustentabilidade para reaproveitar os materiais.

Foram realizadas conversas dialogadas com Sábios, Professores/Gestores escolares, Estudantes e representantes de instituições (ICMbio – FUNAI - ISA – FOIRN - IFAM) para obterem respostas para o eixo 3 do mapa conceitual (**O que é desmatamento para os povos indígenas e não indígenas?**)

Para registrar o pensamento dos povos indígenas sobre **desmatamento**, os estudantes ficaram encarregados ainda de procurar os sábios para entrevistá-los e assim registrar a percepção dos velhos sobre o desmatamento para instalação das roças e quais os impactos dessa prática milenar entre os povos do rio Negro.

Para realização das entrevistas junto as instituições, foram criados os grupos tendo como responsáveis, aqueles que moram na cidade ou que tinham maior facilidade para visitar as instituições ICMbio, FUNAI, ISA, FOIRN e IFAM.

Outros grupos com livre adesão foram organizados e foram feitas rodas de discussão para elaboração coletiva de conceitos abordados na problemática. Neste



momento foram utilizados textos e vídeos a medida que a discussão chegava a uma complexidade necessitando de embasamento teórico para melhor compreensão de temas como meio ambiente, etnodesenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável a partir da visão ocidental para que os estudantes pudessem analisar as diferentes formas de pensar.

Para a descrição do processo de construção das roças no território baré, também foi realizado o trabalho em grupo com posterior discussão. Nesta atividade foram confrontados os indicadores de sustentabilidade naturalmente utilizados pelas famílias do rio Negro, com os indicadores preconizados pela agricultura convencional.

Todos os eixos foram desenvolvidos e os resultados alcançados.

ATIVIDADE 01 – Realização de Entrevistas **ABERTAS**, é dever do pesquisador buscar perguntas que facilitem a compreensão do entrevistado, e ir fazendo perguntas até chegar ao ponto que queremos saber.

Eixo 2

Entrevistar Sábios Tradicionais; Professores/Gestores escolar; Estudantes. (ICMbio, FUNAI;ISA; FOIRN; IFAM)

2 - O que é aquecimento global?

2.1 - Qual a diferença entre aquecimento global e mudanças climáticas?

2.2 - Quais as causas? Como surgiu?

2.3 - Quais as consequências?

2.4 - Quais as leis que tratam do aquecimento global e das mudanças climáticas?

2.5 - Quais acordos, convenções protocolos, programas criados pelos países que tratam das MD e A.G

2.6 - Qual o pensamento dos povos indígenas e dos pesquisadores sobre M.D e A. G?

Não esquecer de utilizar perguntas de apoio, por exemplo, nesse eixo, é importante que vocês investiguem com os velhos se há indicadores de mudanças climáticas a partir da observação deles. É importante registrar uma lista de eventos



que são utilizados para observação da passagem do tempo e como esses eventos têm mudado. Por exemplo, a descida da paca, época de frutificação do patawá, descida do aru, ou mesmo quando uma pedra aparece no rio. Por exemplo, se alguma pedra ou lugar sagrado que fica no fundo do rio, só aparece quando o rio seca muito, investigar se esse acontecimento tem acontecido mais frequentemente (mais vezes), ou se mudou de época (antes normalmente era no mês de abril, agora está acontecendo no mês de maio).

EIXO 3

Entrevistar Sábios Tradicionais; Professores/Gestores escolar; Estudantes. ICMbio, FUNAI; ISA; FOIRN; IFAM.

3 - O que é desmatamento para os povos indígenas e não indígenas?

3.1- Como podemos preservar a floresta do alto rio negro?

3.2 O que fazer para viver bem sem desmatar as florestas do alto rio negro?

3.3 - Quais os programas políticas, leis sobre o desmatamento?

3.4 - Os programas existentes podem ajudar a conter o desmatamento?

3.5 - Já teve ou já ouviu falar de projetos de etnodesenvolvimento?

Eixo 4

Entrevistas com Lideranças, professores, estudantes, DSEI (ACIS, médico, enfermeiro, técnico), Secretário de Meio Ambiente.

4 - Porque as comunidades indígenas estão produzindo muito lixo?

4.1 - Quais os tipos de lixo nas comunidades do rio negro?

4.2 - Quais as consequências da produção do lixo?

4.3 O que fazer com o lixo?

Responsáveis pelas entrevistas com as instituições:

ICMbio => Elziane; Irene; Anísio; Cirilo

FUNAI - André Baniwa e Domingos=> Elziane; Irene; Anísio; Cirilo; Lindalva;

ISA=> Elziane; Irene; Anísio ;Gerson

FOIRN=> Elziane; Anísio; Carlos;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

IFAM=>Elziane; Irene; Anísio; Lindalva

Secretário de Meio Ambiente =>Elziane; Irene; Deusimar; Jonato; Alberto; Anísio.

Atividade 2 - Registro do consumo de pilhas e óleo lubrificante

Cada estudante deve monitorar qual o consumo semanal de pilhas e óleo lubrificante de sua família (anotar quantas pilhas e quanto óleo lubrificante sua família usou em cada semana)

Exemplo do registro de consumo										
Consumo	Semana									
	1	2	3	4	5	6	7	8	...	TOTAL
Quantas pilhas foram usadas?	4	6	2	5	7	7	8	3		67
Quanto de óleo para motor foi consumido (2t, havoline, etc)	3l	10l	5l	6l	12l	6l	9l	10l		122l

Atividade 3 - Trazer cozinha usado (se for jogar fora, em vez de jogar armazene para trazer), para fazermos uma oficina de fabricação de sabão.

Atividade 4 - Relatório individual das atividades de pesquisa. Deve conter todas as ações realizadas durante a pesquisa (quantas entrevistas, com quais sujeitos, onde, quando, outras atividades realizadas (se realizou as atividades 2;3;5).

Atividade 5 - Texto coletivo da pesquisa para Julho 2016.

Trazer o texto da pesquisa já produzido, na língua Yëgatu, já na estrutura de pesquisa, contendo: introdução, justificativa (porque está fazendo a pesquisa, qual o motivo, porque escolheu essa problemática), objetivo (para que está fazendo a pesquisa, onde quer chegar, qual o resultado que quer trazer com esse conhecimento) metodologia de pesquisa, resultados, análises, observações, tabelas, gráficos.

Referências

FIEDLER, N.C; SOARES,T.S.; SILVA, G. F. Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta. Revista Ciências Exatas e Naturais, Vol.10 nº 2, Jul/Dez 2008

VERDUM, R. 2002. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma



Projetos Demonstrativos (PDA). In: SOUZA LIMA, A.C. e BARROSO-HOFFMAN, M (orgs) Etnodesenvolvimento e políticas públicas bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa. Pp. 87-105

Vídeos:

A Gente Luta mas Come Fruta. Direção: Wewito Piyãko, Isaac Pinhanta. Brasil, 2006

Imbé Gikegü (Cheiro de Pequi). Direção: Maricá Kuikuro e Takumã Kuikuro. Brasil: AIKAX/ Vídeo nas Aldeias/ Documenta Kuikuro/Museu Nacional. 2006. 36min.

História das coisas (Story of Stuff). Direção: Louis Fox. Estados Unidos, 2007. 21 min.

O Curandeiro da Selva (Medicine Man). Direção: John McTiernan. Espanha: Cinergi Pictures Entertainment, 1992.1h 46m

Vozes do Clima. Direção: Ricardo Sá; Maureen Santos; Marcelo Calazans. Brasil: Fase - Solidariedade e Educação, 2009.

Práticas Investigativas

LIN072 - qual a diferença entre aquecimento global e mudanças climáticas?

Plano De Trabalho

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho/2016

Período: 5 °

Problemática/Pesquisa: LIN 066 - Como Podemos Contribuir Para Minimizar Aquecimento Global?

Prática Investigativa: LIN072 - qual a diferença entre aquecimento global e mudanças climáticas?

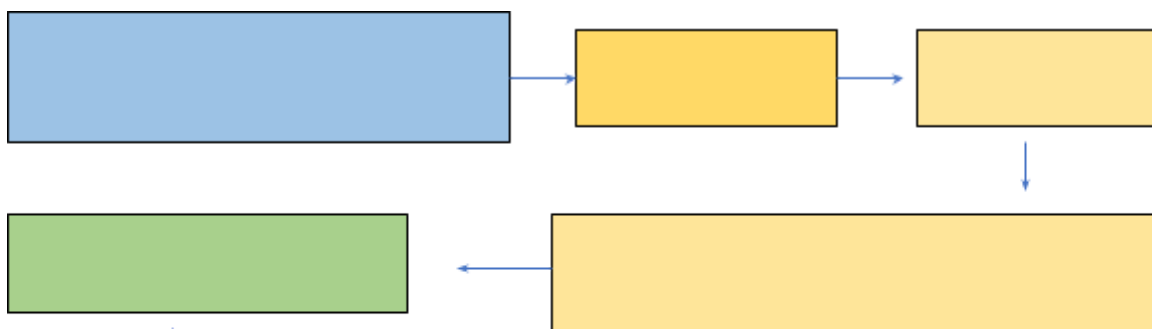
Carga Horária: 90 H

Créditos: 4.2.2

Professor (a): Rinaldo S. Fernandes e Diego Ken Osoegawa

Período de realização: 26 de janeiro a 08 de fevereiro de 2016.

• **Conteúdo**





Meta e Resultados

Meta da Prática: discutir os Eixos 1 e 2 da Pesquisa, tendo como norte os resultados buscados para esta problemática por meio dos resultados que os estudantes trouxeram.

Resultado da Prática: Os Trabalhos do Eixo I e II foram apresentados e discutidos em grupo. Foram elaborados textos sobre o conceito e sustentabilidade e etnodesenvolvimento, sobre a construção da roça (reconhecendo que este é um dos pilares da sustentabilidade) e sobre a utilização dos frutos. Foi elaborado um catálogo fotográfico sobre as etapas da implantação da roça, sobre frutos comestíveis e sobre o processamento da mandioca. Também foi realizado um Wayuri para a implantação da roça da UFAM, buscando ampliar a sustentabilidade do Polo.

Procedimentos Metodológicos

26/01

Iniciamos o dia com uma rodada de apresentações. Após as apresentações, foi perguntado ao grupo o que motivou a escolha da problemática sobre o aquecimento global. Foi possível perceber que esta relacionava não apenas questões sobre as mudanças climáticas, mas problemas ambientais em geral, centralizando também a questão da gestão de resíduos sólidos (eixo 4, a ser trabalhado posteriormente) e o uso sustentável da floresta.

Foi realizada uma discussão acerca da importância do território para a sustentabilidade, contextualizando as diversas pressões que são exercidas sobre as terras indígenas e o contexto de vários povos que ainda lutam pela demarcação e que se vêm obrigados a modificar suas relações com o meio diante dessas pressões. Foi discutida sobre a luta pelo território, através de acampamentos nas fazendas e beira de estradas, e relações de monocultivo e arrendamento de terras que começam a aparecer em algumas terras indígenas.

Para contribuir com a discussão foi projetado o filme “Terra Vermelha”.

27/01

Foi realizada uma discussão sobre o filme. Em seguida, a turma foi dividida em 4 grupos para que elaborassem o conceito de “meio ambiente” e “natureza”. Em



seguida os grupos apresentaram os trabalhos e realizamos uma discussão sobre o caráter sócio-cultural desses conceitos, de que há várias formas de se conceber o que é natureza e que são correlacionadas com a cultura e momento histórico de um povo. E a concepção de natureza é o que fundamenta a relação que determinado povo tem com seu ambiente. Em seguida a turma elaborou um conceito próprio sobre o que é natureza e ambiente.

Um estudante foi escolhido (Anísio) para que apresentasse um texto sobre a domesticação do Urucum no dia seguinte.

28/01

Iniciamos o dia com a apresentação do texto, uma reportagem de divulgação científica, que trazia a descoberta do ancestral selvagem do Urucum, pontuando descobertas sobre sua domesticação. Assim foi abordado o papel dos povos indígenas na conservação da agrobiodiversidade, comparando o processo de melhoramento genético realizado pelos povos tradicionais, com a grande diversidade de Mandioca (*Manihot esculenta*) que é associada aos ciclos de vida (ex. variedade de mandioca para recém casados), tipos de solo, formas de manejo e o processo laboratorial de seleção genética e transgenia, que leva em consideração apenas a produtividade. Foi comparado o processo da agricultura industrial, que leva os agricultores à dependência de sementes inférteis, associada ao oligopólio das empresas de produção de sementes e insumos agrícolas.

Foram discutidos os conceitos de etnociência, etnobotânica e foi realizada uma discussão sobre sustentabilidade a partir de exemplos regionais, da produção de pimentas e da meliponicultura.

Em seguida, a turma se dividiu em grupos para elaborar o conceito de sustentabilidade.

29/01

Para os Grupos que não haviam terminado a atividade foi dado tempo para o término e para os grupos que haviam terminado projetamos um filme sobre a O povo Kuikuro, a origem do Pequi e a importância simbólica, ritual e alimentar deste fruto para o povo (Kuikuro - Vídeo Nas Aldeias). Aprofundamos a discussão sobre o



caráter das etnovariedades e a os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Depois, junto com todo o grupo, passamos o vídeo “História das coisas”, para discutirmos sobre o conceito de Sustentabilidade. Este também gerou novas discussões sobre os termos que não haviam sido bem compreendidos, como toxinas, commodities, “comercializando ignorância”, sociedade de consumo. Assim, foi feita a comparação sobre a deturpação de rituais religiosos em ritual de consumo (ex: Natal), e o papel da mídia no consumo e na Moda.

Os grupos apresentaram o conceito que haviam formado sobre a sustentabilidade. Como ponto comum todos citaram a roça. então o processo de construção de uma roça foi tomado como ponto central, exemplo cerne, para discutir a visão da sustentabilidade e a (des)valorização das tecnologias tradicionais, comparando-se o processo da agricultura tecnificada em produzir uma roça e o processo tradicional e os indicadores de sustentabilidade que estão associado.

Como atividade, os estudantes foram orientados a colocar no papel os dois sistemas, enfatizando a discussão sobre sustentabilidade e seus indicadores.

30/01

Foi realizada atividade Prática de Wayuri para implantação de roça na Área da Escola; Os grupos se separaram para buscar mudas e sementes com os parentes e conseguiram trazer mudas de côco, açaí, cacau, Cupuaçú, Graviola; Ingá; Manga; manivas de Macaxeira; sementes de cubiu; Melancia. As mudas foram plantadas na frente, lateral e fundos da escola. Nos fundos uma área foi roçada e queimada para que plantassem as manivas. Foi realizada coleta do lixo no entorno; havia muito lixo oriundo principalmente da merenda escolar da época em que a escola funcionava no local. Este lixo foi levado para onde são dispostos os resíduos em Cucuí; em situação bastante irregular, amontoados a céu aberto.



01/02

Foi dada continuidade da atividade proposta no dia 29 e os grupos apresentaram o resultado dos trabalhos contendo os procedimentos realizados na construção das roças, desde a escolha do local, indicadores ambientais utilizados para aferir a qualidade do solo, formato e tamanho das roças, procedimento de derrubada, queima, plantio e capina, incluindo a importância simbólica e ritual de algumas



práticas, como por exemplo iniciar o fogo com algumas lascas do remo de aru para que traga vento e a roça queime bem.

02/02

Foi recapitulada a importância de compreender o conceito de sustentabilidade e como os agentes associados ao capital tentam fazer com que se acredite que a roça é um empreendimento inseguro, de baixo rendimento, sendo que a sustentabilidade é fruto da diversidade, importante para a reprodução física e cultural dos povos. Foi conversado sobre a importância dos plantios diversificados, de sua importância na manutenção da agrobiodiversidade e sobre o perigo se se plantar uma única cultivar. Foi comentado o processo de domesticação de plantas, de seleção de características importantes para o povo, que se refletem nas variedades tradicionais. O potencial de geração e manutenção de variedades foi comparado com a importância dada aos bancos de germoplasma.

Em seguida, continuamos a discussão sobre sustentabilidade tendo como foco a segurança alimentar e o potencial de uso dos frutos e castanhas comestíveis. A discussão teve início a partir da apresentação dos resultados da pesquisa de Doutorado do Rinaldo Sena Fernandes, que apontou o potencial nutricional de diversas espécies de frutos e sementes coletados que estão sendo subutilizados na alimentação e sendo progressivamente substituídas por alimentos industrializados. Tendo como perguntas motivadoras: Vocês conhecem essa espécie? Como vocês chamam? Vocês comem? Já viram alguém comer? Porque não comem?

Foi comentado sobre a importância da valorização desses conhecimentos e foi relacionada à modificação dos eventos fenológicos, períodos de floração e frutificação de diversas espécies, com as mudanças climáticas.

03/02

Foi apresentado o filme “O curandeiro da Selva”, em que um pesquisador vive com algum povo indígena, buscando possíveis substâncias para sintetizar medicamentos. Durante sua pesquisa encontra o extrato de uma *bromeliaceae* capaz de curar o câncer. Ao longo do filme ele e mais uma pesquisadora tentam de todas as formas replicar a fórmula, mas não conseguem. Por mais que tentem, o extrato da planta não apresenta o mesmo potencial de cura da fórmula original. Sem



o conhecimento dos sujeitos sociais responsáveis pela cura neste povo (Shamans) ele não consegue sintetizar a fórmula, eles que o informam que na verdade a cura está relacionada com uma espécie de formiga que habita as bromélias.

Após a apresentação do filme iniciamos uma discussão sobre a importância dos conhecimentos indígenas na prospecção de medicamentos. Apesar desta importância esses conhecimentos são inferiorizados na lógica produtiva dos medicamentos alopáticos, que visa descredibilizar a medicina tradicional, pois se beneficia da dependência.

Durante a discussão foram abordados os conceitos de metabólitos primários e secundários das plantas, fito-hormônios, utilizados para “industrializar” a vida (utilizados na agricultura moderna para uniformizar a indução floral). Foi abordada a importância dos conhecimentos ecológicos e do efeito da sazonalidade dos processos, do tipo de solo no desenvolvimento de determinados compostos e nos efeitos sinérgicos encontrados em diversos preparos da medicina indígena.

Também foi abordado o conceito de alelopatia, dominância, competição e nicho ecológico, relacionando com os metabólitos, o que foi relacionado com as fitofisionomias de *kururu kupixa* (roça do sapo), pequenos espaços nas áreas de terra firme em que cresce diversidade específica de plantas, com extrato herbáceo e com o fato de algumas plantas apresentam mortalidade ao serem extraídas por mulheres menstruadas.

04/02

Foi apresentado o filme “vozes do clima”, que aborda o impacto das mudanças climáticas nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e camponesas, com a modificação dos calendários ecológicos, dificuldade de prever o “tempo de chuva” e o agravo nos eventos extremos. Trata também da insuficiência dos acordos internacionais e da capitalização da natureza, criticando os mecanismos de compensação propostos pelo mercado de carbono, em que a compra dos créditos outorga o “direito de poluir”. Traz também crítica ao “reflorestamento” realizado pelas empresas de silvicultura, práticas de monocultivo.

O filme foi o ponto de partida para iniciar a discussão sobre as mudanças climáticas, os gases efeito estufa (GEE), importância das florestas no sequestro de



carbono através do processo de fotossíntese, mercado de carbono e geopolítica dos acordos internacionais de emissão de GEE. Foi abordada a contribuição da agricultura de larga escala nas emissões de GEE, sua associação com o desmatamento, com a emissão de metano pela criação animal, com a degradação do solo.

05/02

Foi proposta uma atividade em grupo em que os estudantes ficaram responsáveis por produzir um texto único a partir da produção textual que havia sido realizada nos grupos de trabalho.

1. Conceito de Sustentabilidade
2. Conceito de Natureza e Ambiente
3. Procedimentos para implantação, manutenção da roça e da produção de mandioca e seus produtos
4. Catalogo fotográfico dos procedimentos
5. Listagem de frutos comestíveis e suas formas de uso

06/02

O mapa conceitual foi reapresentado ao grupo, e este foi questionado se havia necessidade de alguma modificação, se sentiam falta de alguma pergunta, ou alguma mudança nas perguntas. Este procedimento foi adotado, pois percebemos que o mapa conceitual tratava de questões ambientais em geral, mais amplas que as mudanças climáticas, abordando também a questão dos resíduos sólidos e a concepção de desmatamento.

O grupo decidiu por adicionar uma pergunta no mapa conceitual, no eixo 3: “ Já teve ou já ouviu falar de projetos de etnodesenvolvimento?”.

Também foi elaborado o plano de trabalho para a etapa seguinte anexo ao final do relatório). Optou-se por elaborar o plano de trabalho e refletir sobre o mapa conceitual neste momento pois este seria o ultimo dia da prática, mas esta teve duração de mais 2 dias, pois o professor da prática seguinte atrasou devido à seca, que dificulta a navegabilidade e amplia o tempo de deslocamento.

08/02



Iniciamos o dia com uma discussão sobre como o conceito de sustentabilidade, têm sido deturpado por uma série de empresas, que seu utilizado “marketing verde”, com produtos supostamente ecológicos.

Foi apresentado o caso da empresa Aracruz, de papel e celulose, que obteve a certificações internacionais de sustentabilidade, mas foi responsável pela supressão de território quilombola e pela morte de pessoas por conta da aplicação de agrotóxicos nos castanhais utilizados por eles.

Os estudantes foram motivados a refletir sobre a cadeia de produção dos alimentos consumidos por eles e sobre os projetos da região que se auto intitulam como projetos de sustentabilidade.

Em seguida os estudantes retornaram para os grupos para finalizar o trabalho proposto no dia 05/02.

09/02

Foi realizada a apresentação dos trabalhos, que foram apreciados pelo grupo, que pontuou as modificações necessárias, revisando os pontos em que o texto podia ser melhorado ou sugerindo a complementação de informações.

Em seguida foi projetado o vídeo “a gente luta, mas come fruta” que trata do manejo florestal do povo Ashaninka, apresentando iniciativas de plantio de pomares próximos às comunidades, juntamente com as crianças e no manejo de fauna para ampliar a segurança alimentar. Apresenta também as ações de defesa e fiscalização do território contra os madeireiros ilegais.

A partir daí foi realizada uma discussão sobre a importância das iniciativas próprias para assumir a responsabilidade pela sustentabilidade.

Referências

- AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p.29-38.
- DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004.



FERNANDES, Rinaldo Sena. **Frutas, sementes e amêndoas silvestres alimentícias na comunidade indígena Tunuí-cachoeira** – AM. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal – Universidade Federal de Lavras, 2012.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O Falso Verde** - Revista Observatório Social - edição especial 15 anos. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico/84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.13-56.

WWF-Brasil. **Agroflorestas na Paisagem Amazônica** - Guia De Campo Para Implantação de Sistemas Agroflorestais nos Vales dos Rios Tarauacá, Envira e Purus. Brasília: WWF, 2014.

VÍDEOS

A Gente Luta mas Come Fruta. Direção: Wewito Piyãko, Isaac Pinhanta. Brasil, 2006

Imbé Gikegü (Cheiro de Pequi). Direção: Maricá Kuikuro e Takumã Kuikuro. Brasil: AIKAX/ Vídeo nas Aldeias/ Documenta Kuikuro/Museu Nacional. 2006. 36min.

História das coisas (Story of Stuff). Direção: Louis Fox. Estados Unidos, 2007. 21 min.

O Curandeiro da Selva (Medicine Man). Direção: John McTiernan. Espanha: Cinergi Pictures Entertainment, 1992.1h 46m

Vozes do Clima. Direção: Ricardo Sá; Maureen Santos; Marcelo Calazans. Brasil: Fase - Solidariedade e Educação, 2009.

.....

LIN 081 - Qual o pensamento dos povos indígenas e dos e dos pesquisadores sobre mudanças climáticas e aquecimento global?

Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho/2016

Período: 5 °

Problemática/Pesquisa: LIN 066 - Como Podemos Contribuir Para Minimizar Aquecimento Global?

Prática Investigativa: **LIN 081 - Qual o pensamento dos povos indígenas e dos e dos pesquisadores sobre mudanças climáticas e aquecimento global?**



Carga Horária: 60 H

Créditos: 3.2.1

Professor (a): Rinaldo Sena Fernandes

Período de realização:

19/07/2016 a 29/7/2016

Conteúdo

O que os sábios pensam sobre as mudanças climáticas e aquecimento global? Como e em que estão percebendo as mudanças climáticas? quais os acontecimentos que podem demonstrar o aquecimento global? O que os pesquisadores dizem sobre as mudanças climáticas e aquecimento global? Realmente estão acontecendo?

Meta e Resultados

Como meta, a pesquisa foi realizada para entender o significado de “Minimizar o aquecimento global nas comunidades indígenas do rio negro”.

Como resultado da pesquisa, cada estudante elaborou seu relatório sobre aquecimento global como base para a construção do texto final da problemática.

Procedimentos Metodológicos:

Cada estudante ficou encarregado de fazer sua própria busca pelas informações utilizando como fontes de pesquisa, os livros, revistas e boletins informativos, além da pesquisa na internet para aqueles que tivessem maior facilidade de acesso.

Entrevistas com Sábios Tradicionais; Professores/Gestores escolar; Estudantes.

Qual o pensamento dos povos indígenas e dos pesquisadores sobre M.D e A. G?

Foram realizadas entrevistas com Sábios Tradicionais, Professores/Gestores escolares, Estudantes e representantes de instituições (ICMbio – FUNAI - ISA – FOIRN - IFAM) dar respostas as perguntas acima.

Para registrar o pensamento dos povos indígenas sobre aquecimento global e mudanças climáticas, os estudantes ficaram encarregados ainda de procurar os



sábios para entrevistá-los e assim registrar a percepção dos velhos sobre os fenômenos naturais, sua origem e ocorrência.

Para realização das entrevistas junto as instituições, foram criados os grupos de estudantes grupos, tendo como responsáveis, aqueles que moram na cidade ou que tinham maior facilidade para visitar as instituições ICMbio, FUNAI, ISA, FOIRN e IFAM.

Todos os dados foram discutidos pelos estudantes em sala de aula tendo como orientação apontar sugestões para minimizar o aquecimento global em suas comunidades.

Referências

CORDEIRO, Luiz Adriano Maia *et al.* **O Aquecimento Global e a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono**. Brasília: MAPA / EMBRAPA / FEBRAPDP, 2011.

.....

LIN083 - Oficina Arte, Sustentabilidade e Reaproveitamento de Materiais

Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Janeiro 2017

Período: 7º

Problemática/Pesquisa: LIN 066 - Como Podemos Contribuir Para Minimizar Aquecimento Global?

Componente Curricular/Prática investigativa: Lin083 - Oficina Arte, Sustentabilidade e Reaproveitamento de Materiais

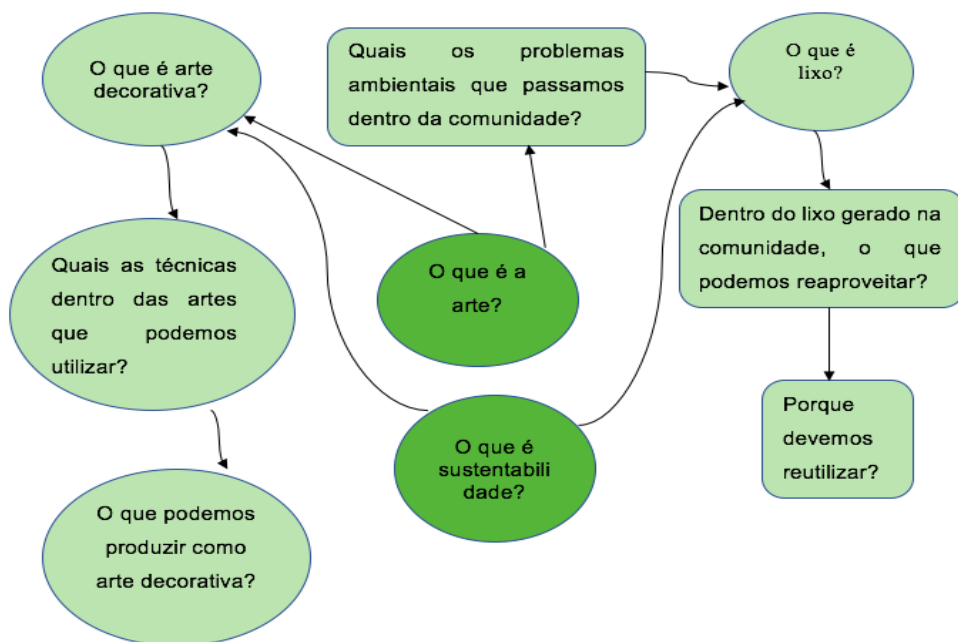
Carga Horária: 60

Créditos: 2.0.2

Professor (a): Lilia Valessa Mendonça da Silva
a 25/02/2017

Período de realização: 21

Conteúdo



Meta e Resultados

A meta é oportunizar aos discentes, o conhecimento sobre técnicas de arte utilizando o reaproveitamento do lixo doméstico e fazer experimentações dessas técnicas, por meio da sustentabilidade incentivar as pessoas a reaproveitar vários tipos de materiais e conscientizar sobre acúmulo, descarte e a problemática do lixo.

Resultado: produção de arte decorativa.

Procedimentos Metodológicos:

Para o desenvolvimento da oficina e atingir as metas e resultado foram realizadas reflexões sobre como promover a conscientização diante do acúmulo, descarte e problemas relacionados ao lixo; dar uma nova visão ao lixo doméstico; e ensinar técnicas para o Reaproveitamento.

No primeiro momento foram discutidos aos estudantes alguns conceitos: Arte; Arte Decorativa; Técnicas dentro das artes; Sustentabilidade; Problemas ambientais; Produção de produtos decorativos. Em seguida criou-se uma discussão sobre o desenvolvimento desses produtos em sala de aula.

No segundo momento, apresentamos técnicas e materiais dentro das artes para o desenvolvimento de produtos decorativos, além de 10 exemplos de



possibilidades desses produtos. De comum acordo, os estudantes saíram pela comunidade em busca de materiais que poderiam ser reutilizados. Depois de catalogados os materiais identificados foram lavados, os mais encontrados foram garrafa pet e saco plástico.

No terceiro momento, a turma foi dividida em 5 grupos para que os mesmos pudessem construir novos objetos ou materiais didáticos usando os resíduos que foram encontrados. E a partir daí construíram brinquedos, tapetes, material pedagógico, cortinas, luminárias, cestas, suporte para prato e copo etc. Caixas de presentes. Os estudantes que sabiam tecer com arumã, teceram utilizando a garrafa pet. No último dia, realizaram um seminário de apresentação dos materiais construídos

No fim da prática investigativa, os estudantes atingiram a meta, conhecendo os conceitos de arte, sustentabilidade entre outros. Geraram material escrito e produtos decorativos e sustentáveis.

Como parte das formas e critérios da avaliação sociointerativa, todas as atividades foram desenvolvidas pelos estudantes com atenção, dedicação e compromisso.

Referências:

DOHME, Vania. **Ensinando a criança amar a natureza**. / Vania Dohme, Walter Dohme; (ilustrações e projetos Walter Dohme). São Paulo: Informal Editora, 2002.

FARTHING, Stephen. **Tudo sobre a Arte**. Stephen Farthing. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. 576 p. ; il. ; 25x18cm.

MIYAGAWA, Misa. **A arte como resgate da identidade local e sustentabilidade através do fazer artístico artesanal**. / Misa Miyagawa

.....

PESQUISA V

LIN082 – Quais as Leis que tratam da mineração em terra indígena?

Plano de Pesquisa



Etapa: Intensiva/presencial

Período: 5º

Problemática/Pesquisa: Quais são as leis que tratam sobre mineração em terras indígenas?

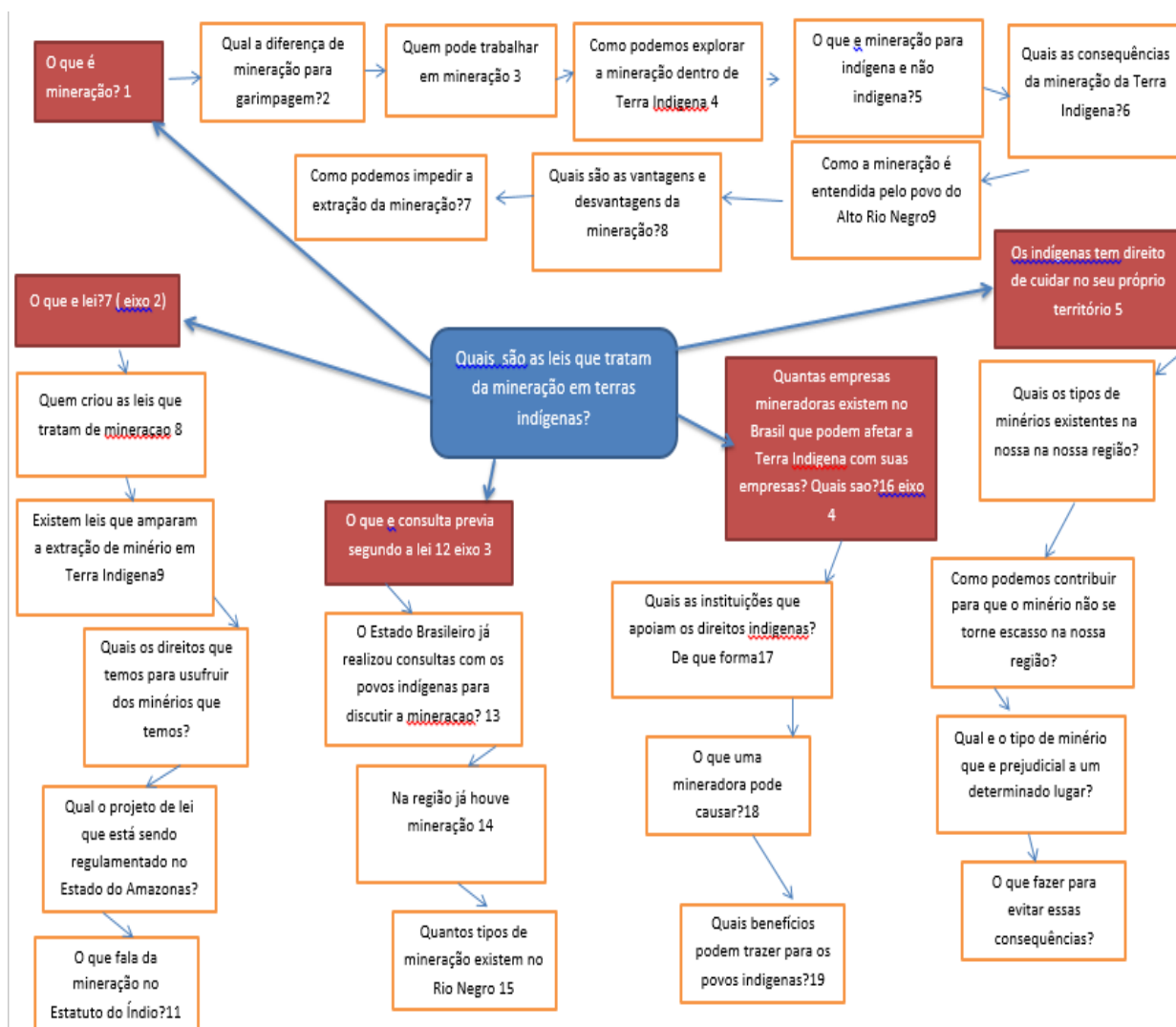
Carga Horária: 150 H

Créditos: 5.0.5

Professor (a): Chantelle Teixeira

Período de realização: 5º e 8º

Conteúdo:



Meta e Resultado:

Meta da pesquisa - fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas



com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região.

Resultados da pesquisa: Seminário para a divulgação das leis que tratam da mineração nas Terras Indígenas, Vídeo sobre os efeitos da mineração em Terras Indígenas, Banner com as leis da mineração em Nheengatu, Texto com os resultados para o caderno de pesquisa

Procedimentos Metodológicos:

A pesquisa foi desenvolvida durante duas etapas do curso (7^a e 8^a), tendo como diretriz o mapa conceitual dividido em 5 eixos temáticos relacionados com a questão principal “Quais são as leis que tratam da mineração em terras indígenas”.

Para dar início à investigação do problema proposto pela turma foi elaborado plano de trabalho com foco nas metas e resultados da pesquisa, a turma foi dividida em grupos, tendo como critério para a divisão o domicílio de cada aluno, pois como o trabalho seria feito nas comunidades esse critério facilitaria o encontro dos estudantes. Cada grupo ficou responsável por pesquisar sobre as temáticas propostas nos 5 eixos da pesquisa.

Eixo 1 - O que é mineração – PARA JANEIRO DE 2017.

Entrevistas abertas com lideranças (05), sábios (05), TACIS (03). – TODOS.

Entrevistas em instituições ISA (Xié), FOIRN (Assunção), FUNAI (Alto Rio Negro II), ICMBIO (Médio Rio Negro I), Exército (Cucuí), Cooperativa de Mineração (Baixo Içana I e II).

Pesquisa bibliográfica e na internet. – TODOS.

Resposta da pesquisa em forma de texto por grupo em nheengatu. Relatório individual da pesquisa em nheengatu.

Roteiro de entrevista

Nome, idade, formação, povo, línguas que fala ou escreve, função ou profissão, localidade.

Data da entrevista

Eixo 2 - O que é lei



Consulta na legislação, bibliográfica.

Entrevistas em instituições ISA, FOIRN, FUNAI, ICMBIO, Exército, Cooperativa de Mineração, Câmara de Vereadores.

Eixo 3 – O que é consulta prévia

Entrevista com lideranças das associações de base.

Entrevistas em instituições ISA, FOIRN, FUNAI, ICMBIO, Exército, Cooperativa de Mineração, Câmara de Vereadores.

Pesquisa bibliográfica, consulta à legislação.

Eixo 4 - Quantas empresas mineradoras existem no Brasil que podem afetar a Terra Indígena com suas empresas? Quais são?

Entrevistas em instituições ISA, FOIRN, FUNAI, ICMBIO, Exército, Cooperativa de Mineração, Câmara de Vereadores.

Pesquisa bibliográfica, consulta à legislação.

Eixo 5 - Os indígenas têm direito de cuidar no seu próprio território

Entrevistas com lideranças, sábios, professores.

Entrevistas em instituições ISA, FOIRN, FUNAI, ICMBIO, Exército, Cooperativa de Mineração, Câmara de Vereadores.

Pesquisa bibliográfica, consulta à legislação.

Prática investigativa: O que é mineração? O que é consulta prévia segundo a lei?

Meta da Prática: Compreender e, se necessário, os conceitos presentes que tenham afinidade com o tema da exploração mineral, como garimpo, cata, faiscação e mineração. Analisar o disposto na legislação nacional e internacional em relação à exploração mineral em terras indígenas. E a compreensão sobre a consulta livre, prévia e informada garantida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consubstanciada no direito à autodeterminação, previsto no mesmo diploma legal.

Resultado da Prática: Melhor compreensão de determinados conceitos relativos a exploração mineral, presentes na legislação nacional. Leitura e análise de normais



legais que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas, bem como análise do projeto de lei 1610 que regulamenta a mineração em terras indígenas e a sessão sobre a exploração mineral em Terras Indígenas do Estatuto dos Povos Indígenas, apresentada pela CNPI em 2009, quando ainda era Comissão Nacional de Política Indigenista. Reflexão sobre a autodeterminação dos povos indígenas e a realidade da organização social dos povos indígenas do rio negro.

Como tarefa para a 7ª Etapa, os(as) estudantes trouxeram pesquisas que realizaram em suas comunidades, órgãos governamentais e não governamentais da região, cujo objetivo era saber “o que é mineração”. Um grupo não realizou o trabalho, outros dois não sistematizaram as entrevistas que realizaram, nem os documentos que obtiveram durante a pesquisa. Contudo, colheram vasta documentação sobre o assunto. Dessa maneira, a turma possuía rico material sobre o assunto, mas ainda sem análise crítica e contextualizada das informações relevantes para a pesquisa.

Após, com base na legislação nacional, verificamos e discutimos os conceitos de garimpo, cata, faiscação e mineração. Através de recursos visuais (fotos) vimos exemplos de cada uma dessas maneiras de exploração mineral.

Utilizou-se o documentário “refugiados do desenvolvimento”, de Fábio Nascimento, que em 8 minutos mostra de maneira profunda as consequências socioambientais dos megaprojetos de desenvolvimento em nosso país. O filme foi pano de fundo para diversas reflexões dos estudantes, comparando as entrevistas que fizeram com os velhos em suas comunidades e os impactos provocados por esses projetos megalomaniacos. Os velhos foram uníssonos durante as entrevistas em serem contrários a mineração e já terem passado por situações traumáticas em contexto de exploração mineral no passado.

Conversamos sobre a legislação a nível nacional e internacional que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas, analisando os significados dos textos legais e sua ordem hierárquica. Além de analisar e refletir sobre dois projetos de lei que visam regulamentar a exploração mineral em terras indígenas, falamos e refletimos sobre a influência do setor econômico no poder legislativo e executivo do país, que ao financiarem campanhas políticas de determinados agentes políticos são favorecidos em licitações milionárias para esses megaprojetos. Isso ficou bastante



claro ao assistirmos o documentário “Belo Monte: o anúncio de uma guerra”, que mostra as forças e interesses envolvidos e emaranhados na construção da 2ª maior usina hidrelétrica do mundo.

Por fim, tratamos sobre o direito à consulta prévia, livre e informada instrumento efetivo da autodeterminação dos povos indígenas. Todas às garantias amparadas por esse direito foram levantadas e refletimos sobre a maneira como esse direito é assegurado em situações concretas, através dos Protocolos de Consulta e Planos de Consulta, e os requisitos fundamentais serem observados nestes processos.

Como plano de trabalho para a próxima etapa, os estudantes deveriam traduzir artigos e leis que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas e o quadro comparativo sobre os projetos de lei que visam a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas - elaborado de forma participante durante a etapa para constar em banner produzido pela turma. E, ainda, analisar materiais sobre mineração em terras indígenas trazidos pelos grupos como resultado das pesquisas sobre os eixos da problemática.

Embora muitos grupos, não tenham conseguido finalizar os textos das pesquisas até a realização da 7ª etapa, todos trouxeram riquíssimas informação que foram muito importantes para atingir as metas e os resultados da pesquisa. Esses textos faltantes foram entregues durante a realização da 8ª etapa. Não houve prejuízo no desenvolvimento da pesquisa.

Prática Investigativa: O que é consulta prévia segundo a lei?

Meta da Prática: Conhecer o direito à consulta livre, prévia e informada previsto na Convenção 169 da OIT e analisar de forma crítica sua ligação com projetos de exploração mineral em territórios indígenas. Construir os resultados propostos para a presente pesquisa buscando mudanças reais nas realidades vividas pelas comunidades indígenas, seguindo a meta da pesquisa de fortalecer as comunidades e seus direitos, proteger seus territórios e expandir o conhecimento sobre as leis sobre a exploração mineral em terras indígenas.



Resultado da Prática: Elaboração de textos traduzidos na língua Yégbatu para dois banners para facilitar a compreensão sobre as leis que regulamentam a exploração mineral em terras indígenas às comunidades indígenas do alto rio negro. Produção de 4 vídeos com temáticas que abordam, ainda que de forma transversal, a exploração mineral em terras indígenas seja sobre o aspecto político, econômico ou cultural.

Os produtos esperados como resultados da Pesquisa 5 do polo Yégbatu “Quais as leis que tratam da mineração em Terras Indígenas?”, direcionaram os caminhos para o desenvolvimento do conteúdo da prática investigativa “O que é consulta prévia segundo a lei?”. Considerando que na etapa anterior (7ª etapa) as pesquisas realizadas pelos estudantes foram apresentadas e o mapa conceitual trabalhado de forma integral, nesta etapa as atividades foram guiadas pelos resultados esperados para a conclusão da problemática, quais sejam: (1) banners com as leis selecionadas, analisadas, resumidas e traduzidas sobre a exploração mineral em terras indígenas; (2) Vídeos cuja temática seja a exploração mineral em terras indígenas.

As atividades e práticas metodológicas seguiram a meta proposta pela turma, ao construir o mapa conceitual da problemática, qual seja: “fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região”. Desse modo, ao selecionar as leis que compuseram os banners, os estudantes buscaram trazer informações de suma importância para a proteção dos recursos naturais de seu território e a autodeterminação das comunidades no sentido de permitir a escolha de suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento.

Como tarefa para a esta etapa, os(as) estudantes deveriam trazer as traduções das leis que foram analisadas e resumidas na etapa anterior. Todos os(as) estudantes(as) realizaram o trabalho e apresentaram suas traduções. As apresentações foram participativas, a turma analisou as traduções, discutiu conceitos e traduções apropriadas para o Yégbatu e, por fim, aprovou ou propôs modificações nas traduções.



O material trazido pelos grupos na pesquisa da etapa anterior era discutido de maneira transversal à legislação traduzida. Assim, as fundamentações legais dos pareceres da AGU e da decisão da justiça federal, que proibiu a mineração em terras indígenas eram compreendidas pela turma.

Vale lembrar que como tarefa para esta etapa os(as) estudantes(as) deveriam analisar os seguintes textos trazidos como resultado da pesquisa para a etapa anterior:

- Carta pública da FOIRN em 2015 sobre a conjuntura e a mineração;
- Declaração da Tabalascada;
- Seminários de mineração em SGC;
- Decisão da Justiça Federal que proibiu a mineração em terras indígenas;
- Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o projeto de lei 1610;
- Parecer do Instituto Socioambiental sobre mineração em terras indígenas.

A compreensão da aplicação ou não das leis foi facilmente exemplificada nos casos apresentados nos documentos acima listados. A falta da regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, conforme prevê a Constituição Federal/1988, não permite este tipo de atividade em territórios indígenas. As comunidades do alto rio negro sofrem com a pressão por parte de garimpeiros e empresas mineradoras para que deem a autorização para explorar os minérios da região.

Após, foram finalizados e aprovados em plenária o conteúdo e os ajustes finais dos banners sobre as normas que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas. Um traz as principais do ordenamento jurídico nacional que dispõem sobre a exploração mineral em terras indígenas e o outro um quadro comparativo de dois projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional de disciplinam o assunto. É importante se ter em conta que os conteúdos inseridos nos banners, foram utilizados nos seminários para a divulgação das leis que tratam da mineração nas Terras Indígenas nas comunidades, outro resultado proposto a esta problemática.

Para a construção do vídeo sobre os efeitos da mineração em Terras Indígenas a metodologia utilizada foi dividir a turma em 4 grupos, formados por sorteio, para que discutissem propostas de roteiro para o vídeo.



Os grupos apresentaram propostas diversas e pertinentes a realidade vivida pelas comunidades indígenas da região do alto rio negro e de muitas outras partes do Brasil. Ainda, demonstraram de maneira clara sua preocupação com medidas administrativas tomadas pelo governo federal que coloca em risco direitos dos povos indígenas do Brasil. Desse modo, decidiu-se que seriam produzidos 4 vídeos que abordassem direta ou indiretamente a temática da exploração mineral de terras indígenas.

As questões escolhidas foram:

- Mineração x Garimpo (1)
- Exploração mineral no Alto Rio Negro (passado, presente e futuro) (2)
- Manifestação / protesto em relação ao Parecer 001/2017 da AGU (3)
- Consulta livre, prévia e informada no Alto Rio Negro (4)

Os vídeos tiveram seus roteiros finalizados e foram integralmente produzidos pelos estudantes.

Os (as) estudantes concluíram a realização dos seminários durante a 8ª etapa, apresentando evidências como a programação, metodologia, fotos, lista de presença dos seminários sobre a mineração que realizaram em suas aldeias.

Os resultados da pesquisa demonstram de forma clara e direta os pontos mais relevantes da pesquisa feita pelos(as) estudantes, se complementam e levam informações de relevância aos povos indígenas das TIs Alto Rio Negro e Cué-cué Marabitanas.

Não poderia deixar de ressaltar a brilhante decisão tomada pela turma em realizar e divulgar um vídeo manifesto de repúdio ao Parecer 001 de 19 de junho de 2017 da Advocacia Geral da União (AGU) que vincula a atuação dos órgãos federais às condicionantes adotadas pelo STF para a Raposa Serra do Sol e a teoria do marco temporal. As(os) estudantes aumentaram sua capacidade de leitura crítica em relação à política indigenista. Os governos, pressionados pelo setor econômico, adotam medidas administrativas visando a exploração das terras indígenas do país. Foi possível compreender a que se destinam esses projetos e as consequências que eles podem ter nos territórios e comunidades indígenas do país.

Referências



BRASIL. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.**

_____. Decreto N° 5.051, de 19 de abril de 2004.

Enciclopédia dos Povos Indígenas. **Os Cinta Larga, os diamantes e o conflito: uma cronologia.** Disponível em: www.socioambiental.org/pib/epi/cintalarga. Acesso em: 20 de agosto de 2004.

HERRMANN, Hildebrando.

A mineração sob a óptica legal. In: Lins, F. A. F.; Loureiro, F.E.V.; Albuquerque, G. A. A. S. C. Brasil 500 anos – A Construção do Brasil e da América Latina pela Mineração. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000.p. 165-178. Instituto Socioambiental. Parecer jurídico sobre o APL de mineração em terras indígenas. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso: maio de 2008.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** 2007

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira.** Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

Práticas Investigativas

LIN094 - Quais as consequências da mineração em Terras Indígenas?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial janeiro 2017

Período: 7º

Problemática/Pesquisa: LIN082 – Quais as Leis que tratam da mineração em terra indígena?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN094 - Quais as consequências da mineração em Terras Indígenas?

Carga Horária: 60h

Créditos: 3.2.1

Professora: Chantelle da Silva Teixeira
04/02/2017

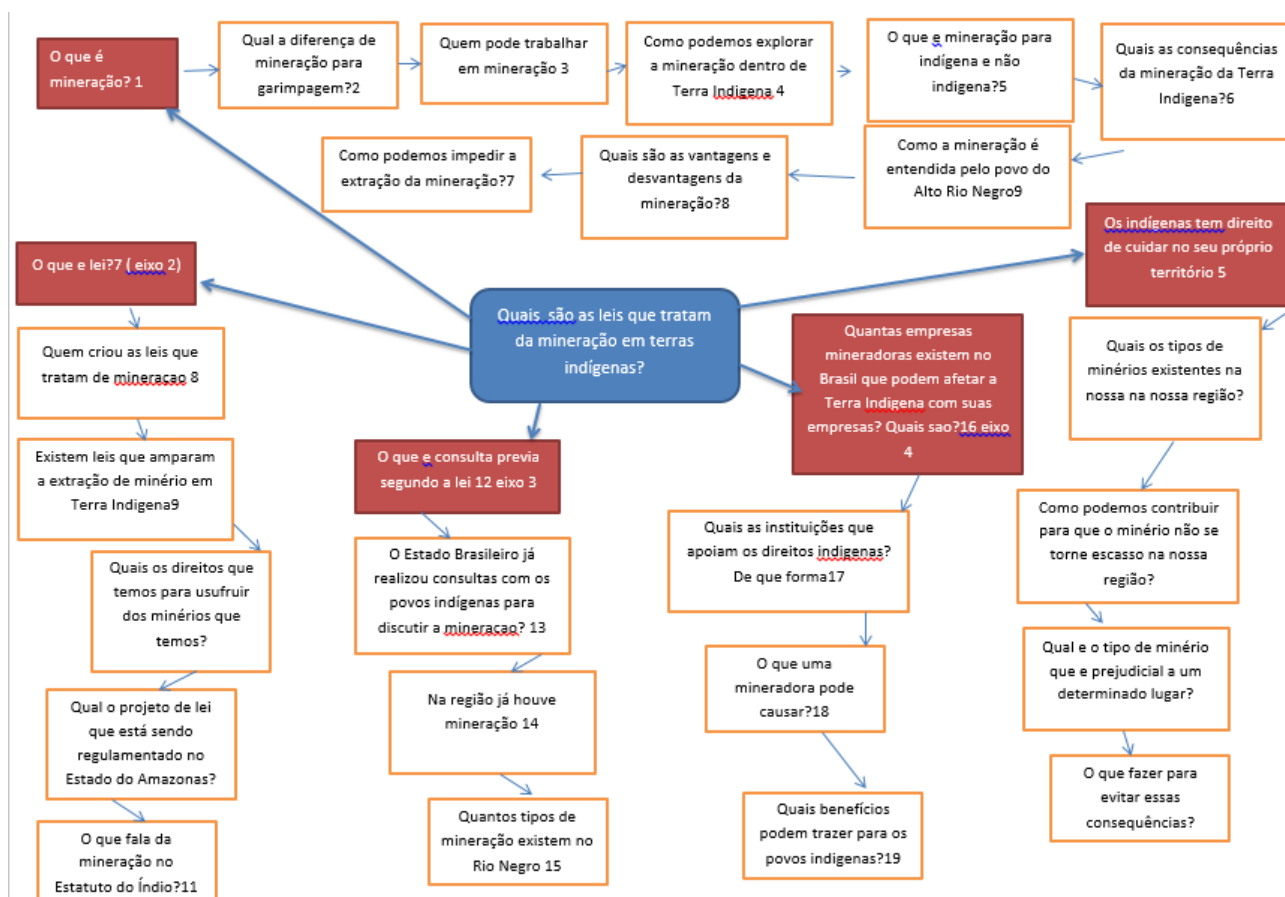
Período de realização: 31/01/2017 a

Conteúdo

A Pesquisa 5 do polo Yëgatu “Quais as leis que tratam sobre a mineração em Terras Indígenas?”, direcionou os caminhos para o desenvolvimento do conteúdo da



prática investigativa “Quais as leis que garantem os direitos indígenas?”. O mapa conceitual (abaixo apresentado) formulado de maneira participante em relação à referida pesquisa foi discutido e refletido pelos estudantes durante etapas anteriores do curso e, nesta, é trabalhado de maneira a orientar a discussão sobre textos legais e conceitos no que diz respeito a exploração mineral em terras indígenas. As atividades e práticas metodológicas seguiram a meta proposta pela turma, ao construir o mapa conceitual da problemática, qual seja: “fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região”



Como tarefa para a Etapa, os estudantes trouxeram pesquisas que realizaram em suas comunidades, órgãos governamentais e não governamentais da região,



cujo objetivo era saber “o que é mineração”.

Um grupo não realizou o trabalho, outros dois não sistematizaram as entrevistas que realizaram, nem os documentos que obtiveram durante a pesquisa. Contudo, colheram vasta documentação sobre o assunto.

Dessa maneira, a turma possuía rico material sobre o assunto, mas sem análise e sistematização das informações relevantes para a pesquisa.

Após, com base na legislação nacional, verificamos e discutimos os conceitos de garimpo, cata, fiação e mineração. Através de recursos audiovisuais vimos exemplos de cada uma dessas maneiras de exploração mineral. Utilizou-se o documentário “refugiados do desenvolvimento”, de Fábio Nascimento, que em 8 minutos mostra de maneira profunda as consequências socioambientais dos megaprojetos de desenvolvimento em nosso país. O filme foi pano de fundo para diversas reflexões dos estudantes, comparando as entrevistas que fizeram com os velhos em suas comunidades e os impactos provocados por esses projetos megalomânicos. Os velhos foram uníssonos durante as entrevistas em serem contrários a mineração e já terem passado por situações traumáticas em contexto de exploração mineral no passado.

Conversamos sobre a legislação a nível nacional e internacional que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas. Analisando os significados dos textos legais e sua ordem hierárquica. Além de analisar e refletir sobre dois projetos de lei que visam regulamentar a exploração mineral em terras indígenas.

Falamos e refletimos sobre a influência do setor econômico no poder legislativo e executivo do país, que ao financiarem campanhas políticas de determinados agentes políticos são favorecidos em licitações milionárias para esses megaprojetos. Isso ficou bastante claro ao assistirmos o documentário “Belo Monte: o anúncio de uma guerra”.

Por fim, tratamos sobre o direito à autodeterminação dos povos indígenas e a consulta prévia, livre e informada. Refletimos sobre a maneira como esse direito é assegurado em situações concretas, através dos Protocolos de Consulta e Planos de Consulta, e os requisitos fundamentais serem observados nestes processos.

Para a próxima etapa os estudantes irão traduzir artigos e leis que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas para constar em banner produzido



pela turma.

Meta e Resultados

As metas e resultados dessa prática estão inscritas nas metas e resultados da pesquisa “Quais as leis que amparam os direitos indígenas” que são:

Meta da pesquisa - fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região.

Resultados da pesquisa: Seminário para a divulgação das leis que tratam da mineração nas Terras Indígenas, Vídeo sobre os efeitos da mineração em Terras Indígenas, Banner com as leis da mineração em Nheengatu, Texto com os resultados para o caderno de pesquisa

Portanto as metas e resultados dessa prática contemplam as metas e resultados da pesquisa, no que se referem às leis que tratam sobre a mineração em terras indígenas.

Meta da Prática: Compreender e, se necessário, os conceitos presentes que tenham afinidade com o tema da exploração mineral, como garimpo, cata, faiscação e mineração. Analisar o disposto na legislação nacional e internacional em relação à exploração mineral em terras indígenas. E a compreensão sobre a consulta livre, prévia e informada garantida pela Convenção 169 do Organização Internacional do Trabalho (OIT), consubstanciado no direito à autodeterminação, previsto no mesmo diploma legal.

Resultado da Prática: Melhor compreensão de determinados conceitos relativos a exploração mineral, presentes na legislação nacional. Leitura e análise de normais legais que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas, bem como análise do projeto de lei 1610 que regulamenta a mineração em terras indígenas e a



sessão sobre a exploração mineral em Terras Indígenas do Estatuto dos Povos Indígenas, apresentada pela CNPI em 2009, quando ainda era Comissão Nacional de Política Indigenista. Reflexão sobre a autodeterminação dos povos indígenas e a realidade da organização social dos povos indígenas do rio negro.

Procedimentos Metodológicos:

Dia 31/01

Manhã – 08:00 a 12:00

Iniciamos as atividades com a leitura do mapa conceitual, bem como da meta e resultados da problemática 5. Após, os grupos apresentaram os resultados das entrevistas e pesquisas que realizaram, conforme previsto no plano de trabalho para a etapa.

Com base nos trabalhos apresentados pelos grupos discutimos os conceitos de garimpo e mineração, conceitos usados na região e os presentes no Código de Minas Brasileiro. Fotos dos tipos de exploração mineral contribuíram para a melhor visualização dos impactos ambientais e sociais destas modalidades.

Dia 01/02

Manhã: 8:00 às 12:00 Análise da legislação brasileira que trata sobre a exploração mineral em terras indígenas e os direitos territoriais indígenas. No que consiste o usufruto exclusivo das comunidades indígenas em relação às riquezas do solo, rios e lagos? Como as comunidades usam e preservam seus territórios?

Tarde: 14:00 às 17:30 Continuidade das reflexões e apresentação do filme: Belo Monte, o anúncio de uma guerra.

Dia 02/02

Manhã: 8:00 às 12:00

Comentários e reflexões sobre o filme. Começaram tímidas e terminou com muitas participações que apresentaram ricas análises sobre o roteiro do filme. Onde



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ressaltaram diversos fatores que influenciam menos ou mais na luta travada contra um projeto de mega desenvolvimento do Estado. Os estudantes referiram que nunca entenderam porque os povos do Xingu perderam a luta contra Belo Monte e o filme trouxe uma visão ampla de todas as dimensões do projeto.

Tarde: 14:00 às 17:00 Exibição do documentário Refugiados do Desenvolvimento. Análise e comentários sobre o filme que através de imagens belas e cruéis mostra o cenário de devastação promovido por aqueles que querem o desenvolvimento a qualquer custo. Os brasileiros que sofrem com essa exploração sem limite “são refugiados do desenvolvimento, que não encontram refúgio para sua alimentação, sua saúde, seu sustento, seu modo de vida, sua dignidade”, é parte da narração do documentário.

Trabalho em grupo para leitura e análise dos principais pontos e artigos presentes nos projetos de lei que regulamentam a mineração em terras indígenas. A turma foi dividida em 4 grupos, onde cada 2 grupos analisou o Projeto de Lei 1610/1996 e Estatuto dos Povos Indígenas de 2009. Início da apresentação dos trabalhos.

Tarde – 14:00 às 17:00

Continuação da apresentação dos trabalhos. Após, comentamos sobre os projetos de lei, levando em consideração o que prevê seu texto, quem o escreveu e os interesses que esta(s) pessoa(s) representa(m) e criamos um quadro comparativo em relação às propostas legais. A lousa foi dividida em duas partes, cada uma representando cada um dos projetos. Dois estudantes se voluntariaram para ir sistematizando as opiniões dos colegas no quadro. Assim, de forma participante construiu-se um quadro bastante claro e objetivo com as principais diferenças e pontos relevantes de cada projeto de lei.

Dia 04/002

Manhã: 8:00 às 12:00

Estudo sobre a consulta livre, prévia e informada constante na Convenção 169 da OIT. A partir deste dispositivo legal, falamos sobre a autodeterminação dos povos indígenas, o direito de escolher suas prioridades em relação aos projetos de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

desenvolvimento dos governos e o direito a serem consultados sempre que haja a previsão de uma medida legislativa ou administrativa que possam afetar povos indígenas.

Trabalho em grupo: Leitura e análise dos Protocolos de Consulta dos Povos Munduruku e Wayãpi e dos Povos do Xingu. Para apresentação, construir as bases de um protocolo de consulta adequado para a região.

Tarde: 14:00 às 17:00

Apresentação dos trabalhos.

Exibição do filme: A obrigação do Estado em consultar os povos indígenas.

Discussão e reflexão sobre o direito a consulta, diversos questionamentos foram feitos pelos estudantes, analisando os protocolos de consulta de

Tarefas para a próxima etapa:

Tradução das leis para o banner: Art. 231, caput, § 2 e §3 da Constituição Federal/1988;

Lei 6001/1973 – art. 44; Decreto 88.985/1983; Decreto 17/2004; Quadro comparativo – PL1610 e Estatuto dos Povos Indígenas; Convenção 169 da OIT – Artigo 6 (Direito à consulta prévia, livre e informada) e Artigo 7 (Autodeterminação).

Tradução do quadro comparativo dos projetos de lei que visam a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, elaborado pela turma durante esta etapa.

Divisão dos seguintes materiais para serem analisados pela turma: Carta pública da FOIRN em 2015 sobre a conjuntura e a mineração; Declaração da Tabalascada; Seminários de mineração em SGC;

Decisão da Justiça Federal que proibiu a mineração em terras indígenas; Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o projeto de lei 1610; Parecer do Instituto Socioambiental sobre mineração em terras indígenas.

Estes materiais foram selecionados pelos estudantes durante a pesquisa que realizaram antes da etapa, porém, nenhum havia sido analisado.

Referências:

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

_____. Decreto N. 5.051, de 19 de abril de 2004. **Enciclopédia dos Povos Indígenas**. Os Cinta Larga, os diamantes e o conflito: uma cronologia. Disponível



em: www.socioambiental.org/pib/epi/cintalarga. Acesso em: 20 de agosto de 2004.

HERRMANN, Hildebrando. A mineração sob a óptica legal. In: Lins, F. A. F.; Loureiro, F.E.V.; Albuquerque, G. A. A. S. C. Brasil 500 anos – A Construção do Brasil e da América Latina pela Mineração. Rio de Janeiro: CETEM /MCT, 2000.p. 165-178. Instituto Socioambiental. **Parecer jurídico sobre o APL de mineração em terras indígenas**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso: maio de 2008.

ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). Coletânea da legislação indigenista brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

LIN100 – o que é consulta previa segundo a lei?

Plano de Trabalho – prática investigativa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial julho 2017

Período: 8º

Problemática/Pesquisa: **LIN 082-** Quais são as leis que tratam da mineração em terras indígenas?

Componente Curricular/Prática investigativa: **LIN100** - O que é consulta prévia segundo a lei?

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.4.0

Professora: Chantelle da Silva Teixeira

Período de realização:

24/07/2017 a 28/07/2017

Conteúdo

Os produtos esperados como resultados da Pesquisa 5 do polo Yëgatu “Quais as leis que tratam da mineração em Terras Indígenas?”, direcionaram os caminhos para o desenvolvimento do conteúdo da prática investigativa “O que é consulta prévia segundo a lei?”. Considerando que na etapa anterior (7ª etapa) as pesquisas realizadas pelos estudantes foram apresentadas e o mapa conceitual trabalhado de forma integral, nesta etapa as atividades foram guiadas pelos resultados esperados para a conclusão da problemática, quais sejam: (1) banners com as leis selecionadas, analisadas, resumidas e traduzidas sobre a exploração



mineral em terras indígenas; (2) Vídeos cuja temática seja a exploração mineral em terras indígenas.

As atividades e práticas metodológicas seguiram a meta proposta pela turma, ao construir o mapa conceitual da problemática, qual seja: “fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região”. Desse modo, ao selecionar as leis que compuseram os banners, os estudantes buscaram trazer informações de suma importância para a proteção dos recursos naturais de seu território e a autodeterminação das comunidades no sentido de permitir a escolha de suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento.

Como tarefa para a esta etapa, os estudantes deveriam trazer as traduções das leis que foram analisadas e resumidas na etapa anterior. Todos os estudantes realizaram o trabalho e apresentaram suas traduções. As apresentações foram participativas, a turma analisou as traduções, discutiu conceitos e traduções apropriadas para o Yëgatu e, por fim, aprovou ou propôs modificações nas traduções.

O material trazido pelos grupos na pesquisa da etapa anterior era discutido de maneira transversal à legislação traduzida. Assim, as fundamentações legais dos pareceres da AGU e da decisão da justiça federal, que proibiu a mineração em terras indígenas eram compreendidas pela turma.

Vale lembrar que como tarefa para esta etapa os estudantes deveriam analisar os seguintes textos trazidos como resultado da pesquisa para a etapa anterior:

- Carta pública da FOIRN em 2015 sobre a conjuntura e a mineração;
- Declaração da Tabalascada;
- Seminários de mineração em SGC;
- Decisão da Justiça Federal que proibiu a mineração em terras indígenas;
- Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o projeto de lei 1610;
- Parecer do Instituto Socioambiental sobre mineração em terras indígenas.



A compreensão da aplicação ou não das leis foi facilmente exemplificada nos casos apresentados nos documentos acima listados. A falta da regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, conforme prevê a Constituição Federal/1988, não permite este tipo de atividade em territórios indígenas. As comunidades do alto rio negro sofrem com a pressão por parte de garimpeiros e empresas mineradoras para que deem a autorização para explorar os minérios da região.

Após, foram finalizados e aprovados em plenária o conteúdo e os ajustes finais dos banners sobre as normas que tratam sobre a exploração mineral em terras indígenas. Um traz as principais do ordenamento jurídico nacional que dispõem sobre a exploração mineral em terras indígenas e o outro um quadro comparativo de dois projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional de disciplinam o assunto. É importante se ter em conta que os conteúdos inseridos nos banners, foram utilizados nos seminários para a divulgação das leis que tratam da mineração nas Terras Indígenas nas comunidades, outro resultado proposto a esta problemática.

Para a construção do vídeo sobre os efeitos da mineração em Terras Indígenas a metodologia utilizada foi dividir a turma em 4 grupos, formados por sorteio, para que discutissem propostas de roteiro para o vídeo.

Os grupos apresentaram propostas diversas e pertinentes a realidade vivida pelas comunidades indígenas da região do alto rio negro e de muitas outras partes do Brasil. Ainda, demonstraram de maneira clara sua preocupação com medidas administrativas tomadas pelo governo federal que coloca em risco direitos dos povos indígenas do Brasil. Desse modo, decidiu-se que seriam produzidos 4 vídeos que abordassem direta ou indiretamente a temática da exploração mineral de terras indígenas.

As temáticas escolhidas para os vídeos foram:

- Mineração x Garimpo (1)
- Exploração mineral no Alto Rio Negro (passado, presente e futuro) (2)
- Manifestação / protesto em relação ao Parecer 001/2017 da AGU (3)
- Consulta livre, prévia e informada no Alto Rio Negro (4)

Os vídeos tiveram seus roteiros finalizados e foram integralmente produzidos pelos estudantes.



Para a próxima etapa os estudantes irão trazer os relatórios e demais evidências em relação aos seminários que realizarão para divulgar a legislação que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas. Somente o grupo do médio rio Içana realizou o seminário até a realização desta etapa.

Meta e Resultados

As metas e resultados dessa prática estão inscritas nas metas e resultados da pesquisa “Quais as leis que amparam os direitos indígenas” que são:

Meta da pesquisa - fortalecer a defesa dos direitos indígenas, cuidar do nosso território, evitar o desmatamento, fortalecer a fiscalização das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, evitar a invasão clandestina dos não-indígenas nas Terras Indígenas com intenção de garimpar nas Terras, expandir o conhecimento das leis de mineração aos povos indígenas da região.

Resultados da pesquisa: Seminário para a divulgação das leis que tratam da mineração nas Terras Indígenas, Vídeo sobre os efeitos da mineração em Terras Indígenas, Banner com as leis da mineração em Nheengatu, Texto com os resultados para o caderno de pesquisa.

Portanto as metas e resultados dessa prática contemplam as metas e resultados da pesquisa, no que se referem às leis que tratam sobre a mineração em terras indígenas.

Meta da Prática: Conhecer o direito à consulta livre, prévia e informada previsto na Convenção 169 da OIT e analisar de forma crítica sua ligação com projetos de exploração mineral em territórios indígenas. Construir os resultados propostos para a presente pesquisa buscando mudanças reais nas realidades vividas pelas comunidades indígenas, seguindo a meta da pesquisa de fortalecer as comunidades e seus direitos, proteger seus territórios e expandir o conhecimento sobre as leis sobre a exploração mineral em terras indígenas.



Resultado da Prática: Elaboração de textos traduzidos na língua Yékatu para dois banners para facilitar a compreensão sobre as leis que regulamentam a exploração mineral em terras indígenas às comunidades indígenas do alto rio negro. Produção de 4 vídeos com temáticas que abordam, ainda que de forma transversal, a exploração mineral em terras indígenas seja sobre o aspecto político, econômico ou cultural.

Procedimentos Metodológicos:

Dia 24/07

Manhã – 08:00 a 12:00

Iniciamos as atividades com a apresentação das tarefas. Foi decidido que os grupos apresentariam as traduções das leis selecionadas para os banners e de forma transversal exporiam suas opiniões em relação aos textos recomendados como tarefa.

Tarde – 14:00 às 17:00

Continuação da apresentação dos trabalhos.

Dia 25/07

Manhã: 8:00 às 12:00

Continuação da apresentação dos trabalhos.

Tarde: 14:00 às 17:30

Continuação da apresentação dos trabalhos.

Dia 26/07

Manhã: 8:00 às 12:00

Divisão da turma em 4 grupos para trabalhar o roteiro dos 4 vídeos que seriam – após – produzidos. Trabalho em grupo.

Tarde: 14:00 às 17:00

Continuação dos trabalhos em grupo. Apresentação dos roteiros criados pelos grupos.

Dia 27/02



Manhã: 8:00 às 12:00

Avaliação dos roteiros de forma participante pelos estudantes. As propostas apresentadas entravam em consenso ou não pela turma. Dessa forma, algumas modificações ocorreram nas propostas iniciais a fim de adequarem-se ao a proposta da turma.

Início da produção dos vídeos.

Tarde – 14:00 às 17:00

Produção dos vídeos.

Noite: 19:00 às 21:30

Apresentação dos vídeos produzidos.

Dia 28/07

Manhã: 8:00 às 12:00

Análise e avaliação dos vídeos apresentados no dia anterior pelos estudantes. Cada grupo trabalhou para incluir as alterações acordadas com a turma. Retorno a edição e produção dos vídeos.

Tarde: 14:00 às 17:00

Discussão sobre os resultados da pesquisa. Ficou cordado que, exceto o grupo do médio rio içana, os estudantes, separados em grupos por regiões onde residem, deveriam promover em suas comunidades seminários sobre as leis que regulamentam a mineração em terras indígenas. Os demais resultados foram finalizados e, inclusive, serão utilizados nos seminários que iriam promover.

Noite: 19:00 às 21:30

Apresentação da versão final dos vídeos.

Informações adicionais importantes:

Os seminários foram realizados e os relatórios entregues ainda durante a 8ª etapa, no período de 25 a 30 de setembro deste ano.

Referências:

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988.

_____. **Decreto Nº 5.051**, de 19 de abril de 2004.



• **META E RESULTADOS**

→ Construir/desconstruir conhecimentos com a turma Nheengatu sobre os conceitos de Surdez; peculiaridades (ensino-aprendizagem) de um sujeito Surdo; o indígena Surdo; Cultura; e prática da Língua Brasileira de Sinais na comunidade indígena.

• **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:**

→ Discussão teórica com o grupo sobre conceitos de: Surdez, Ser Surdo, Cultura Visual, Direito Linguístico. Comparativos entre línguas orais e línguas de sinais: propriedades de aquisição (recepção – expressão/produção); Quase todos os alunos participaram com argumentos ou colocações, e compreenderam as diferenças linguísticas e necessidade de uma língua visual para o sujeito surdo devido suas peculiaridades.

→ Dinâmica interativa com o grupo sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, com questões como: o que é? Pra que? Por que? E como?; A turma toda participou com interesse e foram esclarecidas muitas dúvidas;

→ Além das interações espontâneas com os alunos durante as aulas práticas, foram feitas 4 atividades práticas em Libras: 1ª atividade individual, prática de saudação e uso do alfabeto manual na produção do nome completo; 2ª atividade individual, prática com números e advérbios de tempo (expressão sinalizada de números em diversos contextos, idade, datas, nascimento etc.); 3ª e 4ª atividades em grupos, produção de diálogos sinalizados em contexto com alguns verbos, cores, família/estado civil e horas (horário/duração). Todos os alunos presentes participaram com interesse e esforço apesar das dificuldades e nervosismo de primeira vez na prática de uma Língua gestual/visual.

→ No último dia, sugeri uma última atividade prática de pesquisa em grupos (tipo oficina), com produção de material visual (desenhos), e registro em fotos/vídeos sobre as frutas, tipos de comidas, bebidas, animais e ações rotineiras, tudo pertinente a cultura e conhecimento das comunidades indígenas locais. Todos os alunos fizeram a pesquisa em grupo, cada um se dispôs a fazer um desenho/figura de um item diferente de cada tema proposto para cada grupo (foram divididos 5 grupos e cada um recebeu



um tema diferente para pesquisa); Após todos os desenhos estarem prontos, foi chamado cada grupo em particular para a discussão sobre a produção de cada integrante, produzir o sinal de acordo com as características linguísticas e conceituais de cada item desenhado e depois foi feita uma análise final (por mim, professor Fábio) para a aprovação de cada sinal sugerido. Toda a produção, inclusive os desenhos e sinais, foram registrados em fotos e vídeos feitos pelo professor de apoio Diego, que acompanhou todos os trabalhos feitos com a turma Nheengatu. Os próprios alunos da turma que foram os atores na produção dos sinais para os registros em fotos e vídeos. Para finalizar, cada grupo apresentou sua pesquisa para a turma e os trabalhos foram encerrados com agradecimentos e satisfação!

→ A produção prática dos alunos, nesta última atividade, será proposta a Coordenação do Curso Licenciatura Indígena para registro catalogado e/ou publicação.

• **REFERÊNCIAS:**

→ Apostila LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, organizada pelos professores do Departamento de Letras-Libras ICHL-UFAM, e com revisão Didático-Pedagógica do Professor Fábio Stoller, especificamente para apoio do trabalho na Licenciatura Indígena.

.....

PESQUISA VI

LIN 089 - Qual a dificuldade para a criação do símbolo numérico Yëgatu?

Plano de Pesquisa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: janeiro 2017

Período: 6 °

Problemática/Pesquisa: LIN 089 - Qual a dificuldade para a criação do símbolo numérico Yëgatu?

Componente Curricular/Prática investigativa:

Carga Horária: 150 h

Créditos: 5.0.5

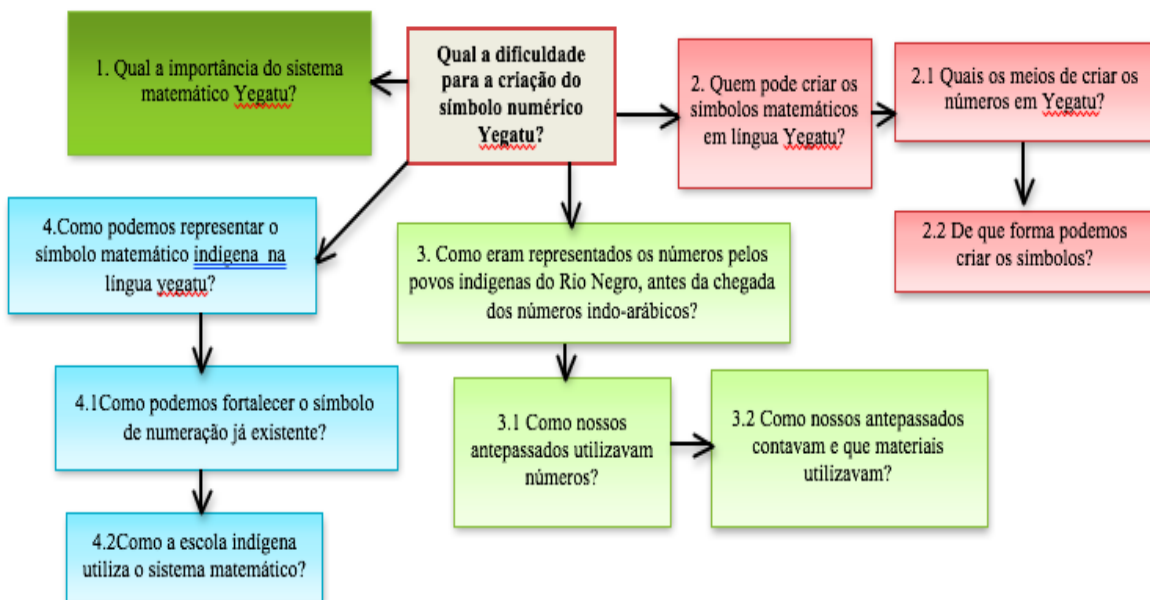


Professor (a): Luiz Augusto Schwade

Período de realização: janeiro a agosto 2017

Conteúdo

O conteúdo que orientou a prática investigativa foi desenvolvido pelos próprios estudantes no início do curso de graduação, porém, no decorrer dos trabalhos algumas questões foram modificadas, além disso uma questão surgiu nas discussões: como fazer operação matemáticas com o sistema numérico Yëgatu? Apesar de amplamente trabalhada esta não consta no mapa conceitual.



Meta e resultados

As metas estabelecidas pelos estudantes foram expandir, valorizar, fortalecer e utilizar a numeração Yëgatu nas escolas indígenas.

Ao final da prática investigativa os estudantes produziram um relatório com todo conhecimento acumulado durante as discussões, além disto, foi confeccionado um banner informativo sobre a história da matemática tradicional do povo Baré, a representação dos números e algarismos e métodos para realização das quatro operações básicas. Além de dois vídeos para auxiliar na divulgação do sistema numérico Yëgatu.



O sistema escolhido pelos estudantes e referendado pelas comunidades para ser o sistema numérico em Yëgatu, é um sistema baseado em práticas de contagem tradicionais dos povos, porém é possível notar também influência dos sistemas hindu-arábico e romano, decorrente do processo de dominação ao qual os povos indígenas foram submetidos.

Como resultado da pesquisa sobre a matemática Baré, se chegou a um acordo sobre um sistema numérico próprio, baseado em sistemas tradicionais de contagem, em símbolos importantes para a cultura Baré e falantes da língua Yëgatu, porém com influência dos sistemas hindu-arábico e romano.

Sistema numérico em Yëgatu:

I- YEPE = 1

Γ- MUKÛI = 2

π- MUSAPI = 3

□- IRÛDI = 4

/- PU = 5

↑- PU YEPE = 6

☆- PU MUKÛI = 7

☼- PU MUSAPI = 8

∪- PU IRÛDI = 9

X – MUKÛI PU = 10

/X – PU MUKÛI PU = 50

š – YEPE SËTU = 100

∪ š -PU IRÛDI SËTU = 900

M – YEPE MILI = 1000

XM- MUKÛI PU MILI = 10.000



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
 LICENCIATURA INDÍGENA - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 PÓLO MUNGATUPUCUÍ

PAPAISAITA YĒGATU RUPUWA

Bíbueisa Papaisa Resewa - Ato kua papaisa yĕgatu rūpueisa pūmukua māduisa rūpi, ōyūlue waika kuera tarupi mājisteriu tūlīna mukūisa upe. Kuxima waraita tanku māye tapapaisa, tamūisa, tapapaisa mā tasika musapi upūtu. Yōbueisa sukaita resewarū ūyī araita upe yamā wafat papaisaita ūwike mātramē yayūyūe yaiku mātematika, asū mātramē yapuraki yakū arā yawe yawe yepude yauzai papaisaita yamukūbarā yane yĕgā yĕgatu.

Kufi wera papaisaita - Ūyī araita rūpi aikuewā papaisaita yĕgatu rūpi waika, payē awa upudei ūzai āta payē mamē. Yōbueisa Ruka upe, muraki rūpi asū yamūsaraita tarupi, yawe arā kuku yamukamē āta.

upe, pemā arā māye kuxima wara tapapai saita Yĕgatu rūpueisa aikue yamūsa ipitū, dedū tarū, yaserukāisa pūma, kavi, pulegāda, mira resewa, mirai tarū, iwa karusu tarū asū aikueere amā nōgā tarū.

Māye Yuseruka matematika rāgaita

- + umūisi
- ūyūka
- x umūsiya
- = umūsaraita
- = yepaiasu

Yāde tū jīnaita ōba wate yāiku pīnīmāisa kāriasa tāyawe, yawewa resewa yamukūkatū rebe turtusu umukirāwa sāgaita, rūpi arā yāpīnima papaisaita yane yĕgā rūpi. Yāroyai kua muraki ūsu upirai, pē māruai arā tēda wasūta asū Yōbueisa Ruka tasikāi tamukrība arā yane yĕgā. Kua papaisa ōe ūsu umukrība yane pīnīmāisa yĕgatu yībe ōbawā yāsu yauzai kāriasa taokōisa māye yauzai wewāwa kuxima sūwā, rūpi kua muraki yāsanu yepesusa payē yāde yapurūgāwā kua yĕgā yĕgatu.

Umūyāsaita:
 Adalton, Pompilio, Alberta, Gomes, Alcimar, Bruno, Anísio, Gomes, Carlos de Jesus, Cirilo, Gomes, Deusimar, Cordeiro, Dionísio, Henrique, Diude, Américo, Elizabeth, Magalhães, Eson, Kane, Elziane, Gomes, Erivelto, Alberto, Eunice, Gomes, Francisco, Crineu, Genilson, Camilo, Genivaldo, Antônio, Gerson, Américo, Inene, Kalarato de Andrade, João, Silvano, Jonato, Gregório, Joemar, Silvano, Jônia, Perinado, Lauro, Klison, Baltazar, Maria, Lindalva, Marizela, Silvano, Marlene, Evangelista, Miguel, Alemão, Helder, Alemão, Paulo, Coar, Gonçalves, Sérgio, Farias.

Procedimentos Metodológicos:

No início da investigação os estudantes se dividiram em grupos. Estes grupos foram determinados segundo a origem dos discentes. Resultando em oito grupos denominados Cucuí, Xié, Baixo Içana 1, Baixo Içana 2, Baixo Içana 3, Alto Rio Negro, Médio Rio Negro 1 e Médio Rio Negro 2.

Na etapa de maio de 2017 os grupos apresentaram os resultados da primeira coleta de dados e iniciaram as discussões. Todas as apresentações foram realizadas na língua Yĕgatu e os estudantes se revezaram na tradução para os professores, de forma que todos tiveram a oportunidade de apresentar os dados colhidos e de atuar como tradutor.

Durante as discussões, os estudantes identificaram que um problema para atingir a meta proposta para a problemática era a dificuldade em realizar operações matemáticas com no sistema tradicional Baré expresso na língua Yĕgatu. Este problema foi resolvido conjuntamente com os professores, eles foram desenvolvendo maneiras de resolver as quatro principais operações com o uso de



seus números tradicionais e à medida que os problemas eram resolvidos por algum aluno, estes imediatamente auxiliavam o restante da turma. Este processo de desenvolvimento das operações durou três dias durante a etapa de maio.

A etapa de agosto foi dedicada ao desenvolvimento de material didático e de divulgação da matemática tradicional. A turma foi dividida em três grupos, um ficou responsável por fazer um relatório que contemplasse todo conhecimento acumulado na prática investigativa, um segundo grupo ficou responsável por criar um banner para facilitar a divulgação e um terceiro grupo ficou responsável de fazer vídeos didáticos sobre o tema. Ao fim todo o material passou por uma avaliação coletiva realizada por todos os estudantes da turma, esta teve duração de um dia.

A pesquisa

Referências:

Durante a pesquisa foram entrevistadas pessoas que são falantes de Yêgatu e que possuem conhecimento sobre os modos tradicionais de cálculo. Em seguida o nome dos entrevistados.

Kua sikaisa yumuyã abrili yasi asui mayu yasi rese, akayu rMX☆ rame kuera, irũ waita yumuyã sikaisa, Davi Rodrigues Cordeiro, Anderson Tomas Ferreira, Meraldino da Silva Cordeiro, Josias Bruno Videira, Belmiro Henrique, Melvino Lino da Silva, Alipio Carmelita Martins, Gerson Añes Mariano, Josiane Cordeiro Antonio, Jucimara Alberto Bernardo, Clecio Videira Henrique, Misael Martins Pereira, Kátia Angelino Cordeiro, Lediane Martins, Antonio Plácido, Luciane Sabino, Joaquim Plácido, Valdenir Peinado Alberto, Edmar Bernardo Jarumare, Elza Gomes Cordeiro, Flávio Gregório André, Risolene Camico Gomes, Gilberto Pereira, Ilson Albino, Filo Carlos dos Santo Gonçalves, Juarez Prado Marques, Jaison Candido de Oliveira, Frank Baltazar Martins, Jaime Afonso Bitencourt, Antenor Warioa Baltazar, Almir Garcia Baltazar, Hildete Candido de Oliveira, Joel Baltazar, Ezenildo Baltazar Damásio, Emílio Tomásio, Juarez Candido, Gerson Eduardo Martins



Práticas Investigativas

LIN090 - Como podemos representar o símbolo matemático indígena na língua Yëgatu?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: maio 2017

Período: 6 °

Problemática/Pesquisa: LIN Qual a dificuldade para a criação do símbolo numérico Yëgatu?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN090 - Como podemos representar o símbolo matemático indígena na língua Yëgatu?

Carga Horária: 60 h

Créditos:3.2.1

Professor (a): Luiz Augusto Schwade

Período de realização: 22/05/2017

a 28/05/2017

Conteúdo:

Qual a importância do sistema matemático Yëgatu? Quem pode criar os símbolos matemáticos em língua Yëgatu? Como eram representados os números pelos povos indígenas do Rio Negro, antes da chegada dos números indo-arábicos? Como podemos representar o símbolo matemático indígena na língua Yëgatu?

Meta e Resultado

META: expandir, valorizar, fortalecer e utilizar o uso da numeração na língua Yëgatu nas escolas indígenas.

Como resultado da pesquisa sobre a matemática Baré expressa na língua Yëgatu, se chegou a um acordo sobre um sistema numérico próprio, baseado em sistemas tradicionais de contagem, em símbolos importantes para a cultura Baré e demais povos falantes da língua Yëgatu, porém com influência dos sistemas hindu-arábico e romano.

Sistema numérico em Yëgatu:



I- YEPE = 1

Γ- MUKÛI = 2

π- MUSAPI = 3

□- IRÛDI = 4

/- PU = 5

↑- PU YEPE = 6

☆- PU MUKÛI = 7

☼- PU MUSAPI = 8

∪- PU IRÛDI = 9

X – MUKÛI PU = 10

/X – PU MUKÛI PU = 50

š – YEPE SËTU = 100

∪ š -PU IRÛDI SËTU = 900

M – YEPE MILI = 1000

XM- MUKÛI PU MILI = 10.000

Procedimentos Metodológicos:

No dia 22/05/2017 os estudantes apresentaram os dados levantados durante o período na comunidade. Três sistemas diferentes foram apresentados e por fim um sistema foi escolhido, porém no decorrer das discussões eles perceberam que não era possível realizar as operações básicas da matemática da mesma forma que no sistema hindo-arábico, com isso as discussões se focaram em encontrar maneiras de resolver operações no sistema Baré.

Nos dias 23, 24 e 25 os trabalhos se concentraram no desenvolvimento de técnicas para resolução de problemas matemáticos no sistema numérico em Yëgatu. Foram realizadas atividades em grupo, onde foram simuladas situações do cotidiano que exigissem a utilização de cálculos matemáticos e a solução dos problemas foram realizadas com auxílio do sistema numérico em Yëgatu.

Nos dias 26 e 27, as discussões se concentraram no desenvolvimento de materiais para divulgação e valorização do sistema matemático Baré a serem



produzidos na próxima etapa intensiva e intermediária como banner e seminários para divulgação nas escolas

Referências:

Durante a pesquisa foram entrevistadas pessoas que são falantes de Yengatu e que possuem conhecimento sobre os modos tradicionais de cálculo. Em seguida o nome dos entrevistados.

Kua sikaisa yumuyã abrili yasi asui mayu yasi rese, akayu rMX☆ rame kuera, irũ waita yumuyã sikaisa, Davi Rodrigues Cordeiro, Anderson Tomas Ferreira, Meraldino da Silva Cordeiro, Josias Bruno Videira, Belmiro Henrique, Melvino Lino da Silva, Alipio Carmelita Martins, Gerson Añes Mariano, Josiane Cordeiro Antonio, Jucimara Alberto Bernardo, Clecio Videira Henrique, Misael Martins Pereira, Kátia Angelino Cordeiro, Lediane Martins, Antonio Plácido, Luciane Sabino, Joaquim Plácido, Valdenir Peinado Alberto, Edmar Bernardo Jarumare, Elza Gomes Cordeiro, Flávio Gregório André, Risolene Camico Gomes, Gilberto Pereira, Ilson Albino, Filo Carlos dos Santo Gonçalves, Juarez Prado Marques, Jaison Candido de Oliveira, Frank Baltazar Martins, Jaime Afonso Bitencourt, Antenor Warioa Baltazar, Almir Garcia Baltazar, Hildete Candido de Oliveira, Joel Baltazar, Ezenildo Baltazar Damásio, Emílio Tomásio, Juarez Candido, Gerson Eduardo Martins

LIN 098 - Como fortalecer os símbolos de numeração já existente?

Plano De Trabalho

Turma: Yēgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: agosto 2017

Período: 8 °

Problemática/Pesquisa: Qual a dificuldade para a criação do símbolo numérico Yēgatu?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN 098 - Como fortalecer os símbolos de numeração já existente?

Carga Horária:

Créditos:

Professor (a): Luiz Augusto Schwade
04/08/2017

Período de realização: 31/07/2017 a



Conteúdo:

O que podemos fazer para inserir a numeração na língua Yëgatu nas escolas?
Quais instrumentos podem ser elaborados?

Meta e Resultados

Meta: fortalecer e utilizar a numeração Yëgatu nas escolas indígenas.

Resultados: relatório de pesquisa, banner, vídeos

Procedimentos Metodológicos:

Nos dias 31/07/2017 e 01/08/2017 os estudantes apresentaram os novos resultados da continuidade da pesquisa nas comunidades, além disto, praticaram e aprimoraram as técnicas para realizar as quatro operações básicas da matemática utilizado o sistema numérico Yëgatu.

Os dias 02 e 03/08/2017 foram integralmente dedicados à consolidação dos resultados da problemática trabalhada. Um grupo redigiu um relatório que consolidou o conhecimento produzido pela pesquisa, outro grupo confeccionou um banner para divulgação do sistema numérico e um terceiro grupo produziu dois vídeos educativos que apresentam a história da matemática tradicional dos povos falantes de Yëgatu no alto rio Negro, mostra a forma de representação dos números e ensina técnicas para realização de cálculos matemáticos no sistema numérico Yëgatu. Todo material foi submetido à avaliação da turma e aprovado após ajustes.

Durante todo o processo os estudantes fizeram um revezamento na tarefa de traduzir para os professores tudo que era discutido em sala de aula, de modo que todos atuaram nesta função, além disto, todos participaram em todas as etapas da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL


 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
 LICENCIATURA INDÍGENA - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 PÓLO NHEINGATUCUÉ

PAPAISAITA YĒGATU RUPIWA

Bĕbouse Papaisa Resewa - Aite kua papaisa yĕgatu rupiwa yumukirai mĕduaisa rupi, uyĕbue waita kuera tarupi majisterku ņdĭjina mukŭisa upe. Kuxima waraita tanku maye tapapaisa, tamĭdisa, tĕpezaisa ma tasika musapi upĕtu. Yĕbuesa Rukaita resewarĕ uyi araita upe yamĕ waita papaisaita uwike mairamĕ yeyĕbue yakui matemĕtika. asui mairamĕ yapuraki yakui ara yawe yawe yapudei yauzai papaisaita yumukiribarĕ yane yĕga yĕgatu.

Kuliri wara papaisaita - Uyi araita rupi aikuewĕ papaisaita yĕgatu rupi waita, payĕ awa upudei uzai ĭita payĕ mamĕ, Yĕbuesa Ruka upe, muraki rupi asui yumusaraisa tarupi, yawe arĕ kukui yamukamĕ ĭita.

Papaisaita - ņ heyepe - ĭ yepe - r mukŭi - ĭĭ musapi - ņ irŭdi - / pu - ĭ pu yepe - ņ pu mukŭi - ņ pu musapi - ņ pu irŭdi - X mukŭi pu - ņ yepe setu - M yepe mĭi.

Musĕga saita - Kuaye yapudei yapuraki papaisa tairŭ ara yawe yawe.



$16 + 45 = 61$	$24 \times 3 = 72$
$66 + 3 = 69$	$82 - 24 = 58$



Mamĕ yawesemu sĕgaita - Kua sĕgaita yapudei arĕ yawesemu aĭta mira akĕga upe, yarĕ kute yawike iserĭ asui resu sĕbulu upe, ape rewaseu serawa.

Kuxima wara tapapaisa - Maye yakuewa yawe papaisa aikue wara wate kuxima suiwa mĭiri mira saita tariku maye tapapai arĕ yawewa rupi yamukamĕ kua papera

upe, pemĕ arĕ maye kuxima wara tapapai: saita Yĕgatu rupiwa aikue yumĭdisa ipirŭ, dedu tairŭ, yaserukawa pauma, xavi, pulegada, mira resewa, mirai tairŭ, ĭwa karusu tairŭ asui aikueere amŭ nŭga tairŭ.




 Resewa ņDwa jumŭi Pauma ņDwa jumŭi Xavi ņDwa jumŭi



 Dedu ņDwa jumŭi Pulegar ņDwa jumŭi Munkasa ņDwa yopapai



 Karusu ņDwa yopapai Mira ņDwa yopapai ņDwa Kalkĕmĕ

Maye Yuseruka matemĕtika rĕgaita

- + umuati
- uyuka
- X umusiya
- ņ umunusuka
- = yepeasu

Yĕde ņdĭjinaita ņba wate yariku pinimĕsaita kariwa ņyawe, yawewa resewa yĕmukueakĕtu neĕe turusu umukiraiwa sĕgaita, ĭrupi arĕ yĕpinima papaisaita yane yĕga rupi. Yaruyai kua muraki usu upirai pee marupi arĕ tĕda wasuĭta asui Yĕbuesa Ruka tasikai tamukirĭba arĕ yane yĕga. Kua papaisa ee usu umukirĭba yane pinimĕsa yĕgatu yĕse ņbawĕ yasu yauzai kariwa tapapaisa maye yauzai werawa kuxima suiwa, ĭrupi kua muraki yasanu yepeasusa payĕ yĕde yapurŭgtawa kua yĕga yĕgatu.

Umuyĕsaita:
 Adailson Pomsilho, Alberta Gomes, Alcimar Bruno, Anisio Gomes, Carlos de Jesus, Cirilo Gomes, Deusimar Cordeiro, Dionisio Henrique, Eluĕde Amĕrico, Elizabeth Melgueiro, Elson Kane, Eliziane Gomes, Erivelto Alberto, Eunice Gomes, Francisco Cirineu, Genilson Camico, Genivaldo Antŕnio, Gerson Amĕrico, Irene Kallistrato de Andrade, Joĕlo Silvano, Jonato Gregŕrio, Josimar Silvano, Jĕria Peinado, Launirkilson Baltazar, Maria Lindalva, Marizela Silvano, Marlene Evangelista, Miguel Alemĕo, Neide Alemĕo, Paulo Cezar Gonĕalves, Sergio Farias.

Referĕncias:

Durante a pesquisa foram entrevistadas pessoas que sĕo falantes de Yĕgatu e que possuem conhecimento sobre os modos tradicionais de cĕlculo. Em seguida o nome dos entrevistados.

Kua sikaisa yumuyĕ abрили yasi asui mayu yasi rese, akayu rMX☆ rame kuera, ĭrŭ waita yumuyĕ sikaisa, Davi Rodrigues Cordeiro, Anderson Tomas Ferreira, Meraldino da Silva Cordeiro, Josias Bruno Videira, Belmiro Henrique, Melvino Lino da Silva, Alipio Carmelita Martins, Gerson Aĕhes Mariano, Josiane Cordeiro Antonio, Jucimara Alberto Bernardo, Clecio Videira Henrique, Misael Martins Pereira, Kĕtia



Angelino Cordeiro, Lediane Martins, Antonio Plácido, Luciane Sabino, Joaquim Plácido, Valdenir Peinado Alberto, Edmar Bernardo Jarumare, Elza Gomes Cordeiro, Flávio Gregório André, Risolene Camico Gomes, Gilberto Pereira, Ilson Albino, Filo Carlos dos Santo Gonçalves, Juarez Prado Marques, Jaison Candido de Oliveira, Frank Baltazar Martins, Jaime Afonso Bitencourt, Antenor Warioa Baltazar, Almir Garcia Baltazar, Hildete Candido de Oliveira, Joel Baltazar, Ezenildo Baltazar Damásio, Emílio Tomásio, Juarez Candido, Gerson Eduardo Martins

PESQUISA VII

LIN 092 - Qual a importância da tecnologia dos não indígenas para os povos do Alto Rio Negro?

Plano de Pesquisa

Turma: Yégbatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial janeiro 2017

Período: 7º

Carga Horária: 150

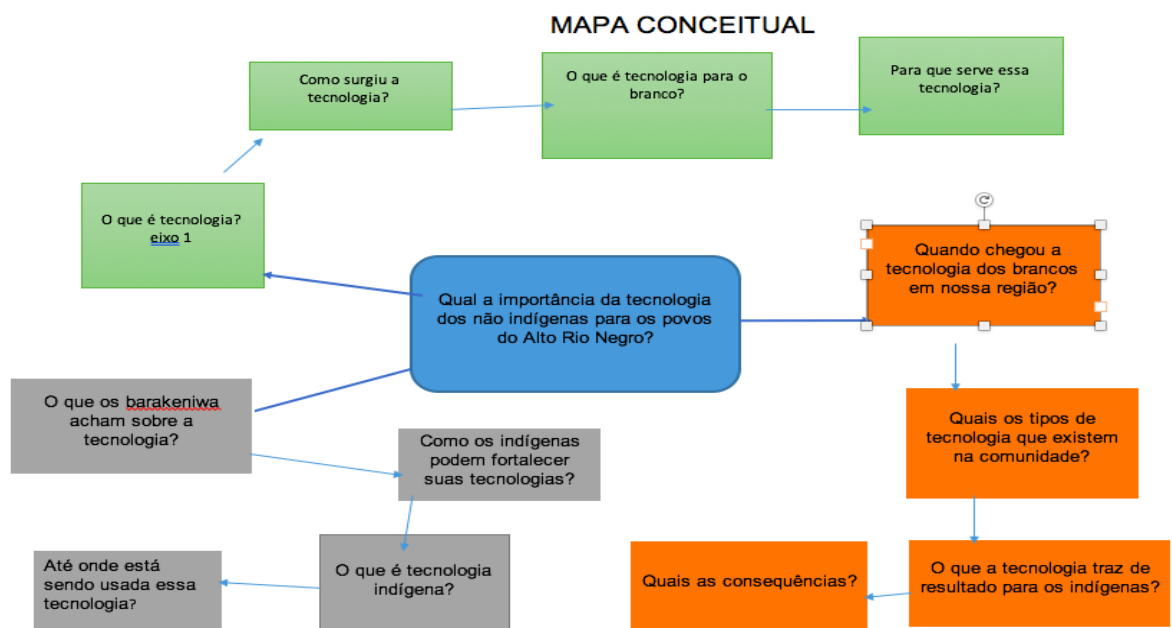
Créditos: 5.0.5

Professor (a): Ivani Faria/Mara de Oliveira Santos

Período de realização:

fevereiro a setembro de 2017.

Conteúdo:





Meta e Resultado:

Metas: entender o que a tecnologia trás como resultados e consequências para nossas comunidades; **fortalecer as nossas tecnologias**

Produto: vídeo para divulgar o que a tecnologia trouxe de resultado e consequência

Procedimentos metodológicos:

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos no que se refere as perguntas sobre O que é tecnologia? Como surgiu a tecnologia? O que é tecnologia para o branco? Para que serve essa tecnologia? Que tratam da visão do não indígena que foram discutidas em sala de aula em amplo debate entre os grupos.

Conversas dialogadas com pais, professores estudantes, sábios, lideranças, jovens foram realizadas pelas 06 equipes organizadas por calha de rio e divididas conforme a proximidade das comunidades onde moram: baixo içana 1; Umiãsaita; Médio rio negro 1; médio rio negro 2; Baixo içana 2; alto rio negro 1 para chegarem as respostas das seguintes perguntas Como os indígenas podem fortalecer suas tecnologias? O que é tecnologia indígena? Até onde está sendo usada essa tecnologia? Quando chegou a tecnologia dos brancos em nossa região? Quais os tipos de tecnologia que existem na comunidade? Quais as consequências? Que foram gravadas, filmadas e fotografadas a fim de produzirem os vídeos. Também foram apresentadas e debatidas em sala de aula pelos estudantes.

Para demonstrar as tecnologias indígenas e não indígenas existentes nas comunidades objetos e tecnologias sociais foram filmados e fotografados.

Houve uma ampla discussão sobre o que é tecnologia social, para que serve, se as tecnologias indígenas são sociais e seus usos como conhecimento que estão sendo levados pelos não indígenas e principalmente empresas na área farmacêutica.

Foram produzidos vídeos sobre as tecnologias e realizados seminários nas escolas e comunidades para socializar a pesquisa e fortalecer as tecnologias sociais e conhecimentos culturais.

Essa pesquisa foi importante para subsidiar a próxima que trata sobre a perda dos conhecimentos tradicionais e a influencia da tecnologia não indígena nesse



processo, porém as tecnologias sociais ainda são usadas nas comunidades apesar da forte influência da sociedade envolvente.

Todos os estudantes participaram ativamente das atividades de pesquisa de campo, apresentação e discussão em sala de aula, seminário, produção dos textos na língua Yëgatu e produção do vídeo.

LIN 097 - Quais os Tecnologias Sociais usadas nas comunidades?

Plano de trabalho

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho e 2017

Período: 8

Problemática/Pesquisa: LIN 092 - Qual a importância da tecnologia dos não indígenas para os povos do Alto Rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN 097 - Quais os Tecnologias Sociais usadas nas comunidades?

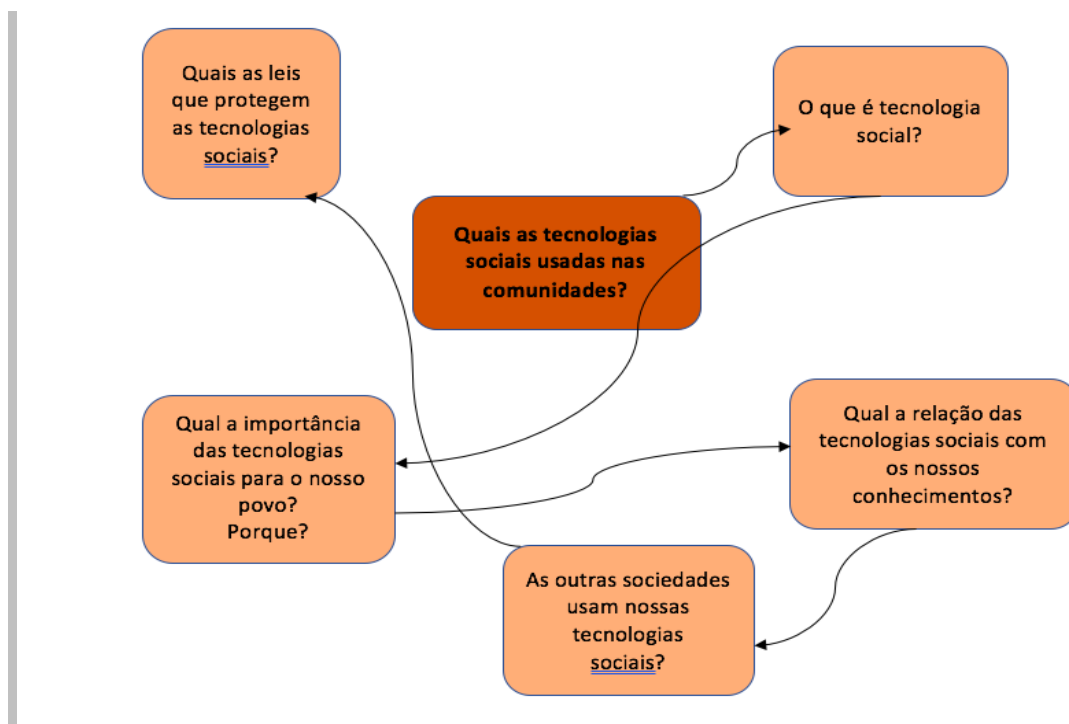
Carga Horária: 60

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria – Mara Santos

Período de realização: 11 a 17 de julho e 28 e 29 de setembro de 2017.

Conteúdo:





Meta e Resultado:

Meta: conhecer as tecnologias sociais usadas nas comunidades.

Produto: finalização do vídeo e registro das tecnologias sociais.

Procedimentos Metodológicos:

Pela manhã do primeiro, houve apresentação das equipes sobre as respostas do plano de trabalho.

Equipe baixo içana 1; Equipe Umiãsaita; Médio rio negro 1; Equipe médio rio negro 2; Equipe Baixo içana 2; Equipe alto rio negro 1.

A tarde, foi feita correção pelos grupos, do ofício para a reitoria da UFAM com a finalidade de informar a academia sobre o estilo de roupa usada no dia da colação.

Na continuação, houve debate sobre a problemática, a turma enfatizou que o trabalho respondeu aos questionamentos realizados ao tema. Houve a divisão da sistematização do trabalho escrito. Cada grupo se responsabilizou pelos tópicos proposto.

Foi ressaltado pelos discentes a produção do vídeo para divulgar o que a tecnologia trouxe de resultado e consequência aos indígenas.

O dia seguinte, continuou-se a discussão sobre produção dos vídeos com Sistematização, construção dos vídeos e elaboração da parte escrita do vídeo.

Produção e sistematização do vídeo (edição). Os mesmos relataram dificuldade para a junção dos vídeos ficou estabelecido para cada equipe elaborar o material com suas respectivas tecnologias como: Gastronomia, pesca, agricultura, remédios, Teçume dos artesanatos e as formas de comunicação usadas pelos não indígenas.

A construção do cronograma do seminário para a apresentação dos vídeos com suas tecnologias (indígenas e não indígenas).

O evento contou com o planejamento das etapas a serem desenvolvidas. As equipes usaram o período vespertino para organização do evento e analisar todos os vídeos a compor a apresentação do seminário do dia 17/07/2017.

Seminário:

- 6:30 h – Café
- 8:30 h- Apresentação (início da conversa) .



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Mediadores – Sergio, Marlene.
- Palestrante – Maristela Tecnologia indígena
- Rosangela – Tecnologia dos brancos
- 9:45 h - Lanche
- 10: 15 – Apresentações dos vídeos – cada equipe apresentou seus resultados de pesquisa, ao finalizar, foi aberta a perguntas, o evento contou com a participação de todos os estudantes do instituto e a comunidade de Cucui.

O encerramento no dia 17 de julho culminou com a apresentação de Dabukuri conforme os povos Baré, Werekena e Baniwa articulando com aproxima problemática sobre conhecimentos tradicionais.

Nos dias 28 e 29 de setembro, houve a correção dos vídeos e discussão mais aprofundada sobre o que as tecnologias sociais usadas pelas comunidades e sua importância primeiramente para manter a identidade e cultura de um povo e as leis que garantem o uso e resguardo dos direitos autorais, patente registro e etc., desde o patrimônio genético ao imaterial. Discutiu-se também o que é patrimônio e seu significado.

Observou-se o comprometimento da turma com todas as etapas da problemática. Havendo domínio do conhecimento teórico e prático e também pontualidade, responsabilidade, proatividade, e capacidade de liderar. Quanto ao desenvolvimento das atividades demonstraram habilidades no relacionamento interpessoal e interação com o grupo.

Referência

DECRETO Nº 8.772, DE 11 DE MAIO DE 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm

.....



PESQUISA VIII

LIN 095 Pesquisa VIII - Por que há perda do conhecimento tradicional no Alto Rio Negro?

Plano de Pesquisa

Turma: Yêgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: maio 2017

Período: 8 °

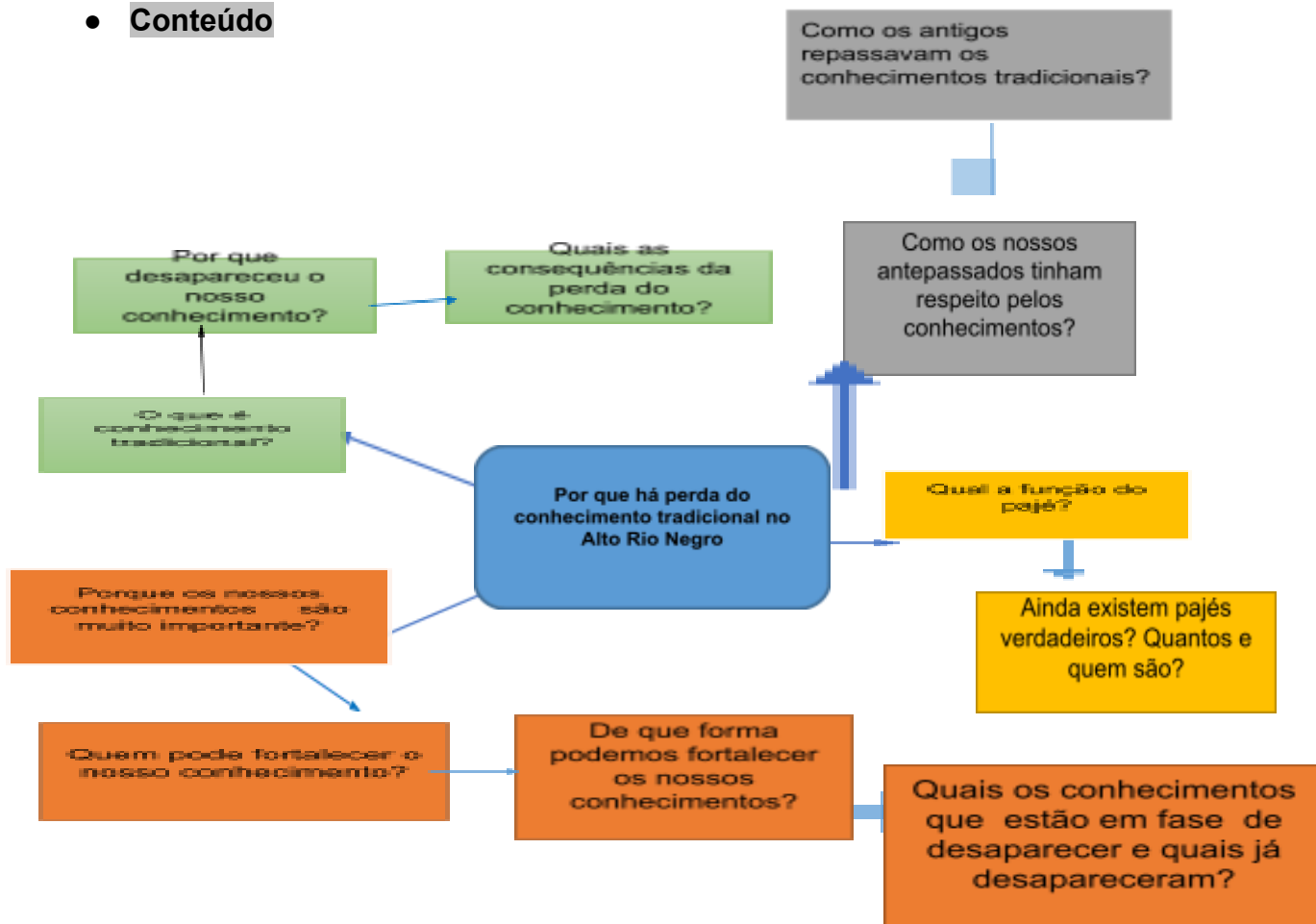
Carga Horária: 150 H

Créditos: 5.0.5

Professor (a): Maximiliano Correa Menezes, Higino Tenório e Ivani Faria

Período de realização: maio a outubro de 2017

- **Conteúdo**



Meta e Resultados



- Meta: fortalecer os nossos conhecimentos que ainda existem e não deixá-los desaparecer.
- **Produto:** seminário para divulgar o resultado da pesquisa para expandir esse conhecimento. Fazer um dabukuri.

Procedimentos Metodológicos:

O plano de trabalho foi feito pelos estudantes durante a abertura da pesquisa dividida em quatro eixos conforme descrito abaixo as perguntas principais de cada eixo e torno das seguintes perguntas principais: O que é conhecimento tradicional? Porque os nossos conhecimentos são muito importantes? Como os nossos antepassados tinham respeito pelos conhecimentos? Qual a função do pajé?

Para alcançar a meta e responderem as perguntas do mapa conceitual os estudantes realizaram reuniões com as comunidades, conversas dialogadas com os sábios, velhos, pais professores e conhecedores dos conhecimentos tradicionais. Nesta etapa ficaram com a atividade de descrever gravar as respostas de cada entrevistado por grupo e assim transcrever o relatório de atividades.

Realizaram levantamento bibliográfico para verificarem se encontravam referencias sobre a problemática mas não encontraram muitos estudos. A maioria discute, escritos por não indígenas, como Antonio Carlos Diegues, o que era conhecimento tradicional e como os povos indígenas estão estão sofrendo desde o contato com o processo colonizador e civilizatório.

Outro procedimento foi a realização de pequenos seminários nas comunidades no intuito de alcançar os objetivos do mapa conceitual. Os seminários foram fotografados, gravados e filmados pelos estudantes e apresentados em sala de aula durante a etapa.

E por fim, cada grupo dividido por calha de rio ficou responsável de analisar e interpretar os dados e construir um texto na língua Yëgatu que fará parte do caderno de pesquisa, e foi entregue a medida que as atividades da pesquisa foram desenvolvidas e realizadas.

Os estudantes foram divididos por etnias: Baré, Baniwa e werekena, para a realização de um dabukuri durante a etapa intensiva. Ressaltando o significado e a importância do Dabukuri e as diferentes formas e tipos de acordo com cada povo.



Durante as discussões houve depoimentos e relatos sobre conhecimentos que estão sendo esquecidos sejam pelo contato com a sociedade envolvente por meio do processo colonizador civilizatório cujos instrumentos principais foram as escolas e a religião cristã que os obrigaram a deixar de praticar os rituais, danças, remédios caseiros, as formas de organização social e cultural e sua relação com as tecnologias sociais.

Também discutiram sobre as leis que protegem os conhecimentos tradicionais nacionais e internacionais.

Quanto a meta e resultados foram alcançados e todos os estudantes apresentaram relatórios sobre os seminários que realizaram em suas comunidades e escolas e o texto na língua Yêgatu foi elaborado para constar no caderno de pesquisa.

Referências

LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015. Regulamenta o Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm

DECRETO Nº 8.772, DE 11 DE MAIO DE 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm.

DIEGUES, Antonio Carlos; e PEREIRA, Bárbara Elisa. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR 37. WWW.htmrevistas.ufpr.br/made/article/download/16054/1350



Prática Investigativa

LIN 095 - Qual a importância dos conhecimentos indígenas?

Plano de Trabalho – Prática Investigativa

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial julho 2017

Período: 8°

Problemática/Pesquisa: LIN-095 Por que há perda do conhecimento tradicional no Alto Rio Negro?

Componente Curricular/Prática investigativa: LIN96- qual é a importância dos conhecimentos Indígenas?

Carga Horária: 60

Créditos: 4.4.0

Professor (a): Higino Tenório
de julho 2017

Período de realização: 17 a 22

Conteúdo

O que é conhecimento tradicional? Por que desapareceu o nosso conhecimento? Quais as consequências da perda do conhecimento? Como os nossos antepassados tinham respeito pelos conhecimentos? Como os antigos repassavam os conhecimentos tradicionais? Porque os nossos conhecimentos são muito importantes? Quem pode fortalecer o nosso conhecimento? De que forma podemos fortalecer os nossos conhecimentos? Quais os conhecimentos que estão em fase de desaparecer e quais já desapareceram?

Meta e Resultados

Meta: revitalizar os conhecimentos enfraquecidos; fortalecer os nossos conhecimentos que ainda existem e não deixá-los desaparecer

Produto: seminário no centro de saberes, dabukuri,

Procedimentos Metodológicos:



Os trabalhos foram iniciados com os estudantes divididos por etnias para a realização do dabukuri, ressaltando o significado e a importância do dabukuri para cada povo.

O dabukuri foi realizado durante o dia todo com discussões, reflexões e contribuições sobre a importância da prática investigativa.

No decorrer da semana foram apresentados os resultados da prática por cada grupo, que foram divididos por calha de rio, foram realizadas discussões na língua Yëgatu.

Foi realizada uma roda de discussão para que todos pudessem tirar suas dúvidas e fazer contribuições em relação à prática investigativa.

Foram discutidos também a diferença entre conhecimento tradicional e conhecimento científico e quais as consequências desse pensamento. Observou-se que os não indígenas usam esse termo para inferiorizar os nossos conhecimentos afirmando que o único e verdadeiro é o ocidental e científico. Não reconhecem e não aceitam os outros conhecimentos como iguais. Diferenciamos o que é interculturalidade de multiculturalismo. Os antepassados produziam seus conhecimentos cujo processo de aprendizagem era a oralidade e na prática passado de geração a geração. Os nossos conhecimentos são muito importantes porque é através deles que nos reconhecemos como povo e nos diferenciamos também dos demais. O contato com os não indígenas, a escola, e hoje as mídias tem feito enfraquecer muito nossos conhecimentos. Fomos condicionados a pensar que nossa cultura, nossa língua e conhecimentos não prestam. Perdemos e esquecemos parte dos nossos conhecimentos, mas agora temos que fortalecer o que nos resta e a escola pode ser uma aliada para isso. Relacionamos a discussão feita sobre tecnologias sociais e as leis de proteção do patrimônio genético, biodiversidade e dos nossos conhecimentos.

Como resultado dessa prática foi a elaboração de texto em Yëgatu para compor os cadernos de pesquisa com glossário, seminário no centro dos Saberes de Cucui e a realização do dabukuri.

.....



Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu cucui 2014

SIGLA: IH35

Etapa: intermediária

Período: 5º

Componente Curricular: LIN 068 – Prática Profissional I

Carga Horária: 120 h

Créditos: 4.04

Professor (a): Ivani Ferreira de Faria
de 2016.

Período de realização: março a junho

Conteúdo

A Prática profissional I, pretende realizar uma reflexão das experiências nas escolas indígenas, além da observação e análise de experiências em escolas não-indígenas, no ensino fundamental e médio, objetivando, assim, um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos e a produção de novas pedagogias e metodologias de aprendizagens de acordo com a contexto sociocultural e territorial da região.

Meta e Resultados

Meta: por em prática a metodologia da APP.

Resultado: Aplicação da metodologia da APP nas escolas desenvolvendo uma problemática com os estudantes e refletir sobre as habilidades de um professor pesquisador indígena.

Procedimentos Metodológicos:

Todos os estudantes desenvolveram em suas escolas a prática profissional I, cujas descrições encontram-se em seus relatórios individuais. Usaram a metodologia proposta pelo curso APP com abertura de problemática com os estudantes com todas as suas fases desde a sistematização a ordenação por prioridade, abertura do mapa conceitual e plano de trabalho.

LIN 091 – Seminário de Prática Profissional I

Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu cucui 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho 2016

Período: 6º

Componente Curricular: LIN 091 – Seminário de Prática Profissional I



Carga Horária: 45 h

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Cirlene Batista e Ana Ana Paula Seiffert

Período de realização: 10 a 14 de julho de 2016.

Conteúdo

Seminário consiste na apresentação e discussão das atividades desenvolvidas durante a realização da Prática profissional I, que pretende realizar uma reflexão das experiências nas escolas indígenas, no ensino fundamental e médio objetivando, assim, um confronto e interação entre distintos projetos pedagógicos e a produção de novas pedagogias e metodologias de aprendizagens de acordo com a contexto sociocultural e territorial da região.

Meta e Resultados

Meta: apresentar e discutir a aplicação da metodologia nas escolas expondo as dificuldades e resultados obtidos

Resultado: apresentação das atividades para a comunidade de cucui no Centro dos Saberes e promover uma reflexão sobre suas habilidades como professor-pesquisador indígena.

Procedimentos Metodológicos:

A seguir, listamos algumas observações sobre as apresentações da Prática Profissional I dos estudantes da Turma II do Pólo Nheengatu Cucuí. Essa atividade foi realizada nas noites, de modo que a Turma III pudesse acompanhá-la também. De modo geral, os estudantes foram bem sucedidos na realização do estágio utilizando a metodologia de aprendizagem pela Pesquisa, apesar de algumas dificuldades que vão desde a insegurança pessoal em sua aplicação até conflitos com gestores locais. É verdade, no entanto, que grande parte da turma ainda não finalizou os estágios (faltando a avaliação da Comunidade, em sua maioria). Esses casos foram orientados a explicitar nos relatórios o fato de não terem concluído a Prática e a entregarem nova versão a partir da finalização dos mesmos na próxima etapa intensiva.

As apresentações foram seguidas por comentários da audiência e perguntas e/ou orientações quanto aos relatórios e quanto à própria prática pedagógica na



aprendizagem pela Pesquisa, com sugestões variadas para desenvolvê-la. Os estudantes orientados a desenvolver a APP novamente na Prática profissional II estão marcados com um [R] após o seu nome. Um desafio bastante discutido a partir das apresentações, é a APP que se torne o elemento organizador de toda a prática pedagógica e não apenas ‘uma parte da aula’.

Lindalva – Trabalhou com 3ª série do Ensino Médio, com limitação de tempo, apesar de ter negociado o tempo com a professora de língua portuguesa. Relatou o processo de levantamento da problemática e a eleição da principal: “Quais são as danças tradicionais indígenas?”. Relatou que uma das principais dificuldades foi convencer as pessoas sobre o Ensino Via Pesquisa, embora tenha percebido os resultados positivos de trabalhar com a metodologia.

Erivelto – Realizou a Prática Profissional I na escola Pastor Jaime, na Comunidade Boa Vista, com estudantes do 1º ciclo durante dois meses, no horário de 7h às 9h30. A problemática escolhida foi “Quais as frutas existentes na nossa comunidade?”. Na metodologia, além de entrevistas, incluiu a observação e descrição de plantas com os estudantes. Apontou como dificuldades o fato de as crianças não saberem ler e escrever, diante do que orientei que essa não é uma dificuldade, mas uma especificidade do 1º ciclo. As atividades de pesquisa devem ser específicas para essa faixa etária e para as habilidades que os estudantes já desenvolveram, é preciso pensar um plano de trabalho compatível e aproveitar a pesquisa, inclusive, para alfabetizar ou iniciar o processo de alfabetização com as crianças.

Launirklissons e Eunice – Trabalharam na Escola Pastor Jaime em Boa Vista com o 9º ano do Ensino Fundamental com a problemática “Por que as famílias das comunidades não preparam mais a comida típica da região?”. Como produtos, previram cartilha, vídeo e exposição dos resultados para a comunidade.

Deusimar – Realizou a Prática I na Comunidade Ilha de São Pedro, Escola “Deus Proverá” – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Explicou o Ensino Via Pesquisa para os estudantes no início mas ressaltou na apresentação: “Sem eles perceberem



já estavam fazendo o levantamento das problemáticas”. Perguntas: a) Por que os peixes e caça está acabando na região da nossa comunidade?; b) Como resolver os problemas da comunidade com relação às pessoas? c) Como está a estrutura social da comunidade?; d) Por que a união está enfraquecendo na comunidade; e) Como está a organização social da comunidade?. Aprovaram: “Por que a união está enfraquecendo na comunidade?”. Apenas 5 estudantes. [Poderia ter feito todas as pesquisas]. Produto / resultado: elaborar um manual de administração da comunidade em Yëgatu, propondo como deve ser o perfil de uma liderança na comunidade. Plano de trabalho com entrevistas. Dificuldades: estudante lidar com o conteúdo e metodologia diferente, saber o que é problemática e tema, trabalhar com conteúdo diferente, API e pedagogo querem saber porque e como trabalhar com problemática, estudante socializa com a pesquisa de verdade. Resultado produzido todo em Yëgatu. Avaliação positiva: aval da comunidade para continuar trabalhando com Aprendizagem pela Pesquisa.

Carlos [R] - Não concluiu o estágio ainda, só fez uma semana até agora na Escola Kariamã na Comunidade Assunção do Içana. Início do estágio em 6 de junho de 2016 mas não consegue fazer todas as semanas por conta de outras atividades. Relatou realizar acordo com gestor da escola. Realizou com a 1ª e 2ª séries do EM. Iniciou fazendo um relato sobre educação convencional e educação diferenciada, apresentou metodologia do APP. Levantou problemática apenas com a 1ª série do ensino médio: quais são os lugares sagrados da comunidade de Assunção?. 21 estudantes na 1ª série. Estágio está em andamento, ainda não terminou. 2ª série do EM ainda não tem problemática, mas têm interesse de pesquisar sobre a origem do povo Baniwa. Metodologia: falar na língua Yëgatu, relatório todos os dias na língua [?]; presença do professor em uma parte do estágio; participar das conversas e reuniões organizadas pela escola; oito aulas semanais – disciplinas cedidas: direitos indígenas, arte cultura e mitologia, formas práticas de educar. Dificuldades: estudantes não dominam Yëgatu ou que são falantes de outras línguas e trabalho pelo movimento indígena, desinteresse dos professores para entender o APP, duração de 50 minutos.



Josimar – Estágio realizado na Escola São João na comunidade Tunú no Rio Xié (escola da SEMEC). Todos os 8 estudantes Werekena, falantes de Yêgatu, 6º ao 9º na. A problemática escolhida “Como se originou a comunidade Tunú?”. Iniciou no mês de abril. Fez levantamento de problemática através de trabalho de grupo com estudantes (dividiu em dois grupos de 4 estudantes). Apresentou o mapa conceitual em português mas disse que todo o trabalho, incluindo o mapa conceitual, foi realizado em Yêgatu. Plano de trabalho, metodologia com entrevistas. Apresentou metas. Dificuldades: fazer estudantes e comunidades entenderem APP, escrita e leitura em Yêgatu. Resultados: produzir cartazes, cartilha da origem na comunidade, exposição do trabalho para a comunidade. Avaliação positiva dos estudantes e dos pais (dos professores e das lideranças, também). Já está prevendo abrir nova problemática com a turma e continuar com APP.

Jonato – Problemática “Por que a comunidade Juruti não utiliza mais o jejum?”. No relatório, falta a introdução, apresentando a escola e contextualizando as condições da Prática Profissional. Estudantes de EJA, 17 matriculados mas atualmente só tem 6. Plano de trabalho com entrevistas, sistematização, convite a um sábio para comentar sobre a problemática. Meta: revitalizar jejum. Resultado: demonstrar resultados do trabalho para a comunidade em desenhos, fotos e painel. Relatório com as etapas do estágio, detalhando a cada dia. Avaliação positiva da comunidade. Dificuldades: estudantes não vão para a aula.

Neide [R] – Escola Napirikuri, municipal na Comunidade de Tabocal dos Pereira. 10 estudantes do 2º ano do Ensino Médio, todos falantes de Yêgatu. Pediu que os estudantes pensassem em perguntas sobre o que eles gostariam de aprender e fez votação para a escola de problemática. A selecionada foi: “Como surgiu a dança do macaquinho?”. Produto: cartilha como material de referência na escola, texto escrito em Yêgatu. Plano de trabalho com entrevistas de sábios e pais, sistematização de textos, presença de sábios na escola, registrar através de texto a letra da dança do macaquinho. Dificuldade: tempo da aula de 45 minutos, 3 aulas por semana. Avaliação ainda não realizou, ainda não houve oportunidade de apresentar para a comunidade.



Alberta - Comunidade Nova Vida, Escola Nossa Senhora Auxiliadora com 6º ao 9º anos. Período de 21 de março a 24 de junho de 2016. Já vinha trabalhando com ensino via pesquisa antes do estágio por isso realizou com mais facilidade. A problemática trabalhada foi “Como podemos eliminar as formigas da Comunidade Nova Vida?” Avaliação foi positiva e as dificuldades apontadas foram com relação à composição de relatório do estágio, mas não na prática docente.

Paulo César – Trabalhou na Comunidade São Gabriel na Escola S. Domingos Savio com 7 estudantes de 6º ao 9º anos entre março e abril deste ano. A problemática escolhida na turma foi “Quais tecnologias de pesca indígena existem em São Gabriel Mirim?”. Como resultados, desenvolveu cartazes ilustrados, cartilha e apresentação à comunidade. Na metodologia, foram realizadas entrevistas e observação. A avaliação da comunidade foi positiva.

Cirilo / Alberto – Comunidade Ilha de Mutum, seis estudantes de pré I ao 5º ano na Escola Ilha de Mutum. Problemática: “Quais são os alimentos (tradicionalis?) que o povo da comunidade Ilha de Mutum ainda consomem?” Línguas usadas na escola ainda é o português, porém o Yëgatu é utilizado três vezes por semana. Metodologia: entrevista aberta com pais e discentes, observação junto com o professor. Fizeram reunião para apresentar a pesquisa para a comunidade, e já aproveitaram para marcar as entrevistas. Dificuldades: idades heterogêneas [mas já é uma dificuldade do dia-a-dia ou não?], dificuldades de escrita e leitura, organização do trabalho. Avaliação dos estudantes: de forma positiva, chamou a atenção deles e tiveram interesse em descobrir os alimentos. Pais também avaliaram positivamente. Produto: texto informativo em língua Yëgatu (artigo). Meta: revitalizar comidas típicas esquecidas. Plano de trabalho com entrevistas, observações. Apresentaram resultados da pesquisa realizada com os estudantes, inclusive lista de alimentos que não se encontra mais e lista de alimentos dos brancos que passaram a ser consumidos nas comunidades. A pesquisa se estendeu de março a junho.



João [R] – 10 estudantes. Escola Baré Wari, Comunidade Acubuco, turma de Pré ao 5º ano, multiculturada. Estudantes não falantes de Yëgatu. 28 de março a 24 de junho. Fez reunião com a comunidade explicando como conduziria o estágio, propostas foram aceitas e aulas ocorreram em português, já que a comunidade é falante de português. Está fazendo um esforço de usar e praticar Yëgatu na comunidade. Usou problemática do exemplo construído na turma na última etapa intensiva “Quais os bichinhos que vivem na comunidade?”. Mapa poderia ter construído um novo. Usou mesmo plano de trabalho construído como modelo também. Marcou itens que ainda não conseguiu desenvolver (que estão em andamento). Fotos das atividades realizadas com os estudantes. Dificuldades: falta de energia, saber manusear computador, escrita na língua Yëgatu, falta de comunicação, construir mapa conceitual, falta de materiais para a pesquisa, falta de merenda escolar. Avaliação: os estudantes gostaram de trabalhar com APP porque se sentiram mais à vontade. Os pais também gostaram da metodologia, não havia nenhum professor até então que tivesse trabalhado assim.

Gerson / Irene – Estudantes do 6º ao 9º ano, na Escola Joana Madeira, na comunidade Buía Igarapé no Baixo Içana. Composição étnica diversificada, maioria Baniwa Coripaco. Listaram problemáticas levantadas com estudantes: tipos de peixes, frutas regionais, tipos de animais, tipos de açaí, histórias da comunidade. A problemática escolhida foi “Quais os tipos de açaí existentes?”. Período de maio a junho. Metodologia com entrevistas abertas com pais e lideranças. Metas: valorizar a importância de açaí plantado adulto, conscientizar a comunidade para o uso sustentável. Produto: cartilha. Resultado: seminário para apresentação dos resultados, em forma de painel com a comunidade e a escola. Dificuldades: estudantes não sabiam trabalhar com a metodologia, estudantes muito tímidos, dificuldades na escrita e na leitura de nheengatu [ressalta a relevância e a necessidade do nosso trabalho], falta de energia.

Francisco – Comunidade Boa Vista, Escola Nossa Senhora da Assunção – sala anexa Boa Vista. 26 estudantes do Ensino Médio, 3º ano. Início em 17 de maio. Problemáticas levantadas (propostas): quais os tipos de insetos que fazem revoada?



Quais os materiais de construção de casa utilizados antigamente? Qual a relação dos jovens antigamente e atualmente? Escolhida: “Qual a relação dos jovens com os velhos antigamente e atualmente?” Apresentou o mapa conceitual (muito bom). Mais em português do que em Yëgatu. Metas: valorizar os mais velhos, socialização dos mais velhos com os mais jovens, praticar formas de respeito dentro e fora da comunidade. Resultado: seminário para apresentar a atividade de pesquisa através de exposição de relatório. Ainda não está concluída a pesquisa. Ainda está no meio da pesquisa, não concluiu a Prática Profissional. Produtos: fotos, cartazes e relatório. Dificuldades: compreensão da proposta metodológica, material pedagógico, trabalhar com meio digital. Metodologia: entrevistas abertas.

Genivaldo – Escola São Tomás, sala anexa Pastor Jaime comunidade Jauacanã, baixo Içana. 7 Estudantes do 6º, 7º e 8º anos. No levantamento de problemática houve vários interesses expressos: pescaria, madeira, lixo, palmeiras, frutas comestíveis. 27 de abril, início. Fez grupos por ciclo, explicou o que é o ensino via pesquisa para os estudantes. Ficou livre para trabalhar todas as manhãs. Problemática escolhida: “Como o povo da comunidade Jauacanã está utilizando a ‘madeira louro’”? Realizou a pesquisa nas duas línguas. Perguntas do mapa dos próprios estudantes “Será que a madeira louro é um ser vivo? Como se alimenta e reproduz?” Meta: ter conhecimento com as pessoas que usam e conhecem a madeira louro. Produto: descrever a importância da madeira em forma de texto, ilustração, exposição para a comunidade e produzir cartilha com ilustração em Yëgatu. Ainda não fez exposição para a comunidade. Plano de trabalho: entrevistas. Dificuldades: lecionar primeira vez dentro da escola, estudantes não compreender a APP, não conseguem escrever em Yëgatu, falta de energia para sistematizar o texto, estudantes não conseguem ler / escrever em Yëgatu. Resultados: madeira é excelente, encontra-se na mata da terra firme, na beirada da caatinga, na área do bacabal e patawazal. É utilizada para a construção de mobiliário, portas, canoa, remo. É um ser vivo, alimenta-se através da chuva, reproduzem-se através de vento, sementes. Desenvolvimento da maneira completa para uso das pessoas é de 30 a 40 anos, duração da madeira é de 18 a 20 anos. Apresentou resultado por eixos. Avaliação: interesse, participação, exposição das atividades, observação, avaliação



com a comunidade, avaliação com o professor observador, avaliação com os discentes.

Maristela [R] – Comunidade São Francisco, Pré a 2º ano. 4 a 7 anos, total de 14 crianças. De março a junho. “Quais as frutas que encontramos na comunidade?” Produto: cartilha. Plano de trabalho: entrevista [observação, desenho, etc]. Cantos, cartazes, desenhos. Reunião de avaliação – positiva. Dificuldades: crianças não sabem escrever sozinhas, não sabe trabalhar com computador, falta de energia elétrica.

Anísio – Duração de 3 meses, de maio a junho na comunidade de Auxiliadora, médio Rio Negro. Comunidade de 12 famílias. 6º ao 9º anos da Escola Nossa Senhora Auxiliadora. 28 estudantes de 11 a 28 anos. Avaliação: “conquista do que estamos querendo para o futuro da comunidade escolar”, avaliação positiva do trabalho pelos pais. Resultados: produzir texto em Yëgatu, exposição de trabalhos em Yëgatu e em português.

[Passamos o dia discutindo aspectos sobre a inclusão das línguas nas escolas indígenas, uma problemática que aborde a questão das línguas com os próprios estudantes é de muita relevância]. Vai continuar trabalhando com APP [avanço sobre a primeira turma formada]. Aval da comunidade e ótimos resultados.

Elizabeth, Marlene e Sérgio – Escola Estadual Tenente Anônio João. Apresentaram histórico da escola, caracterização do distrito de Cucuí. Estudantes do 1º ano do EM, durante 3 meses. 22 estudantes. Problemáticas levantadas pelos estudantes: jogos lúdicos indígenas, danças indígenas, a origem da comunidade de Cucuí, artesanatos do povo Baré. Problemática: “Qual a origem do distrito de Cucuí?”. Meta: fortalecer a língua materna na escola, buscar praticar pouco a pouco a nossa língua Yëgatu. Produto: expor para a comunidade o trabalho realizado, editar pequenas historinhas em Yëgatu para disponibilizar tanto para a comunidade em geral como para a comunidade escolar. Está em andamento ainda o trabalho. Trabalharam 3 vezes por semana. Mapa conceitual bem amplo. Plano de trabalho: entrevistas. Dividiram 4 estudantes para cada eixo. Criaram um roteiro de entrevistas. Escola indígena mas



funciona como convencional. Escola adotou Yëgatu como disciplina, Dificuldades: no início estudantes não se sentiram muito motivados, pouco a pouco foram gostando. Dificuldades: falta de compreensão do gestor e de alguns professores, não ter tempo suficiente de aula, não saber falar e escrever na língua, os estudantes não terem conhecimento da APP; falta de interesse de alguns estudantes em relação à pesquisa (escola disciplinar, três horas por semana apenas), falta de compreensão de alguns pais. Ensino moderno. Avaliação dos estudantes: estudantes gostaram, se interessaram e se esforçaram em querer e fazer a pesquisa, para saber melhor a pesquisa. Resultado: expor o trabalho para a comunidade (em agosto), editar um pequeno livro em Yëgatu para disponibilizar para a comunidade escolar / em geral, buscar praticar pouco a pouco a língua Yëgatu, colocar o Yëgatu na escola, através de placas de aviso, informações, pequenos textos, etc. Considerações finais: foi importante realizar essa atividade, de introduzir a APP.

Junia – Início 25 de março, comunidade Amium, Escola Deus Conosco, com estudantes de 6º ao 9º anos, total de 11 estudantes. Estágio toda quinta-feira, troca com outro professor. Levantamento da problemática: como podemos manter a comunidade sempre limpa? Por que hoje em dia os jovens casam muito cedo? Por que hoje em dia os jovens usam muito celular? Como podemos contribuir para que não haja escassez de peixes? Escohida: celular (quem inventou, etc). Plano de trabalho: entrevistas, internet. Atividades: sistematizar os dados da pesquisa, analisar, escrever texto dos resultados em cartaz, fazer relatório. Trabalhou com as duas línguas. Meta: ter conhecimento de que forma os jovens podem usar o celular. Produto: texto em Yëgatu e português, reunião com a comunidade. Dificuldades: estudantes para escrever / ler em Yëgatu; dificuldade na sistematização, de manusear computador e falta de máquina digital para registrar os trabalhos desenvolvidos [dificuldade mas também é um conteúdo da pesquisa] Avaliação: os pais gostaram muito dos trabalhos desenvolvidos, desejam que os filhos continuem aprendendo através da metodologia. Estudantes também avaliaram positivamente. Muito bem organizado o trabalho. Apresentou lista de entrevistados e dos estudantes pesquisadores. Apresentou os resultados por eixo. Considerações finais: foi muito importante, gostou muito, vai continuar exercendo a metodologia.



Eliude / Alcimar – Escola Pastor Jaime, Comunidade Boa Vista, 14 de março a 23 de junho. Estudantes de 8º e 9º anos, 27 estudantes. Histórico da escola. Problemáticas: origem da comunidade, qual é o processo da construção de uma roça? Quais são as madeiras de lei encontradas próximo da Comunidade Boa Vista? Por que acontece a escassez de peixes na região do baixo Içana? O que fazer para evitar consequência do uso de celular numa escolar? Celular vencedora [Perguntas do mapa: quais formas os jovens podem prejudicar? O que os usuários acham da tecnologia? O que é tecnologia para os brancos? O que é tecnologia para indígena?] Metas: saber utilizar o aparelho dentro da comunidade. Produtos: seminário para conscientização aos jovens, apostila em nheengatu com imagens em forma de um TCC. Plano de trabalho: entrevistas com estudantes, professores, pais, lideranças e observação. Dificuldades: falta de prática com APP, estudantes desconhecem APP, timidez dos estudantes, falta de materiais didáticos para pesquisas, falta de energia. Avaliação foi realizada através de participação, interesse, atividades coletivas e individual. Aprendizagem. Avaliação de pais e lideranças foi positiva porque está aumentando “sua aprendizagem e criando coragem para falar em público”. Produto: produzir uma apostila em formato de TCC + seminário. Língua de instrução da pesquisa: 1) Nheengatu; 2) Português e 3) Baniwa. Metodologia: método dialético, referências nos livros didáticos. Apresentaram resultados da pesquisa com os estudantes.

Adailton, Elson Kene, Elziane, Dionísio, Genilson – Prática desenvolvida de 13 de abril a 10 de maio, na Escola Campinas, anexa da Escola Tenente Antônio João, com as turmas do EM, 23 estudantes oriundos de vários locais da região. Levantamento da problemática: a) Por que está tendo muito lixo na comunidade? Como podemos contribuir para conservar peixes? Como surgiu a comunidade? Como podemos fortalecer a língua Werekena? Escolhida: Como podemos contribuir para a conservação dos peixes? Justificativa: foi desenvolvida por motivo de que hoje há muita diminuição dos peixes na região, que é fonte principal de alimentação da Comunidade. Relevância, sugestão de também mencionar, quando possível, a razão que motiva os estudantes a fazerem essa pergunta. Meta: conservar os peixes



no rio Xié, conscientizar o povo para uso sustentável dos peixes, identificar tecnologias de pesca, que leva à diminuição de peixe, divulgar para outra escola. Atividades desenvolvidas: dividir os estudantes para fazer levantamento da problemática e do mapa, plano de trabalho, divisão de novos grupos de estudantes para pesquisa, sistematização do texto da pesquisa, primeira apresentação, presença de um sábio na escola para falar sobre o desaparecimento dos peixes, anotações dos estudantes sobre a palestra do sábio, análise do texto, apresentação através de cartazes em forma de oficina (discussões e debate sobre o resultado do trabalho desenvolvido; confraternização. Plano de trabalho: entrevista aberta com professores, lideranças, pais TACIS e jovens, observação dos estudantes na ação dos pescadores, palestra com sábio, descrição do acontecimento. Materiais de pesca não indígena: malhadeira, lanterna, mergulho. Materiais de pesca indígenas: timbó. Bem organizada a apresentação. Produto: apresentação de resultados através de oficina, material de uso pedagógico com ilustrações, vídeo de depoimento dos sábios e pais, comparando a fartura dos peixes e falta de hoje e os materiais de pesca que causam consequências para o futuro. Avaliação da prática: foi interessante porque torna os estudantes críticos e políticos, “é um estudo diferenciado, que ainda não vemos” (Irineu), envolve os estudantes com conhecimentos locais. Com a criticidade, torna os estudantes futuras lideranças, prontos para exercer uma função, durante o desenvolvimento do trabalho todos os estudantes devem participar, compartilhando ideias – caso contrário, não estarão aproveitando nada. Apresentação do I resultado (até onde foram no plano de trabalho?)

Miguel – Escola Yaputariwa, Comunidade Juruti. Problemática “Que tipo de frutas que existem na comunidade de Juruti?” Surgiram várias perguntas, mas escolheram essa. 12 estudantes de 1º ao 5º anos, 4 a 12 anos de idade. Meta: facilitar o conhecimento das frutas. Produto: cartilha e relatório com imagens das frutas. Plano de trabalho, entrevistas e visitar lugares para registrar. Dificuldades: alguns não escrevem textos em nheengatu, maioria dos estudantes não fala nheengatu, mas ouvem, dificuldade de manusear o computador, timidez dos estudantes. Avaliação: realizada no dia 19 de junho. Cada estudante ficou responsável por duas ou três



frutas. Avaliação da comunidade positiva. Sentiu que os estudantes aprenderam. Vai continuar a trabalhar com pesquisa.

Elza [R] - Escola Pastor Jaime, comunidade Boa Vista, 13 estudantes. 7º ano do EF. Problemáticas: quais são os remédios, quantos tipos de tucunaré, tipos de açaí, por que deram o nome de lugares sagrados, origem da comunidade, quantos tipos de espécie de timbó existe na comunidade, tipo de remédio para pegar mulher, quantos tipos de paca. Onde se originou o remédio tradicional contra picada de cobra? Meta: conhecer quantos tipos de remédios que existem, produzir uma pequena receita caseira sobre remédios tradicionais. Produzir cartilha em nheengatu, registrar com imagem os nomes de cada planta medicinal. Plano de trabalho: dividiram os estudantes em 3 grupos, apresentação em cartazes, pesquisaram com os mais velhos. Dificuldades encontradas: leitura e escrita, organização do mapa conceitual, de escrever em nheengatu.

LIN 073 - Prática Profissional II

Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intermediária

Período: 6 °

Componente Curricular: LIN 073 - Prática Profissional II

Carga Horária: 150 h

Créditos: 5.0.5

Professor (a): Tiago Maika Scwade

Período de realização: agosto a

dezembro de 2016.

Conteúdo

Prática profissional II - consiste no desenvolvimento de atividades com a comunidade escolar (professores, estudantes, gestores, pais etc.). Pode ser exibição de filmes com discussão, palestras, reuniões e oficinas com assuntos definidos por eles bem como aplicar novamente uma pesquisa na Escola.

Meta e Resultados



Desenvolver atividades com a comunidade educativa a fim de por em prática as habilidades propostas pelo curso desde pedagógicas acadêmicas, a organização de assembleias, reuniões, oficinas, palestras, elaboração de projetos etc.

Procedimentos Metodológicos:

As atividades realizadas pelos estudantes constam do relatório individual e cada um e estão descritas em síntese no seminário de prática profissional II.

LIN 093- Seminário de Prática Profissional II

Plano de Trabalho

Turma: Yëgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: Intensiva/presencial

Período: 7°

Componente Curricular: LIN 093- Seminário de Prática Profissional II

Carga Horária: 45h

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Cirlene Santos e Diego Ken Osoegawa

Período de realização: 25 a 30/ 01/2017.

Conteúdo

Prática profissional II - consiste no desenvolvimento de atividades com a comunidade escolar (professores, estudantes, gestores, pais etc).

Meta e Resultados

Que os estudantes consigam abrir uma problemática em sala de aula, organizar assembleias, reuniões, oficinas, palestras e elaborar projetos junto a comunidade educativa.

O resultado proposto além das apresentações é promover uma reflexão sobre suas habilidades como professor-pesquisador indígena.

Procedimentos Metodológicos:

As atividades foram iniciadas com uma revisão dos itens necessários aos relatórios da Prática Profissional II apresentada em grupo e individual.



25/01 Apresentação das atividades realizadas pelos discentes: **Jonato Gregorio e Miguel Alemão**- realizaram oficina na comunidade de Juruti sobre os tipos de maniva existentes na comunidade de Juruti e Por que os jovens não conhecem mais?.

Os Discentes: **Deusimar, Francisco, Alcimar, Eliúde, Elson Kene, Erivelto, Elza, Launirklisons, Eunice**- realizaram oficina sobre como trabalhar o Ensino Via pesquisa na Escola Barekeniwa, na comunidade de Boa Vista.

Grupo Cucui- **Sergio, Marlene, Elizabeth**- realizaram oficina de confecção de sabão e sabonete como fonte de renda familiar, a oficina teve a duração de 4 dias

26/01 Apresentação **Cirilo** realizou Oficina de produção de material didático na comunidade de Nova Vida - como resultado foi elaborado uma cartilha - oficina de 3 dias.

Carlos de Jesus Seminário sobre os desafios e perspectivas do movimento indígena do Rio Negro na comunidade de Assunção

Genivaldo Ribeiro Seminário: Como podemos entender a importância da roça na comunidade Jacaúna no Baixo Içana? Oficina sobre a Importância do Pau Brasil na escola São Tomás com estudantes do 6 ao 9 ano.

27/01 Apresentação da pratica realizada pela discente **Neide Alemão**:seminário quantos lugares sagrados existem entre a comunidade Yabe e nova Jerusalém. Atividade realizada com estudantes do terceiro ano do ensino médio e com a comunidade.

Anisio Gomes- oficina- Quais os tipos de remédios caseiros existem na comunidade auxiliadora?

Josimar Candido: oficina quais as dificuldades para os jovens praticar as atividades do artesanato e quais os significados das pinturas?

28/01 Apresentação da pratica pela discente **Maristela**- oficina: Que tipo de remédio tradicional existe na comunidade de São Francisco? Com produção de cartilha com desenhos dos remédios.

Junia Peinado- oficina com a comunidade sobre os remédios tradicionais conhecidos na comunidade de Amium

Gerson e Irene – Oficina- Quais tipos de artesanatos existem na comunidade Buia Igarapé- como resultado produção de material didático.



João Silvano- oficina- quais as frutas existentes na comunidade

Acubuco? Oficina realizada com a comunidade e estudantes do pré ao 5 ano.

Adailton e Dionisio Oficina: Por que tem muito lixo ao redor da comunidade?

Alberta Gomes Oficina: Como minimizar o lixo na comunidade Nova Vida?

29/01 Lindalva Fontes: oficina- Por que o yegatu está enfraquecendo na comunidade de Assunção?

Paulo Cesar: Oficina sobre a Maniva e sua importância para a Comunidade

Genilson e Elziane- Oficina: como ensinar e fortalecer o yegatu no Rio Xié.

30/01 - apresentação dos discentes **Cirilo Peinado, Launirklisons, Jonato, Miguel** sobre os símbolos numéricos criados pelos estudantes do Magistério 2.

Todas as apresentações foram seguidas por comentários, sugestões e perguntas, todos os estudantes utilizaram a metodologia da APP nas suas atividades.

LIN 080 - Prática Profissional III

Plano de Trabalho

Turma: Yégatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: intermediária

Período: 7º

Componente Curricular: LIN 080 - Prática Profissional III

Carga Horária: 150 h

Créditos: 5.0.5

Professor (a): Ivani Faria
junho de 2017.

Período de realização: março a

Conteúdo

Prática profissional III - Consiste na realização de um conjunto de atividades com a comunidade. Oficinas, palestras, seminários etc.

Meta e Resultados

Desenvolver atividades conforme as habilidades propostas pelo curso para a formação do professor pesquisador indígena.

Procedimentos Metodológicos:

As atividades constam do relatório individual dos estudantes e a descrição sucinta no componente curricular seminário de prática profissional II.



LIN 101 - Seminário de Prática Profissional III

Plano de Trabalho

Turma: Yêgatu 2014

SIGLA: IH35

Etapa: julho 2017

Período: 8°

Componente Curricular: LIN 101 - Seminário de Prática Profissional III

Carga Horária: 45 h

Créditos: 2.1.1

Professor (a): Ivani faria e Cirlene Santos

Período de realização: 04 a 09/

07/2017

Conteúdo

Apresentação das atividades realizadas com a comunidade como Oficinas, palestras, seminários etc, conforme habilidades propostas pelo curso para formação do professor pesquisador.

Meta e Resultados

Que os estudantes organizem e participem da execução das atividades com a comunidades.

Promover uma reflexão sobre as habilidades propostas pelo curso para a formação do professor pesquisador indígena a partir das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

Procedimentos Metodológicos:

As atividades foram iniciadas com uma revisão dos itens necessários aos relatórios da Prática Profissional III apresentadas em grupo e individual

04/ 07 Apresentação das práticas pelos estudantes: Jonato Gregório que apresentou as seguintes atividades: seminário sobre mineração na comunidade de Juruti falando sobre as consequências, diferença entre mineração de garimpagem, seminário sobre aprendizagem pela pesquisa. Seminário para relatar como a Licenciatura indígena vem trabalhando, falando sobre plano de aula e plano de curso.

Grupo Xié: estudantes: Adailton, ELZIANE, Dionisio, Elson kene, Josimar, Eunice, Genilson, Launirklison atividades realizadas: oficinas sobre os símbolos numéricos



Yëgatu, mineração, perda do conhecimento, tecnologia, sustentabilidade, novo acordo ortográfico Yëgatu

Grupo Assunção: Carlos de Jesus e Lindalva Fontes- atividades realizadas- seminário sobre mineração, oficina sobre acordo ortográfico, oficina sobre os símbolos numéricos Yëgatu, oficina sobre Aprendizagem pela pesquisa

05/07 Apresentação das práticas pelos discentes: Erivelto Bernardo e Anisio Gomes- atividades realizadas oficinas sobre: acordo ortográfico, tecnologia, símbolo numérico Yëgatu, perda do conhecimento, aprendizagem pela pesquisa.

Apresentação da discente Neide Alemão- atividades realizadas: oficinas sobre acordo ortográfico, símbolos numéricos Yëgatu, mineração, aprendizagem pela pesquisa, plano de aula e plano de curso.

Apresentação feita pelo discente Miguel Alemão com as seguintes atividades realizadas: seminários sobre acordo ortográfico, símbolos numéricos Yëgatu, reunião com a comunidade sobre a perda do conhecimento, oficina sobre tecnologia do indígena e do não indígena.

Apresentação feita pela discente Alberta Gomes- atividades realizadas seminários sobre acordo ortográfico, oficina sobre os símbolos numéricos Yëgatu, oficina de reaproveitamento de resíduos.

Apresentação Junia- atividades: oficinas sobre mineração, símbolos numéricos, perda do conhecimento, tecnologia, seminário sobre acordo ortográfico.

Apresentação do discente Deusimar Moraes, Launirklisons, Eunice, Alcimar, Francisco, Elza, Eliude- realizaram oficina de PPPIna Escola Pastor Jaime

06/07 Apresentação das atividades do discente Genivaldo Antonio- seminários sobre acordo ortográfico, mineração- leis que amparam a mineração, símbolos numéricos.

Apresentação Paulo Cesar: seminários sobre símbolos numéricos Yëgatu, acordo ortográfico Yëgatu, perda do conhecimento, tecnologia, seminário SEMEC sobre plano de aula e plano de curso.

Apresentação Gerson Americo e Irene Kalistrato- seminário na comunidade Buia sobre mineração, seminário FOIRN, acordo ortográfico.

Apresentação Maristela: atividades realizadas na comunidade São Francisco- oficina sobre símbolos numéricos Yëgatu, oficina sobre o acordo ortográfico Yëgatu.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação Josimar realizada na comunidade Tunu e Cunuri: seminário sobre os símbolos numéricos Yëgatu, seminário sobre mineração diferença entre mineração e garimpagem, participação na Assembleia da ACIRX.

Grupo Cucui- Marlene, Sergio, Elizabeth- atividades: oficinas sobre acordo ortográfico Yëgatu, símbolos numéricos Yëgatu.

07/07 Apresentação do Grupo de Boa Vista- discentes: Deusimar, Elson kene, Launirklisons, Eunice, Alcimar, Eliude, Francisco, Genivaldo, Carlos de Jesus, Eliude- atividades realizadas: Assembleia da AIBRI- seminário sobre Auto Governança e Bem Viver, oficina sobre Símbolos Numéricos Yëgatu, oficina sobre Acordo ortográfico, seminário sobre perda do conhecimento. Exibição do filme - Quando sinto que já sei

08/07 Apresentação dos grupos sobre: Aprender pela pesquisa, como trabalhar a metodologia de Aprendizagem pela pesquisa nas comunidades, como pôr em prática a metodologia APP nas escolas.

09/07 Apresentação e discussão sobre o Filme: Armas Germes e Aço- Ao final de cada apresentação foram realizadas discussões, orientações, sugestões questionamentos, sendo que alguns estudantes foram orientados a fazerem novamente algumas práticas pois as mesmas encontravam se incompletas. Ficou combinado que durante a realização da etapa os estudantes organizarão um seminário, com programação e roteiro para ser acrescentado como atividade para a prática 3.

Todos os estudantes que foram orientados a refazerem ou complementarem as atividades constam nos seus relatórios individuais.

.....

LIN 038 - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Carga Horária: 90 h **Créditos:** 3.0.3 **Período:** 8º

Conteúdo:

DEFESAS PÚBLICAS DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA
LICENCIATURA INDÍGENA

O curso de Licenciatura Indígena: Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável convida a todos do distrito de Cucuí para as defesas públicas dos trabalhos de conclusão de curso da Turma Yëgatu Cucuí 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Local: Centro dos Saberes do Polo da UFAM em Cucui –SGC

Período: 30 de novembro a 04 de dezembro de 2017.

Programação							
Dia	Horário	Nome do Estudante	Nome da Pesquisa (Yêgatu)	Nome da Pesquisa (Português)	Componentes da Banca	Orientador	Area de concentração
30/nov	08:30	Josimar Silvano Cândido	Mãita umuapatuka saiskusarã murasi Werekena kitiwara Parana Xie apira kiti?	Quais os desafios para a valorização das danças tradicionais do povo Werekena?	Diego Ken Osoegawa Juarez Cândido Bento dos Santos	MSc. Diego Ken Osoegawa	Ciências Humanas e Linguagens
	10:00	Dionísio Henrique Alemão	Maye Măkatua yumuyã waita kuasa rupi Parana Xie upe?	Qual a importância das artes indígenas para o povo Werekena do Rio Xié?	Diego Ken Osoegawa Juarez Cândido Davi Rodrigues Cordeiro	MSc. Diego Ken Osoegawa	Artes e Linguagens
	13:30	Genivaldo Antônio Ribeiro	Marăta makatu kua maye yayupurŭgita rupia ũbawa ĩdijinaita yara yepe yepe tĕdawasuita supe Isana Rumasa rupi?	Qual a importância dos meios de comunicação não indígenas nas comunidades do baixo Içana?	Ana Paula Seiffert Anildo Andrade Plácido Davi Rodrigues Cordeiro	Dra Ana Paula Seiffert	Ciências Humanas e Linguagens
	15:00	Paulo César	Maye pinaitika rupiaita yupinaitika waita Bareita rupi kuxima suiwa ate uyi?	Quais as tecnologias de pesca que são utilizadas pelos Baré, antigamente e nos dias atuais?	Diego Ken Osoegawa Bento dos Santos Anderson Tomaz Ferreira	MSc. Diego Ken Osoegawa	Ciências Humanas e Linguagens
	16:30	Adailton Pompilho Baltazar	Marăta kua Werekenaita uiku waita Parana Xie upe tauxari tapurŭgita tayĕga asui măta kuri urui sikuyara?	Porque o povo Werekena, do Rio Xié está deixando de falar a sua língua e que consequência isso poderá trazer?	Ana Paula Seiffert Anderson Tomaz Ferreira Juarez Candido	Dra Ana Paula Seiffert	Linguística e Linguagens
01/dez	08:30	Francisco Cirineu Martins Melgueiro	Marăta yŭbues ruka Barekeniwa asui sakăgaita aikuere iwasusa pinimasa yĕgatu rupi?	Por que a escola Barekeniwa e suas salas anexas continuam com dificuldade na escrita do yêgatu?	Ana Paula Seiffert Davi Rodrigues Cordeiro Florêncio Cordeiro	Dr. Mateus Coimbra de Oliveira	Linguística e Linguagens



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	10:00	Marlene Evangelista	Mãta kua mitimaita yauzaiwa pusāga yawe ike kua tēda Karará pusu upe, upitawa tawa miri kukui upe?	Quais as plantas tradicionais utilizadas como remédio na comunidade Carará-poço do Distrito de Cucuí?	Diego Ken Osoegawa Porfírio Cândido Martins Rinaldo Sena Fernandes	MSc.Diego Ken Osoegawa	Ciências da Natureza e Linguagens
	13:30	Jonato Gregório Alemão	Maita kuxima kalēdariu Baré?	Como é o calendário Baré?	Ivani Ferreira de Faria Davi Rodrigues Cordeiro Diego Ken Osoegawa	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	15:00	Sérgio Farias Gaspar	Mayeta Kukuiwara miraita tavalorizai taiku rēda serawa?	Como o povo de Cucuí está valorizando os lugares sagrados?	Ivani Ferreira de Faria Florêncio Cordeiro Higino Pimentel Tenório	MSc.Diego Ken Osoegawa	Ciências Humanas e Linguagens
	16:30	Miguel Alemão Miranda	Maye iwasusa yūbue arā kua yēgatu buesaita kua I asui / akayu supe arā tēda wasu Yuruti asui Tupāna Antônio?	Quais as dificuldades de aprendizagem da língua yēgatu nas escolas indígenas de 1º ao 5º ano das comunidades Juruti e Santo Antônio?	Ana Paula Seiffert Davi Rodrigues Cordeiro Florêncio Cordeiro	Dr. Mateus Coimbra de Oliveira	Linguística e Linguagens
	19:30	Deusimar Morais Cordeiro	Mãta iwasusa yupuraki arā sikaisa rupiwa yūbuesa ruka ĩdijinawaita upe Isana rumasa ruaki rupi?	Qual a dificuldade para trabalhar com aprendizagem pela pesquisa nas escolas indígenas no baixo rio Isana?	Ivani Ferreira de Faria Anderson Tomaz Ferreira Higino Pimentel Tenório	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
02/dez	07:00	Elizabeth Melgueiro da Silva	Marāta yēga yēgatu upita uiku pituwa tēda wasu Kukui upe?	Por que a língua Yēgatu está enfraquecida no distrito de Cucuí?	Ana Paula Seiffert Elisio Pereira da Silva Rosemira Henrique Elpídio	Dra Ana Paula Seiffert	Linguística e Linguagens
	08:30	Elson Kene Angelino Cordeiro	Marāta ũba aikue siyasa piraita, parana Isana tumasa rupi?	Por que os peixes estão ficando menos abundantes na região do baixo Içana?	Higino Tenório Pimentel Davi Rodrigues Cordeiro Rinaldo Sena Fernandes	Dr. Rinaldo Sena Fernandes	Ciências da Natureza e Linguagens



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	10:00	Maristela Silvano da Silva	Mayeta yapudei saisuara kua yēga yēgatu tēda wasu São Francisco de Sales asui Yuruti?	Como podemos valorizar a língua nas comunidades de São Francisco de Sales e Juruti?	Ana Paula Seiffert Davi Rodrigues Cordeiro Dime Pompilho Liberato	Dra Ana Paula Seiffert	Linguística e Linguagens
	13:30	Carlos de Jesus da Silva Ricardo	Marāta Tēda Wasu Wanaliana Waraita ūba wana tamuyā Kariamā?	Por que a comunidade de Assunção não está mais praticando o Ritual do Kariamā?	Ivani Ferreira de Faria Ana Paula Seiffert Florêncio Cordeiro	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	15:00	Neide Alemão Pereira	Maita kuera taikusa Tēda wasu Tabukatiwa upe kuxima asui kua ara rupi?	Como era a convivência social na comunidade de Tabocal antes e atualmente?	Ivani Ferreira de Faria Anderson Tomaz Ferreira Davi Rodrigues Cordeiro	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	16:30	Anisio Gomes Camico	Mayewa pusaga buya kitiwara aikuewa teda wasu auxiliadura upe?	Quais os tipos de remédio caseiro contra cobra jararaca da comunidade de Auxiliadora?	Rinaldo Sena Fernandes Florêncio Cordeiro da Silva Higino Pimentel Tenório	Dr. Rinaldo Sena Fernandes	Ciências da Natureza e Linguagens
	19:30	Eriuelto Alberto Bernardo	Mayeta uyukua arā aru?	Qual a origem do aru?	Rinaldo Sena Fernandes Davi Rodrigues Cordeiro Higino Pimentel Tenório		Ciências Humanas e Linguagens
03/dez	07:00	Cirilo Penado Gomes	Maye bareita ruka kuxima asui uyi ara parana wasu rupi?	Como era a morada e a vivência do Povo Baré do Rio Negro?	Ivani Ferreira de Faria Dime Pompilho Florêncio Cordeiro	Não defendeu Ficou para o próximo semestre	
	08:30	Maria Lindalva Fontes Olimpio	Suatisaita upitasuka yubuesa amurupiwa, yubuesa ruka kariamā uriku pususa irupi?	As leis que garantem a educação diferenciada são respeitadas na escola Kariamā?	Ivani Ferreira de Faria Anderson Tomaz Ferreira Higino Pimentel Tenório	Dra Chantelle Teixeira	Ciências Humanas e Linguagens
	10:00	Genilson Camico Garrido e Elziane Gomes Cordeiro	Maye waitata reda sera sera waita uiku waita tēda wasu Yuruti, Kapinas asui Kue kue upe?	Quais são os lugares sagrados existentes nas comunidades Juruti, Campinas e Kue kue?	Ivani Ferreira de Faria Davi Rodrigues Cordeiro Higino Pimentel Tenório	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	13:30	Junia Peinado Garrido	Maye yusaisusa uiku kuasaita yamuyã waita tēda wasu Pirapuku, Mewati, Amiú asui Mādaraiuku upe?	Como estão sendo valorizadas as artes indígenas nas comunidades de Pirapuku, Mewati, Amiú e Mādaraiuku ?	Rinaldo Sena Fernandes Davi Rodrigues Cordeiro Fabiano Barros Batista	Dr.Rinaldo Sena Fernandes	Artes e Linguagens
	15:00	Irene Kalistrato de Andrade	Marāta kua serawaita aikuewaita Isana rumasa rupi ūba tavalurizai uiku aīta?	Por que os lugares sagrados existentes na região do Baixo Içana não estão sendo valorizados?	Ivani Ferreira de Faria Davi Rodrigues Cordeiro Anildo Andrade Plácido	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	16:30	Gerson Américo Rodrigues Cordeiro	Mayeta tayumukaturusa kuaita uiku waita kuera kua rupi Isana Rumasa bāda kiti ūba rame kariwa tausika?	Quais eram as formas de organização social do povo que habitava na região do baixo rio Isana antes do contato?	Ivani Ferreira de Faria Davi Rodrigues Cordeiro Juarez Candido	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	19:30	Launirklisons Baltazar e Eunice Gomes Cordeiro	Maita Kuera Patraūita asui fregesita parana Xie upe?	Como era o tempo dos padrões e fregueses no Rio Xié?	Ivani Ferreira de Faria Porfírio Cândido Martins Juarez Candido	Dra Ivani Faria	Ciências da Natureza e Linguagens
04/dez	07:00	Eliúde Américo Rodrigues Cordeiro	Mayewaita yane kitiwaraita yumuteyūtu asui kuaita ūba waita yapudei, retama Isana Rumasa rupi?	Quais os elementos culturais que estão sendo valorizados no baixo rio Içana?	Ivani Ferreira de Faria Bento Gonçalves Davi Rodrigues Cordeiro	Dra ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	08:30	Alcimar Videira Bruno	Maita yepe wasusa taiku kua tedaita Isana rumasa asui Wirari?	Qual é a organização social das comunidades Boa Vista e Irari Ponta?	Ivani Ferreira de Faria Anderson Tomaz Ferreira Davi Rodrigues Cordeiro	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens
	10:00	Alberta Gomes André	Muiri taikue serawaita uiku waita tēda wasu Mewati upe ate tēda wasu Inaya Kapuã	Quais são os lugares sagrados existente entre Nova Vida até Ilha de São Pedro?	Ivani Ferreira de Faria Davi Rodrigues Cordeiro Juarez Candido	Dra Ivani Faria	Ciências Humanas e Linguagens

.....



Projetos Especiais

Carga Horária: 400 h

Conteúdo:

Tem como objetivo por em práticas as metodologias e desenvolver atividades necessárias a produção do conhecimento e conseqüentemente alcançar as metas estabelecidas pelas pesquisas e pelo curso.

Seminário Diálogo dos Saberes – Cultura e Educação

Data: 10 a 22 de fevereiro de 2014.

Local: comunidade de Cucui - SGC

Carga Horária: 90 h

Oficina de Elaboração de PPPI para Escola lapin - Nova Vida

Data: 23 a 27 de setembro de 2014.

Local: comunidade de Nova Vida - SGC

Carga Horária: 50 h

Oficina de Elaboração de PPPI para Escola lapin - Amium

Data: 25 a 30 de abril de 2015.

Local: comunidade de Amium - SGC

Carga Horária: 50 h

Oficina de Tecnologias educacionais: Desenhos para Animações

Data: 27 de julho a 02 de agosto de 2015

Local: comunidade de Cucui - SGC

Carga Horária: 60 h

Seminário II Yumuatirisa: Nas Trilhas E Redes Dos Saberes Indígenas



Data: 18 a 21 de abril de 2016.

Local: Maloc da FOIRN - SGC

Carga Horária: 45 h

Seminário do Acordo Ortográfico da Língua Yêgatu

Data: 25 a 27 de outubro de 2016.

Local: comunidade de Cucui - SGC

Carga Horária: 45 h

Oficina de Elaboração de PPPI em Campinas – Rio Xié

Data: 02 a 06 de agosto de 2016.

Local: comunidade de Campinas - SGC

Carga Horária: 60 h

1.5 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E FORMA DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A forma de avaliação é sociointerativa, contínua e qualitativa que tem como objetivo cuidar para que os estudantes aprendam de acordo com seus contextos socioculturais e territoriais conforme os preceitos de uma educação democrática, intercultural que visa formação de indígenas críticos que contribua para a autonomia de seus projetos societários.

a) **Avaliação sociointerativa Contínua** - contribui com o desenvolvimento do processo de pesquisa e colabora na orientação da mesma. Tem como objetivo fortalecer o interesse do estudante pela pesquisa e pelo conhecimento e não discriminá-lo no processo de aprendizagem. Todos os exercícios escolares ou atividades podem ser avaliadas desde que sejam discutidas e planejadas conjuntamente entre professores/orientadores e estudantes para obtenção dos resultados e metas dos componentes curriculares.

b) **Avaliação sociointerativa qualitativa** - não é realizada com atribuição de notas mas conceitos. A atribuição dos conceitos dependerá do nível de envolvimento e desempenho do estudante nas atividades de acordo com as metas e resultados esperados e planos de trabalhos propostos conjuntamente (discentes/docentes) das



pesquisas e das práticas investigativas, quando são verificadas as seguintes condições quanto aos objetivos/metapas, resultados alcançados:

- **A** (metapas e resultados alcançados);
- **AP** (metapas e resultados alcançado parcialmente),
- **ED** (em desenvolvimento) e
- **NA** (não alcançados e sujeito a reformulação).
- Não há número mínimo e nem máximo de exercícios/atividades a serem desenvolvidos.

c) Dos exercícios escolares/atividades constam:

- relatórios de pesquisa;
- atividades desenvolvidas e praticadas em salas de aula, desde produções escritas textuais às orais, nas línguas de instrução e de trabalho (materna para os boletins informativos e cadernos de pesquisa) e língua portuguesa;
- documentários e outras produções audiovisuais;
- debates;
- seminários em sala de aula;
- trabalho de campo;
- dramatização utilizando os instrumentos pedagógicos próprios e definidos conjuntamente;
- Memorial de pesquisa (Portfólio) – auto-avaliação - Partindo de um roteiro, cada estudante irá construindo um portfólio com a memória de seu processo de formação, inclusive com uma produção textual, refletindo este processo.
- Seminário de avaliação da comunidade. No final de cada etapa haverá uma avaliação entre lideranças das comunidades e associações, professores e estudantes, com apresentação das atividades desenvolvidas, onde será avaliado o desempenho e envolvimento do estudante no curso e no projeto que desenvolve junto a sua comunidade e ao curso.

d) Os exercícios escolares/atividades podem ser realizados individualmente ou em grupo, conforme definição das pesquisas e dos planos de trabalho elaborados conjuntamente entre estudantes e professores.



Da reprovação e do desligamento do estudante

Será reprovado o estudante que apresentar:

- a) Frequência inferior a 75% e conceito NA em uma etapa e/ou em qualquer componente curricular;
- b) Apresentar desempenho insatisfatório conforme os conceitos da avaliação sociointerativa (NA).
- c) O estudante reprovado por falta ou desempenho, terá direito a fazer plano de estudo, com entrega no semestre subsequente. Caso o estudante não entregue ou obtiver conceito de desempenho (NA e ED) será reprovado e excluído do curso.
- d) O Estudante só poderá ficar reprovado por falta ou desempenho em 01 componente curricular por etapa/semestre.

Será desligado o estudante que:

- a) Obter ausência integral em uma das etapas/semestres;
- b) não cumprir com as normas de comportamento no convívio acadêmico, mediante sindicância e/ou processo administrativo disciplinar.
- c) Apresentar reprovação por falta e por desempenho em 02 componentes curriculares em uma das etapas/semestres.

1.5.1. Avaliação do Projeto Pedagógico

O Seminário de Avaliação do curso, com periodicidade bienal, denominado Yumuatirisa (“encontro para discutir alguma questão”, na língua Yêgatu), reunirá estudantes, professores, pró-reitoria de graduação e lideranças das comunidades e das associações, quando avaliarão o desenvolvimento do curso conforme os critérios e princípios, perfil, proposta metodológica e objetivos estabelecidos para este fim.

1.6- GESTÃO DO CURSO.



A gestão do curso está organizada de forma colegiada e democrática composta pelo Colegiado do Curso formado pelo Conselho Universitário; pelo Núcleo Docente Estruturante; pela Coordenação Geral (UFAM e FOIRN); pelos coordenadores pedagógicos de turma (indígena e não-indígena) e pela coordenação de Comunicação, Design e Multimídia.

I – O colegiado é formado por todos os professores do curso sendo estes efetivos, substitutos e colaboradores e o Conselho Universitário do curso e representantes discentes de cada turma.

- **O Conselho Universitário da Licenciatura** é formado por representantes da FOIRN, UFAM, SEMEC, FUNAI, SEDUC representantes dos discentes das turmas Baniwa, Tukano e Nheegatu, coordenadores indígenas de cada turma, lideranças tradicionais e representantes docentes indicados pelos seus pares e instituições.

Dentre suas atribuições constam:

- Contribuir para o funcionamento pleno do curso de acordo com seus princípios;
- Zelar e fortalecer a proposta pedagógica, metodológica e a política linguística do curso;
- Avaliar o corpo docente e coordenadores de turmas anualmente;
- Apreciar recursos dos discentes e outros;
- Apreciar relatórios das atividades e projetos desenvolvidos pelas turmas e docentes;
- Indicar, sugerir e encaminhar projetos para obtenção de apoio e financiamentos;
- Aprovar a programação do curso por semestre;
- Aprovar e credenciar professores para o desenvolvimento dos componentes curriculares da UFAM e de outras instituições;
- Eleger e definir os coordenadores de turmas e coordenador geral;
- Apoiar a coordenação da avaliação anual do curso junto com as comunidades e na programação das etapas intensivas e intermediárias;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Propor políticas que fortalecem a proposta pedagógica e metodológica do curso;
- Solicitar concursos públicos para carreira docente efetivo e substitutos com definição de demanda e área de conhecimento para contratação;
- Aprovar turmas especiais conforme demanda dos povos indígenas.

II - Coordenação Pedagógica Geral (UFAM/FOIRN).

A coordenação pedagógica geral será eleita pelo colegiado, designada por meio de portaria.

Atribuições:

- Planejar e organizar os encontros presenciais e atividades complementares;
- Sugerir e orientar o corpo docente e coordenadores de turma quanto à proposta metodológica;
- Zelar pela continuidade da proposta política pedagógica e metodológica do curso;
- Verificar e acompanhar a logística para deslocamento do corpo docente e discente;
- Articular as ações junto a UFAM e demais instituições parceiras;
- Acompanhar o reconhecimento do curso e emissão de diplomas etc;
- Pensar a capacitação permanente do quadro docente dos pólos;
- Divulgar o curso;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades nos pólos;
- Encaminhar os projetos devidamente apreciados pelo colegiado do curso aos órgãos de financiamento;
- Encaminhar a produção intelectual dos estudantes para edição e publicação junto aos órgãos de financiamento;
- Promover o intercâmbio entre estudantes, pesquisas e instituições.

III - Coordenação pedagógica por pólo/Turma:

A coordenação pedagógica da turma será eleita pelo colegiado e designada por meio de portaria.

Atribuições:



- Coordenar e acompanhar a realização dos encontros presenciais das etapas intensivas presenciais e intermediárias;
- Informar e documentar o curso (relatórios e demais documentação necessária ao funcionamento);
- Organizar e encaminhar a produção intelectual dos estudantes durante a etapa e repassar a coordenação geral e a coordenação de Comunicação, Design e Multimídia;
- Promover a avaliação dos cursistas de acordo com os critérios estabelecidos;
- Acompanhar e orientar as atividades dos estudantes nas etapas intensivas presenciais e intermediárias;
- Acompanhar o andamento da logística;
- Receber e encaminhar a coordenação geral os processos, projetos e reivindicações dos estudantes e docentes dos pólos;
- Estimular e incentivar a participação dos docentes e discentes nas atividades dos pólos;
- Zelar pelo funcionamento e manutenção dos equipamentos e estruturas do pólo;
- Solicitar e cobrar os docentes documentos pedagógicos como relatório de atividades, plano de trabalho e mapa de avaliação dos discentes;
- Organizar e zelar pelos documentos pedagógicos dos docentes;
- Encaminhar o planejamento e cronograma das atividades a coordenação geral.

IV - Coordenação de Comunicação, Design e Multimídia.

O coordenador será designado pelo colegiado com carga horária de 06 horas, designado por meio de portaria.

Atribuições:

- Apoiar a organização de eventos que envolvam o curso;
- Elaborar material de divulgação do curso (folder, cartazes, Banner etc);



- Organizar, diagramar material para publicação dos cadernos de pesquisa da coleção “Saberes Indígenas” e da coleção “Histórias e Contos Indígenas” elaborados pelos estudantes das turmas pertencentes ao curso e demais materiais literários;
- Elaborar e manter o site da licenciatura atualizado;
- Cuidar da divulgação da licenciatura junto aos meios de comunicação.

V - Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso:

Atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- Os membros do NDE serão indicados pelo colegiado com gestão de 02 anos,
- Contribuir para o funcionamento pleno do curso de acordo com seus princípios;
- Zelar pela proposta pedagógica e metodológica;
- orientar as atividades dos coordenadores de turma e de Comunicação, design e Multimídia;
- Apreciar relatórios das atividades e projetos desenvolvidos pelas turmas;
- Apoiar a coordenação da avaliação anual do curso junto com as comunidades e na programação das etapas intensivas e intermediárias;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular entre as diferentes atividades de pesquisa, ensino e extensão, constantes no currículo.

Vale ressaltar que o Curso “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, foi aprovado pela Resolução do CONSUNI nº 028/2007, retificada pela Resolução nº08/2013 - CONSUNI garantindo assim os direitos indígenas assegurados pela Convenção nº169 da OIT, pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78 e 79



destacando ainda, em seu inciso 1º, que “os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas” e pelo Decreto nº 6.861/2007 .

Desse modo, esta iniciativa coloca em prática um direito dos povos indígenas, assegurado pela Constituição: a participação ativa no planejamento de sistemas alternativos de educação, bem como na produção e divulgação de conhecimentos diferenciados.

1.7 - RELAÇÃO APRENDIZAGEM, PESQUISA-PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Em função da proposta metodológica do curso “Aprendizagem pela Pesquisa” e de seus componentes curriculares, o curso envolve processo de aprendizagem pela pesquisa e extensão no decorrer dos 04 anos de sua realização.

Os estudantes podem participar dos programas institucionais da UFAM como de Iniciação Científica PIBIC, de projetos de extensão por meio dos projetos PACE e PIBEX e monitoria.

Os estudantes de graduação são instigados e demandados a participarem em todas as atividades abertas do curso tal como organização e participação nos Seminários Temáticos, nas atividades de campo e nos grupos de estudos e de pesquisas.

A integração também ocorre por meio de trabalhos de campo realizados conjuntamente entre discentes da graduação e pós-graduação dos cursos da UFAM (Geografia, Antropologia, Linguística, etc.) e de demais universidades brasileiras como a UFSC, visando assim introduzir os discentes de graduação nos procedimentos e protocolos do Aprendizagem pela Pesquisa proposto pelo curso.

Os Projetos de pesquisa e extensão envolvem estudantes dos diversos níveis e professores da graduação e pós-graduação tanto do PPGEOP quanto do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia/PPGCASA, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS e outros.

O curso pode receber estudantes de mestrado dos programas de pós-graduação da UFAM (PPGAS, PPGCASA, PPGGEO e Sociedade e Cultura na Amazônia) e outros programas de pós-graduação da UFAM e de outras IES para realização de estágio docência.



Também pode receber estudantes de graduação como monitores de qualquer curso e formação desde que sejam preparados e conheçam a metodologia e proposta política pedagógica do curso antecipadamente.

Os principais grupos de pesquisa estão vinculados aos laboratórios pertencentes ao Instituto de Ciências Humanas e Letras –ICHL:

Grupo de Pesquisa Dabukuri – Planejamento e Gestão do Território na Amazônia que tem como objetivo compreender a Gestão territorial em áreas protegidas, a partir da reflexão dos seguintes temas: diagnóstico socioambiental em Unidades de Conservação; planejamento e mapeamento participativo em áreas protegidas (UC e Terras Indígenas); identidade, cultura e turismo; ecoturismo de base comunitária; gestão do território em terras indígenas; educação escolar indígena e etnodesenvolvimento, geopolítica ambiental e economia ecológica.

Grupo de Pesquisa História, Língua e Cultura Indígena. Tem como objetivo promover a documentação das línguas, cultura e histórias dos grupos indígenas da região. Também objetiva o treinamento de indígenas e não-indígenas para fazer documentação sobre língua e cultura indígenas. Propõem-se também à organização de materiais bibliográficos sobre a história, língua e cultura dos povos indígenas do Amazonas visando ser um centro de referência para consulta e pesquisa nesta área. Compreensão da relação Língua e Sociedade e análise dos processos de territorialização linguísticas dos grupos indígenas que vivem em contextos urbanos.

2. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Na sede da UFAM em Manaus, contamos com uma biblioteca Geral, vários laboratórios instalados no Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, onde funciona a sala de coordenação do curso com 04 computadores desktop, 06 notebooks, 05 impressoras A4 multifuncional e 04 projetores multimídia.

Laboratórios:

Dabukuri – Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – DEGEO/ICHL.

Localização: setor Norte - ICHL/Bloco Geografia História

Capacidade: 15 estudantes em sala e 20 em campo

O Grupo de Pesquisa “Planejamento e Gestão do Território na Amazônia”, mantém no Dabukuri os seguintes equipamentos: 06 computadores desktop pentium 4, 03 impressora laser jet HP A4, 01 impressora laser HP A3, 06 projetores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

multimídia, plotter com scanner de rolo A0, 01 máquina filmadora JVC profissional, 02 filmadoras Sony, 02 cx de som estéreo, 08 GPS, 16 notebooks, 03 armários de aço, 01 de madeira, bancada para 05 computadores, mesa de madeira, mesa de reunião, 01 geladeira, 04 máquinas fotográficas, 04 impressoras multifuncional HP.

Nas comunidades/polos onde são realizadas as atividades do curso existem computadores notebooks, 03 impressoras multifuncional, 03 projetores multimídia, para uso dos estudantes cedidos pelo Laboratório Dabukuri.

A turma Tukano funciona na comunidade Indígena de Taracuá, rio Uaupés, nas dependências da “Escola Indígena Estadual Sagrado Coração de Jesus”, de propriedade da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, contando com sala de aula, biblioteca, sala de informática, sala de internet com acesso pelo projeto “Pontão da Cultura” do Ministério da Cultura, 01 cozinha, refeitório e alojamento para professores.

A turma Nheengatu funciona na comunidade de Cucui, no rio Negro, denominado “Campus da UFAM em Cucui”, nas dependências da antiga “Escola Estadual Tenente João”, ora denominada “Centro dos Saberes do poló Nheengatu de Cucui” cuja infraestrutura foi construída pela Secretaria Municipal de Educação. Conta com 04 salas de aula, alojamento para estudantes, alojamento para professores, cozinha (com fogão industrial e freezer), refeitório, despensa, sala de estudos e biblioteca. O acesso à internet é realizado por meio de Internet comunitária pelo GESAC e Escola Estadual Tenente João.

A turma Baniwa funciona na comunidade de Tunui, no rio Içana, nas dependências da “Escola Indígena Municipal Madzero”. Conta com 02 alojamentos para estudantes, 1 cozinha e 02 palhoças que são usadas as sala de aula e estudos pelos estudantes.

No município de São Gabriel da Cachoeira existe uma biblioteca da UFAM que funciona no mesmo local da biblioteca municipal.

3. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente é formado por profissionais de diversas áreas do conhecimento lotados principalmente no Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL da Universidade Federal do Amazonas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Vale ressaltar que os docentes do curso não têm dedicação exclusiva ao curso pois são lotados em outros departamentos tendo que duplicar sua carga horária para fazerem parte do curso. Há necessidade de contratação, concurso público para carreira docente de pelo menos 05 docentes em diferentes áreas de atuação para que as atividades e sua proposta político, metodológica, pedagógica seja aplicada sem prejuízo ao curso e aos discentes.

Composição, formação e área de atuação do corpo docente

Nome	Função /Formação/área de atuação
Ivani Ferreira de Faria	Coordenadora - coordenadora da turma Nheengatu Geógrafa/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Raimundo Nonato Pereira da Silva	Docente –/antropólogo/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Lino João de Oliveira Neves	Docente – Coordenador Turma Baniwa/ antropólogo/Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Frantomé Bezerra Pacheco	Docente – coordenador Geral /linguista/Línguas Indígenas/ Artes, Letras e Linguística
Mateus Coimbra de Oliveira	Docente – linguista/língua Indígena/ Letras e linguística
Marilina Conceição Bessa Serra Pinto	Docente – Filósofa/Ciências Humanas e Sociais aplicadas
Lilia Valessa Mendonça da Silva	Docente e coordenadora de Comunicação, Design e Multimídia – Design/Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Eneida Alice Gonzaga dos Santos	Docente – linguista/Letras e linguística
Cristina Cassia Borella	Docente – linguista/língua Indígena/ Letras e linguística
Welton Yudi Oda	Docente – Biólogo/Ciências Biológicas

Corpo Técnico administrativo

O curso conta com 01 bolsista trabalho, que faz parte do programa da UFAM para apoiar estudantes de baixa renda no turno matutino.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.) **Pesquisa Participante. O saber da partilha.** Ideias & Letras: São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante.** Brasiliense: São Paulo, 1982.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educar Pela Pesquisa.** São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. **Avaliação Qualitativa.** São Paulo: Autores Associados, 2002.

FARIA, Ivani Ferreira de (org). **Anais do Workshop Nas Trilhas e redes do Saber: universidade e ensino superior indígena.** Manaus: EDUA, 2009.

FARIA, Ivani. **Gestão do Conhecimento e território indígena: Por uma geografia participante.** Manaus: Reggo Edições, 2015.

FARIA, Ivani; OLIVEIRA, Gilvan. Ensino Superior Indígena Bilingue: princípios para autonomia e valorização Cultural na região do Alto Rio Negro/AM. IN: **Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (PLATÔ).** V.1, N1, Cidade da Praia: Cabo Verde, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637.

STENHOUSE, Lawrence. **La investigación como base de la enseñanza.** Madrid, Morata, 1987.



ANEXOS

- a – Resolução nº 028 de 29 de janeiro de 2007, de criação do curso.
- b – Resoluções nº 061 e nº 62/2012 – CONSEPE, regulamenta o curso.
- c - Resolução nº018/2013 – CONSUNI, retifica Resolução nº 28/2007.